

ÍNDICE

I. NOTA INTRODUTÓRIA.....	3
II. CONTEXTO INTERNACIONAL.....	3
III. CONTEXTO SOCIAL E DEMOGRÁFICO NACIONAL.....	6
III.1 OBJECTIVOS E PRIORIDADES CENTRAIS DO GOVERNO.....	6
III.2. OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO (ODMs).....	7
III.3. IMPACTO DEMOGRÁFICO DO HIV-SIDA.....	11
IV. CONTEXTO MACROECONÓMICO NACIONAL.....	14
IV.1. PRODUÇÃO GLOBAL E SECTORIAL.....	14
A. AGRICULTURA, PECUÁRIA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL.....	15
B. PESCAS.....	19
C. INDÚSTRIA EXTRACTIVA.....	21
D. INDÚSTRIA TRANSFORMADORA.....	22
E. ELECTRICIDADE E ÁGUA.....	23
F. CONSTRUÇÃO.....	23
G. COMÉRCIO.....	24
H. RESTAURANTES E HOTÉIS.....	24
I. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.....	25
IV.2. SECTOR MONETÁRIO E CAMBIAL.....	26
IV.3. INFLAÇÃO.....	32
IV.4. BALANÇA DE PAGAMENTOS.....	37
V. PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS POR SECTOR.....	46
V.1. ÁREA SOCIAL.....	46
A. EDUCAÇÃO.....	46
B. CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	52
C. SAÚDE.....	53
D. TRABALHO.....	60
E. MULHER E ACÇÃO SOCIAL.....	62
F. LIBERTAÇÃO NACIONAL, DEFESA DA SOBERANIA, E DA DEMOCRACIA E DEFECIENTES DE GUERRA.....	65
G. CULTURA.....	67
H. JUVENTUDE E DESPORTOS.....	68
I. MEIO AMBIENTE.....	70
V.2 ÁREA ECONÓMICA.....	72
A. AGRICULTURA.....	72
B. INFRAESTRUTURAS.....	76
C. PESCAS.....	87
D. RECURSOS MINERAIS.....	92
E. INDÚSTRIA E COMÉRCIO.....	98
F. TURISMO.....	100
G. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.....	104
H. MEDIDAS DE APOIO AO EMPRESARIADO NACIONAL.....	106
V.3. BOA GOVERNAÇÃO, LEGALIDADE E JUSTIÇA, DESCENTRALIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO.....	108
V.4. RELAÇÕES EXTERNAS E DEFESA.....	117
VI. POLÍTICA ORÇAMENTAL.....	119

VII. QUESTÕES TRANSVERSAIS	125
VI.1 GÉNERO	125
VI.2 HIV-SIDA.....	126
VI.3 MEIO AMBIENTE	131
VI.4 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	133
VI.5 CIÊNCIA E TECNOLOGIA	135
VI.6 DESENVOLVIMENTO RURAL	136
VI.7 REDUÇÃO DO IMPACTO DAS CALAMIDADES	138
VI.8 DESMINAGEM	138
ANEXO 1 – MATRIZ REDUZIDA DE INDICADORES PRINCIPAIS.....	149

I. NOTA INTRODUTÓRIA

O presente documento “Balanço do Plano Económico e Social – I Semestre 2006”, é uma avaliação da implementação do Programa Quinquenal do Governo 2005-2009, na primeira metade do seu segundo ano de execução.

O documento apresenta a estrutura consolidada nos documentos anteriores que consiste em cinco grandes capítulos, nomeadamente: o contexto internacional; o contexto macroeconómico nacional; os principais desenvolvimentos por sector; a política orçamental; e, as questões transversais.

Por forma a adequar o Balanço do Plano Económico e Social como principal instrumento de monitoria e avaliação da acção governativa, o presente balanço orienta-se pela abordagem consolidada no PARPA II.

No contexto internacional apresenta-se a evolução da economia internacional o que permite visualizar em que condições económicas internacionais o País implementou a sua política económica e social; no contexto macroeconómico nacional são apresentados os principais indicadores económicos; no capítulo dos principais desenvolvimentos por sector são apresentadas as principais medidas e acções de política implementadas; no capítulo da política orçamental é apresentado o envelope de recursos e sua aplicação com vista ao cumprimento das acções previstas no Plano Económico e Social para 2006. No último capítulo são avaliadas as medidas de política relacionadas com as questões transversais, em consonância com a abordagem refletida no PARPA II.

Em anexo, é apresentada a matriz resumida de indicadores principais das actividades do Governo.

II. CONTEXTO INTERNACIONAL

No primeiro semestre de 2006, a conjuntura internacional foi marcada por alguns factores negativos como: i) a alta volatilidade dos preços do petróleo; ii) a ameaça permanente de novos ataques terroristas; iii) o perigo de disseminação mundial da gripe aviária; e iv) a crise no Médio Oriente.

Contudo, o desempenho da economia mundial foi boa, e prossegue o optimismo quanto às perspectivas de alcançar o crescimento previsto para 2006 de cerca de 4,4%. Entre os pontos positivos, está a manutenção de condições favoráveis nos mercados financeiros e de políticas macroeconómicas.

A inflação mundial, medida pelo índice de preço no consumidor, tem se mantido em níveis baixos, apesar do expressivo aumento das cotações do petróleo.

Taxa de Crescimento (%)

	2005	2006
Crescimento Mundial do PIB	4,3	4,4
EUA	3,5	3,6
Japão	2,7	2,8
Zona Euro	1,4	2,2
Aconomias Avançadas (1)	2,7	3,0
Países em Desenvolvimento	7,2	6,9
África	5,0	5,7
África do Sul	4,0	4,2
 Volume de Comércio Mundial (2)	 7,3	 8,0

Fonte: Economic Outlook 79 database (OECD), World Economic Outlook, April, 2006 (FMI)

(1) Inclui Área do Euro, Austrália, Canadá, Coreia, Singapura, Estados Unidos, Israel, Japão; Hong Kong, Nova Zelândia, Países Escandinavos, Reino Unido, Suíça e Taiwan.

(2) Comércio de Bens e Serviços.

PIB - Crescimento trimestral (%)

Países	2004			2005				2006
	II TRI	III TRI	IV TRI	I TRI	II TRI	III TRI	IV TRI	I TRI
EUA	0,9	1,0	0,8	0,9	0,8	1,0	0,4	1,4
Japão	-0,3	0,2	-0,1	1,3	1,3	0,3	1,1	0,8
França	0,8	0,1	0,6	0,1	0,0	0,6	0,3	0,5
Alemanha	0,2	-0,1	-0,1	0,6	0,4	0,6	0,0	0,4
Itália	0,3	0,2	-0,4	-0,4	0,6	0,3	0,0	0,6
Espanha	0,7	0,8	0,9	0,8	0,8	0,9	0,9	0,8
Reino Unido	0,9	0,4	0,6	0,3	0,5	0,5	0,6	0,8
Portugal	0,7	-0,8	-0,2	0,3	1,2	-1,0	0,3	0,5

Fonte: OECD, Quarterly National Accounts database

Estados Unidos da América

Entre os países avançados, os Estados Unidos têm crescido num ritmo superior às expectativas. Em 2006, os Estados Unidos devem crescer em torno de 3,6%, estimulados pela grande confiança demonstrada por empresas e consumidores. As consequências económicas geradas pelos atentados de 11 de Setembro de 2001, aparentemente, foram superadas.

No primeiro trimestre de 2006, o PIB norte Americano cresceu por volta dos 1,4%; contra os 0,9% e 0,4% primeiro e quarto trimestre de 2005 respectivamente. Pelo desempenho do primeiro e segundo trimestre, as pressões inflacionárias devem permanecer fracas, devido aos ganhos de produtividade e a forte concorrência, limitando o aumento de custo pelas empresas.

União Europeia

Nos países da Zona do Euro, a recuperação dá sinais de fortalecimento. Embora o consumo das famílias permaneça fraco, os investimentos têm dado bons sinais de recuperação. A expansão da actividade na região tem se beneficiado

da forte demanda global e das condições favoráveis de financiamento dos investimentos privados. Ainda que o crescimento continue vulnerável a choques externos, sobretudo à elevação dos preços do petróleo, as previsões apontam para um incremento do PIB real do conjunto dos países da Euro área de 2,2% em 2006.

Devido à fraca demanda interna, a pressão inflacionaria estão contidas e a inflação deverá permanecer a níveis de 2,0% ao ano. No primeiro trimestre de 2006, os países na União tiveram um crescimento aceitável; por exemplo: a França (0,5% contra 0,3% no IVTR05), a Espanha (0,8% contra 0,9% no IVTR05), a Reino Unido (0,8% contra 0,6% no IVTR05), a Alemanha (0,4% contra 0,0% no IVTR05), Itália (0,6% contra 0,0% no IVTR05), e Portugal (0,5% contra 0,3% no IVTR05). A economia dos países da área continua muito dependente dos rumos da economia global.

Taxas de Crescimento (%)

	2005	2006
Preços em dólares		
Petróleo (1)	54,4	68
Commodities (\$ índices)	127,1	135,0
Inflação		
EUA	3,4	3,3
Zona Euro	2,2	2,1
Aconomias Avançadas	2,3	2,3
Países em Desenvolvimento	5,5	5,4

Fonte: Economic Outlook 79 database (OECD), World Economic Outlook, April, 2006 (FMI)

(1) Brent crude oil import price (cif, \$ per bl). Os indicadores ao longo de 2005 estão baseados nos dados compilados pela agência internacional do petróleo e o instituto de pesquisa económica de Hamburgo; para os preços dos outros bens primários são estimativas e projecções da OECD.

Japão

Em relação ao Japão, nos últimos anos ocorreram importantes avanços nos fundamentos económicos do país ao mesmo tempo em que houve um incremento expressivo das exportações para seus vizinhos, especialmente a China. Todavia, a fraca demanda global por produtos japoneses ligados à tecnologia de informação, tem repercutido negativamente sobre suas exportações. Por isso, a previsão de crescimento nas hipóteses mais optimistas, não chegará a 2,8% e as perspectivas da economia em curto prazo já estão sendo afectadas pela contínua alta do petróleo, matéria-prima da qual o país é muito dependente. O Japão cresceu no Primeiro trimestre de 2006, 0.8%.

Em termos regionais, a expressiva expansão da maioria dos países asiáticos vai ocorrer mais uma vez sobre a liderança da China, cujo crescimento previsto em 2006 é de 8,0%. Não é descartada a hipótese que o PIB chinês supere as previsões e estimule a actividade de outras economias da região como a Coreia do Sul, Singapura e Taiwan.

Percentagens

	2005	2006
Taxas de Juros de Curto Prazo		
EUA	3,5	5,1
Reino Unido	4,7	4,5
Zona Euro	2,2	2,7
Japão	0,0	0,1
Desemprego		
EUA	5,1	4,7
Japão	4,4	4,0
Zona Euro	8,6	8,2

Fonte: Economic Outlook 79 database (OECD), World Economic Outlook, April, 2006 (FMI)

África

No que se refere à África, o ambiente económico e político, garante um optimismo para 2006, prevendo-se para a região sub saariana, a mais pobre do continente, um crescimento na ordem dos 5,0%, com possibilidade de atingir 5,5%. Este optimismo esta ligado a uma combinação de factores favoráveis dentre os quais a recuperação da economia global, o aumento de preços de muitas matérias-primas, o fortalecimento das políticas macroeconómicas e também por conta do término de vários conflitos prolongados que afectaram vários países dessa parte do continente africano.

A expansão tem sido mais expressiva em países que ampliaram sua produção de petróleo como Angola e Chade. Todavia, apesar dos avanços recentes, eles ainda não foram suficientes para que se alcancem as Metas do Milénio no que se refere à redução da pobreza e melhoria das condições de vida.

África do Sul

De acordo com indicadores preliminares, a economia Sul Africana teve um bom desempenho no primeiro trimestre de 2006. Mantidos esses ritmos, o PIB real a preço de mercados, crescerá 4,2% em relação ao primeiro trimestre de 2005.

O incremento do PIB no primeiro trimestre foi principalmente devido ao acréscimos no valor acrescentado real nos sectores das finanças, imóveis (prédios), e serviços de negocio; o comércio a grosso e retalho, hotéis e restaurantes, manufacturas (cada um deles contribuindo em 0.7pp); transporte e comunicações (0.5pp) e a industria da construção (0.4pp). Os contributos das outras industrias foram menores, por exemplo a electricidade (0.1pp).

III. CONTEXTO SOCIAL E DEMOGRÁFICO NACIONAL**III.1 OBJECTIVOS E PRIORIDADES CENTRAIS DO GOVERNO**

O Governo continuou a concentrar a sua acção na prossecução dos objectivos definidos no Programa do Governo para o período 2005-2009, nomeadamente:

- A redução dos níveis de pobreza absoluta, através da promoção do crescimento económico rápido, sustentável e abrangente, focalizando a atenção na criação dum ambiente favorável ao investimento e desenvolvimento do empresariado nacional e da incidência de acções na educação, saúde e desenvolvimento rural;
- O Desenvolvimento económico e social do país, orientado prioritariamente às zonas rurais, tendo em vista à redução dos desequilíbrios regionais;
- A consolidação da Unidade Nacional, da Paz, da Justiça e da Democracia, bem como do espírito de auto-estima dos cidadãos, como condições indispensáveis para um desenvolvimento harmonioso do país;
- A valorização e promoção da cultura de trabalho, zelo, honestidade e prestação de contas;
- O Combate a corrupção, ao burocratismo e a criminalidade;
- O Reforço da Soberania e da Cooperação Internacional.

Note-se que para a prossecução dos Objectivos do Programa do Governo, constituem áreas chave para a acção a Educação; Saúde; Infra-estruturas; Agricultura; Desenvolvimento Rural; Boa Governação, Legalidade e Justiça; e, Políticas Macroeconómicas, Financeiras e de Comércio Internacional.

III.2. OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO (ODMs)

O compromisso assumido na Declaração do Milénio adoptada em Setembro de 2000 na Cimeira do Milénio, contempla 8 Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM's) correlacionadas a 14 metas e 48 indicadores, constituindo um quadro para a monitoria do desenvolvimento humano.

Os oito objectivos a atingir até 2015, são: i) erradicação da pobreza extrema e da fome; ii) atingir o ensino primário universal; iii) promover a igualdade de género e aquisição do poder pela Mulher; iv) reduzir a mortalidade infantil; v) melhorar a saúde materna; vi) lutar contra HIV/SIDA, malária e outras doenças; vii) garantir a sustentabilidade ambiental; viii) e, desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

O presente balanço permite monitorar as acções desenvolvidas para o cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio a atingir até 2015. Este exercício será feito com base nos indicadores seleccionados e respectivas metas anuais. De notar, que alguns indicadores são colectados anualmente e reportados nos diferentes balanços sectoriais e outros são somente verificáveis a médio prazo.

1. Erradicar a Pobreza Extrema e a Fome

A principal meta deste objectivo é de reduzir em metade a percentagem de pessoas que vivem em extrema pobreza ou que sofrem de fome.

A incidência da pobreza em Moçambique reduziu de cerca de 70% em 1997 para cerca de 54% em 2003. O desafio actual preconizado no PARPA II é reduzir a pobreza até 45% em 2009.

2. Atingir o Ensino Primário Universal

A meta é garantir que até 2015, todos os rapazes e raparigas concluam um ciclo completo do ensino primário.

Para 2006, prevê-se que a taxa líquida de escolarização no Ensino Primário 1 (EP1) passe dos actuais 83.4% para 88% e que a taxa bruta de admissão aumente em 7%, passando dos actuais 154.7% para 161.7%.

Em geral, registou-se um crescimento acentuado no número de alunos do ensino primário, sendo de 6,0% no EP1 e 9,5% no EP2. A taxa líquida de escolarização no EP1 é de 88,3% significando um cumprimento em 100% face ao previsto. Este resultado foi possível devido a entrada em funcionamento de 452 (sendo 258 escolas do EP1 e 194 no EP2). No entanto, ainda existem grandes desafios, em particular no que se refere a taxa de conclusão de EP1 que precisa continuar a crescer e reduzir as disparidades regionais.

3. Promover a Igualdade do Género e a Autonomia das Mulheres

A meta é reduzir as disparidades de género em todos os níveis do ensino até 2015, priorizando os níveis primário e secundário.

A meta para 2006 é atingir uma taxa líquida de escolarização das raparigas no EP1 de 86% e uma percentagem das raparigas de 48%. Para a taxa global de conclusão no EP2 a meta prevista é de 40%, sendo 34% para raparigas.

Neste período, a taxa líquida de escolarização das raparigas no EP1 foi de 86,5% (correspondendo 100% do previsto) e a percentagem de raparigas no EP1 foi de 46,8%, significando um cumprimento de 98% do programado. Segundo os dados finais de 2005, a taxa global de conclusão no EP2 foi de 33,7%, sendo 27,2% de raparigas. No contexto deste objectivo foram realizadas acções de sensibilização às raparigas sobre a importância do ingresso no ensino com a idade oficial de 6 anos de idade.

4. Reduzir a Mortalidade Infantil

A meta define a redução em dois terços, até 2015, da taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos.

Em 2003, as taxas de mortalidade de menores de 5 anos rondava os 19%. O desafio para 2006, prevê uma cobertura de mais de 80% em todas as vacinas administradas a crianças menores de um ano, em 80% dos distritos, através da

expansão de Postos Fixos de Vacinação, no âmbito do Programa Alargado de Vacinação (PAV).

No quadro deste programa (PAV) o nível de realização no I semestre foi de cerca de 60% para a vacina BCG e de 48% para as restantes vacinas (VAS, DPT, Anti-pólio e HB (3^a)).

5. Melhorar a Saúde Materna

A meta é reduzir em três quartos, até 2015, a taxa de mortalidade materna.

Em 1995 a mortalidade materna em cada 100,000 nados vivos foi de cerca de 266/100,000 nados vivos.

A meta programada para 2006 é reduzir a mortalidade materna intra-hospitalar para 160/100,000 nados vivos. Para atingir a meta serão privilegiadas as acções de prevenção, de controle e tratamento das principais doenças endémicas que mais influenciam na morbi-mortalidade da população.

Neste período, a taxa de mortalidade materna (óbitos maternos/100000 nados vivos) aumentou consideravelmente de 178 para 251, se comparado com igual período do ano passado. As mais baixas taxas de mortalidade foram registadas nas províncias de Maputo Cidade e Maputo Província. As províncias de Inhambane e Sofala foram as que registaram as mais altas taxas de mortalidade materna.

No que se refere a cobertura de partos institucionais o programado para 2006 foi de 52%, tendo-se registado no período em análise uma cobertura de 21.4%, contra 23.8% do período anterior para 21.4%. As províncias de Tete e Zambézia foram as que registaram menores coberturas e a província do Niassa registou a cobertura mais elevada.

6. Combater o HIV/SIDA, malária e outras doenças

A meta é travar até 2015 e iniciado a inversão do alastramento do HIV/SIDA. Até 2015, ter detido a incidência da malária e de outras doenças importantes e começando a inverter a tendência actual.

Segundo as projecções de impacto demográfico, um pouco mais de 1,6 milhões de pessoas poderão estar infectadas pelo vírus em 2006, sobretudo na faixa etária dos 15 aos 49 anos. Estima-se que 500 pessoas contraem novas infecções diárias do HIV. A maioria de novos casos irão ocorrer entre as pessoas actualmente HIV positivas. Referente ao aumento do acesso ao tratamento com ARV e das doenças oportunistas, até o final do primeiro semestre estavam em funcionamento 49 locais de tratamento anti retroviral.

Dados apurados indicam que os órfãos maternos devido ao SIDA têm estado a aumentar, enquanto que os órfãos cujas mães morrem por outras causas tendem a reduzir.

A meta para 2006 é aumentar a cobertura da Pulverização Domiciliária Residual de 20% para 25% da população. Referir que está em curso a estratégia

integrada de controlo da malária, o uso de redes mosquiteiras impregnadas e a Pulverização Intra-domiciliária. Os dados estatísticos da campanha ainda não se encontram disponíveis estando ainda em fase de processamento ao nível das províncias.

As províncias de Gaza, Inhambane, Tete, Zambézia e Cabo Delgado têm actualmente projectos bem estabelecidos de distribuição de redes mosquiteiras às mulheres grávidas através das consultas pré-natais e às crianças menores de 5 anos. A pulverização foi realizada em todas as províncias. Outras acções desenvolvidas foram: o controle larval nas províncias de Maputo, Gaza e Inhambane e o início da profilaxia da malária na gravidez (tratamento intermitente preventivo) a nível nacional.

5. Garantir a Sustentabilidade Ambiental

A meta é integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas sectoriais e inverter a perda dos recursos ambientais

Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso sustentável a água potável.

Neste período, foram desenvolvidas acções visando o fortalecimento da coordenação e integração da componente ambiental no PARPA II e nos planos sectoriais e provinciais, através da criação de unidades ambientais nos sectores e reforço das já existentes. Foi fortalecido o Conselho Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (CONDES), através da criação de representações locais, em Sofala, Nampula e Inhambane, estando em processo de elaboração, a Estratégia de Desenvolvimento Sustentável.

A meta de cobertura na água rural prevista para 2006 é de 45%. Previsão da construção e reabilitação de 1350 fontes de abastecimento de água (sendo 610 furos, 115 poços e 625 fontes) beneficiando cerca de 675.000 pessoas adicionais. Até ao momento, foram construídas e reabilitadas 358 (dos quais 160 furos, 43 poços e 155 fontes reabilitadas) correspondendo a 26.5% face ao planeado. Deste modo, um total de 186.500 pessoas adicionais estão a beneficiar destes serviços, considerando que 1 fonte serve 500 pessoas.

A meta no âmbito de saneamento urbano é garantir que 39% da população peri-urbana tenha acesso aos serviços de saneamento através da reabilitação dos sistemas de abastecimento e redução das perdas, estando previsto a construção de 10.000 latrinas melhoradas. No período em análise, registou-se melhoria no sistema de saneamento na ordem de 37.8%, isto é, das 10.000 latrinas planificadas (8.000 peri-urbano e 2.000 rural) foram executadas 3.777 (sendo 3.438 nas zonas peri-urbanas e 339 nas zonas rurais).

8. Criar uma Parceria Mundial em Prol do Desenvolvimento

A meta é desenvolver um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório incluindo um compromisso em relação à boa governação, desenvolvimento e redução da pobreza.

No âmbito das actividades de natureza bilateral e multilateral, o primeiro semestre este ano, foi caracterizado por uma intensa actividade político-diplomática, tanto a nível presidencial, ministerial e técnica, incluída a acreditação de novos Embaixadores e/ou Altos Comissários.

No que se refere a promoção de programas e projectos prioritários de desenvolvimento nacional, sub-regional e regional no contexto da NEPAD; no quadro dos esforços em curso, decorrentes da participação de Moçambique no programa da NEPAD foram identificados recursos para empreendimentos (projectos) nacionais com impactos e benefícios económicos e sociais para Moçambique (Corredor de Nampula e electrificação rural na província); constata-se um aumento de fluxos de ajuda pela União Europeia e G-8, e o perdão da dívida a vários países africanos, bem como o maior envolvimento em África por parte do Brasil, da China, da Índia e do Japão; Foi iniciado o processo de preparação do Fórum Nacional do Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARF) cujo o lançamento foi a 13 Julho 2006.

No prosseguimento da actividade diplomática visando a mobilização de recursos para apoiar programas de redução da pobreza e desenvolvimento de Moçambique foi lançado o processo de Revisão Conjunta 2006 (1 de Março) cujas discussões estiveram centradas na avaliação acordada do desempenho do Governo em 2005, em particular do Balanço do Plano Económico e Social e do Orçamento do Estado 2005, na proposta de uma matriz de indicadores principais para o período 2007-2009, baseada na matriz estratégica do PARPA II.

III.3. IMPACTO DEMOGRÁFICO DO HIV-SIDA

Moçambique é um país cuja população é bastante jovem, (cerca de 45% da população total do país tem a idade inferior a 15 anos). A população moçambicana é estimada em 19.888.701 habitantes, dos quais 10.285.670 são mulheres e continua a crescer de forma rápida e desproporcional à economia do País, o que se traduz pela elevada Taxa Média de Crescimento Anual da população que se situa em 2,4%. Esta realidade é determinada pelo número elevado de filhos por mulher na idade reprodutiva (15-49 anos) que se regista no país. Cada mulher em idade reprodutiva possui em média 5 filhos ao nível do país. Nas zonas rurais, uma mulher chega a ter em média 6 filhos, comparada com a das zonas urbanas onde em média uma mulher possui 4 filhos.

A maioria da população moçambicana encontra-se a residir nas zonas rurais. Do total de 19,888,701 habitantes que o país possui actualmente, 14.218.061 encontram-se a residir no campo, contra 5,670,640 que residem nas zonas urbanas, correspondendo a 71% e 29%, respectivamente.

A densidade populacional no geral é baixa, isto é, a população moçambicana ainda se encontra a residir de forma dispersa. Em cada Km² do território nacional reside, em média 25 habitantes. Esta realidade constituiu um problema no processo de desenvolvimento, no que se refere ao provimento de serviços

sociais básicos e de qualidade para a grande maioria de moçambicanos. Este facto torna-se bastante complicado ainda em províncias onde a dispersão populacional afigura-se mais acentuada, como é o caso das Províncias de Niassa (8 hab/Km²), Tete (16 hab/Km²) e Gaza (17 hab/Km²).

Apesar do fraco nível de urbanização, o país regista uma crescente tendência do êxodo rural - movimentação populacional do campo para as cidades. Este fenómeno é mais saliente em relação aos grandes centros urbanos do país (Maputo, Beira e Nampula). Como consequência há uma forte pressão sobre as infra-estruturas e solos urbanos que, por sua vez, resultam em problemas de saneamento do meio e doenças contagiosas.

Em cada 1.000 crianças que nascem com vida, pelo menos 124 perdem as suas vidas antes de atingirem os seus primeiros cinco anos de vida. Por outro lado, em cada 100.000 partos observados, pelo menos 408 mães perdem as suas vidas por complicações da gravidez no país.

Não obstante aos indicadores demográficos afigurarem-se elevados, a análise evolutiva dos mesmos ao longo do tempo, revelam que no geral a qualidade de vida da população moçambicana tem estado a registar melhorias significativas, medida a partir da esperança de vida à nascença que tem vindo a aumentar progressivamente nos últimos tempos. Calcula-se que todo o indivíduo que nasça no país tem a esperança de viver em média 47 anos. O mesmo indicador visto na óptica do género, em média as mulheres possuem mais esperança de vida quando comparadas com os homens, 49 anos contra 45 anos, respectivamente.

Se considerarmos o efeito do SIDA, a esperança de vida à nascença reduz sobremaneira em todo o país, passando de 47 para 37 anos de vida. Quando visto na óptica do género, a esperança de vida das mulheres reduz em 11 anos, passando de 49 para 38 anos, enquanto que nos homens reduz em 10 anos, passando de 45 para 35 anos.

Portanto, a pandemia do HIV/SIDA continua a progredir constituindo assim, um constrangimento ao processo de desenvolvimento sócio-económico do país.

Dados observados mais recentes apontam para uma prevalência de 16% em adultos (15 a 49 anos de idade) no País, sendo a situação mais crítica nas regiões Centro 20,4%, e Sul 18,1%, quando comparado com a região Norte do País que é de 9,3%.

O Quadro abaixo apresenta as estimativas mais actualizadas de que se tem registo sobre as taxas ponderadas de prevalência do HIV em adultos.

Taxas Ponderadas de Prevalência do HIV em Adultos (15- 49 anos) por Província, Região e Nacional. Moçambique, 2004			
	Taxa de prevalência	Região	Taxa de prevalência
Maputo Cidade	20.7%	Sul	18.1%
Maputo Província	20.7%		
Gaza	19.9%		
Inhambane	11.7%		
Sofala	26.5%	Centro	20.4%
Manica	19.7%		
Tete	16.6%		
Zambézia	18.4%		
Niassa	11.1%	Norte	9.3%
Nampula	9.2%		
Cabo Delgado	8.6%		
Nacional			16.2%

Quando comparado com o ano anterior o número de pessoas vivendo com HIV/SIDA em Moçambique tende a aumentar. No período em análise estima-se que no país 1.6 milhões de pessoas vivem com HIV/SIDA contra, 1.5 milhões em 2005.

Concluindo, as variáveis demográficas acima reflectem melhorias substanciais na qualidade de vida da população Moçambicana. Estes avanços são fruto dos esforços levados a cabo pelo Governo com vista ao provimento de serviços sociais básicos a grande maioria da população moçambicana, melhoramento da sanidade do meio e o melhoramento contínuo e gradual dos serviços de saúde prestados às mulheres grávidas em todo o país. Contudo, caso não se observarem mudanças radicais de comportamentos e atitudes face a pandemia do HIV/SIDA, este esforço poderá vir a não lograr os sucessos almejados em tempo oportuno. Sendo assim, actualmente a maior atenção deve estar virada para a zona centro do País em termos de tratamentos e mitigação de consequências, por se registar uma tendência crescente da mortalidade, orfandade, morbilidade e abstinência nos locais de produção de rendimentos.

Ao longo do período em análise, foram registados a nível do país 410.577 novos casos de ITS's e assistidos 27.099 doentes de SIDA com o tratamento Anti-Retro-Viral. enquanto que os serviços da Acção Social assistiram 14.541 crianças em todo o país, em produtos alimentares no âmbito da mitigação dos efeitos do HIV/SIDA.

IV. CONTEXTO MACROECONÓMICO NACIONAL

O Plano Económico e Social de 2006 definiu como principais objectivos os seguintes:

- Alcançar um crescimento económico que se situe em torno de 8%;
- Conter a taxa de inflação média anual em 7.5%;
- Atingir um nível de 1,802.5 milhões de dólares, em exportações de bens o que representa um crescimento de cerca de 5%;
- Atingir um nível de reservas internacionais líquidas que financiem cerca de 4 meses de importações de bens e serviços;
- Prosseguir com a criação de condições que tornem atractivo o investimento em Moçambique, salvaguardando no entanto uma correcta gestão do meio ambiente; e
- Melhorar a quantidade e qualidade dos serviços públicos de educação, saúde, água, energia, saneamento e estradas.

O Balanço do Plano Económico e Social – I Semestre 2006 indica:

- Crescimento da produção global de 10.0%;
- Taxa de inflação acumulada (IPC-Maputo) de 4.6%;
- Exportações de bens, reportadas até o I Trimestre, atingiram cerca de 534,6 milhões de dólares; e
- Entrada de Investimentos, medida pelo somatório de Empréstimos Privados Desembolsados e Investimento Directo Estrangeiro, atingiu no I Trimestre 160.8 milhões de dólares.

Esta tendência revela que no geral os objectivos macroeconómicos avaliados pelos indicadores registados no I Semestre poderão ser atingidos até ao final do ano.

IV.1. PRODUÇÃO GLOBAL E SECTORIAL

A produção global registou no decurso do I semestre de 2006, um crescimento de 10.0% em relação aos níveis registados em igual período de 2005. Esta tendência é encorajadora, e a se mantiver, poderá ser alcançada a meta de crescimento estabelecida para o ano, fixada em 8.2%

Contribuíram em grande medida para o desempenho global, a agricultura (9.7%), a construção (17.5%) e os transportes e comunicações (25.5%). No geral o desempenho agrário foi impulsionado pelo registo de condições climáticas favoráveis para a prática agrícola. Relativamente á construção, destaca-se a reabilitação da Barragem de Massingir, Regadio do Baixo Limpopo, da Estrada Nacional nº1 e a reabilitação do Porto de Quelimane. O desempenho

dos transportes e comunicações resulta essencialmente do aumento registado no transporte rodoviário de carga.

PRODUÇÃO GLOBAL E SECTORIAL - Taxas de Crescimento em Volume (%)

PRODUÇÃO	I.S. 2005	2006 PL	I.S. 2006
AGRICULTURA, PECUÁRIA E SILVICULTURA	7.6	6.5	10.9
Agricultura	7.3	6.9	9.7
Pecuária	9.9	5.8	14.4
Silviculta e Exploração Forestal	7.5	2.9	19.6
PESCA	6.8	3.3	6.6
IND. EXTRACÇÃO DE MINERAIS	168.3	14.6	12.4
INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	3.5	4.3	3.7
ELECTRICIDADE E ÁGUA	12.3	4.3	1.6
CONSTRUÇÃO	-22.5	27.3	17.5
COMÉRCIO	7.4	8.7	9.1
SERVIÇOS DE REPARAÇÃO	0.9	1.0	1.1
RESTAURANTES E HOTEIS	0.3	6.1	13.6
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	43.7	9.6	25.5
SERVIÇOS FINANCEIROS	1.0	2.8	3.2
ALUGUER DE IMÓVEIS	1.1	2.4	2.4
SERVIÇOS PRESTADOS A EMPRESAS	2.2	4.5	5.6
SERVIÇOS DO GOVERNO	9.2	9.6	10.1
OUTROS SERVIÇOS	1.4	1.0	1.0
TOTAL PRODUÇÃO	7.3	8.2	10.0

O desempenho dos diferentes actores da vida económica e social do País nesta metade do ano, determinam uma tendência da produção global acima do planificado para o ano (8.2%), e acima da tendência registada no I semestre de 2005, tendo todos os sectores registado crescimentos positivos.

A. AGRICULTURA, PECUÁRIA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL

Registou-se um atraso e irregularidade das chuvas durante a campanha, sem contudo afectar as zonas com maior potencial produtivo. As condições climáticas que permitiram a realização de sementeiras iniciaram em finais de Novembro nas zonas Sul e Centro, e entre finais de Dezembro e princípios de Janeiro na zona Norte, tendo contudo resultado em inundações em algumas zonas baixas das províncias de Gaza, Inhambane e Sofala.

Registou-se a ocorrência de pragas (gafanhoto elegante e lagarta invasora), animais bravios , e o ataque generalizado do escaravelho preto no milho, afectando no conjunto, as províncias de Maputo, Gaza, Sofala, Manica, Tete, Cabo Delgado e Niassa.

No que diz respeito à disponibilidade de insumos, em todas as zonas do país, não foi limitante, com a excepção nas provincias de Niassa e Maputo. Foram distribuidas 50,5 ton de sementes de milho, arroz, amendoim, batata reno e hortícolas para a província de Niassa. Na provincia de Maputo, as necessidades em sementes foram asseguradas através da realização de feiras de sementes. De referir que foram realizadas feiras de sementes nas províncias de Maputo,

Gaza, Inhambane, Sofala, Manica, Tete, e Zambezia beneficiando 71.750 famílias.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA (Taxas de Crescimento em Volume %)			
	04/05	2006PL	05/06
TOTAL	7.3	6.9	9.7
EMPRESARIAL	3.8	8.4	22.4
FAMILIAR TOTAL	7.8	6.7	8.6
FAM. COMERCIALIZADO	15.9	10.7	5.0
AUTOCONSUMO	3.0	4.4	10.9

A produção empresarial e comercialização familiar, incluindo o autoconsumo, registou um crescimento de 9,7%. Para estes resultados é de destacar o registo de condições favoráveis para a prática desta actividade, e o papel desempenhado pelo Governo na promoção da actividade agrícola, através de:

- Fomento de culturas tolerantes à seca (batata doce, mandioca, ananás)- já disponíveis nas Províncias;
- Sensibilização dos produtores para o aproveitamento das zonas baixas e aproveitamento dos recursos hídricos existentes para agricultura;
- Reabilitação, manutenção e aquisição de pequenos sistemas de irrigação; e
- Distribuição de insumos agrícolas através da realização de Feiras agropecuárias e promoção da utilização de insumos e tecnologias melhoradas.

Embora tenha havido um decréscimo na taxa de crescimento dos produtos de exportação devido fundamentalmente a redução verificada na cultura da castanha de caju, a qual tem um peso relativamente maior neste grupo, as culturas de algodão, cana de açúcar e chá folha tiveram um desempenho positivo de cerca de 40.1%, 6.9% e 3.8% respectivamente.

O decréscimo verificado na comercialização da castanha de caju na campanha 2005/06 que é de cerca de 63 mil toneladas, contra cerca de 104 da campanha 2004/05, também prevista no PES 2006, deriva do facto de o caju ser uma cultura com um comportamento cíclico em períodos de 5 anos, onde a produção evolui de forma crescente até atingir um “pico”, após o qual se regista um decréscimo. A campanha da castanha 2004/2005 é reportada como sendo a melhor registada nos últimos 10 anos, e representou o referido “pico”. Adicionalmente, aponta-se a expansão do Oídio em Nampula, província que actualmente produz cerca de 70% da produção total. Em contrapartida, o aumento do preço de combustível no período em que decorreu a actividade de pulverização contra o Oídio (Julho-Agosto), resultou na redução no número de árvores tratadas.

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL – I SEMESTRE 2006

PRODUÇÃO EMPRESARIAL E COMERCIALIZAÇÃO DO SECTOR FAMILIAR

(Taxas de Crescimento em Volume %)

DESIGNAÇÃO	04/05	05/06 PL	05/06
PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO	36.4	5.8	-1.0
Castanha	142.4	-13.6	-39.8
Algodao	-4.5	25.2	40.1
Copra	0.0	0.0	-10.1
Cana de açúcar	19.2	11.7	6.9
Citrinos	0.0	0.0	0.0
Cha folha	5.8	0.0	3.8
PRODUTOS BASICOS ALIMENTARES	-0.3	8.0	9.2
Milho	2.3	4.8	9.9
Arroz Casca	-15.7	3.6	29.4
Mapira	-2.0	2.8	101.2
Mandioca	9.4	3.8	8.0
Amendoim descascado	-0.3	3.0	2.6
Feijao	-12.8	5.0	-0.1
Hortícolas	0.0	20.9	21.6
Cebola	8.8	33.0	-43.0
PRODUTOS PARA A INDUSTRIA	10.3	18.2	22.3
Tabaco	12.1	28.5	6.5
Tomate	5.7	6.0	93.7
TOTAL	11.8	10.1	9.6

Em relação a cana de açúcar registou-se um aumento devido a estabilidade produtiva das açucareiras de Xinavane, Marromeu, Maragra, e Mafambisse. A redução dos níveis de comercialização dos principais produtores de açúcar (Cuba, Brasil e Tailândia) devido a condições agro-ecológicas adversas, induziu de certa forma o aumento do preço de açúcar no mercado internacional livre, aliado à disponibilização de volumes adicionais deste produto aos mercados preferenciais com recurso às quotas do ano comercial 2005/2006, são factores de impulso ao aumento da produção nacional.

Os resultados positivos da indústria açucareira são explicados por diversos factores: processo de reformas levado a cabo; agressividade imprimida na distribuição e comercialização; eficácia das medidas de combate ao contrabando e o aumento das áreas de cultivo e produtividade.

Do conjunto das culturas de exportação registou-se um aumento significativo na comercialização da cultura do algodão (40,1%). A comercialização dos produtos alimentares básicos atingiu um crescimento de 6,5%, e resultou fundamentalmente dos crescimentos registados na comercialização da mapira (101,2%), arroz (29,4%), milho (9,9%) e mandioca (8%).

No geral, os indicadores da produção agrícola familiar para as culturas alimentares, e produtos para a indústria, revelaram um aumento da produtividade, sobretudo quando comparados com os registados na campanha anterior.

Os produtos para indústria cresceram 11,9%, com os altos níveis de produção registados nas culturas de tomate(281,6%) e tabaco (6,3%).

COMERCIALIZAÇÃO DO SECTOR FAMILIAR
(Taxas de Crescimento em Volume %)

DESIGNAÇÃO	04/05	05/06
PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO	61.7	-5.4
Castanha	142.4	-39.8
Algodao	-0.2	38.8
Cana de açúcar	2.5	0.0
Citrios	0.0	0.0
PRODUTOS BASICOS ALIMENTARES	1.2	6.5
Milho	-0.6	12.7
Arroz Casca	-5.1	42.6
Mapira	-3.4	124.2
Mandioca	11.2	10.5
Amendoim descascado	0.0	2.7
Feijao	0.0	-0.1
Hortícolas	0.0	-1.3
Cebola	9.6	-36.2
PRODUTOS PARA A INDUSTRIA	11.8	11.9
Tabaco	11.7	6.3
Tomate	11.4	281.6
TOTAL	15.9	5.0

A comercialização do sector familiar registou um crescimento de 5,0%.

No concernente à produção pecuária, referir que o ambiente e perspectivas de produção pecuária conheceram um assinalável impulso, destacando-se: i) relançamento da produção de ovos da UGC (sector cooperativo); ii) lançamento do projecto para a produção de frangos e ovos na província de Maputo; iii) dois matadouros industriais quase concluídos em Manica; iv) investimentos em curso na área avícola em Niassa.

No sector familiar tem se registado um aumento dos efectivos pecuários graças ao programa de fomento pecuário que tem sido levado a cabo com sucesso. O efectivo global de bovinos ultrapassou já a fasquia de 1.411.793 de cabeças estando o País a caminhar a passos golpantes para alcançar o efectivo pique de cerca de 1.500.000 registado nos anos oitenta.

PRODUÇÃO PECUÁRIA (Taxas de Crescimento em Volume %)

Descrição	I.S. 2005		I.S. 2006	
	SECT. FAM.	SECT. EMP.	SECT. FAM.	SECT. EMP.
Gado Bovino	7.2	1.4	4.5	3.8
Gado Suino	26.4	6.0	2.0	2.0
Aves vivas	37.6	31.3	-7.0	225.9
ovos frescos	2.5	17.8	0.0	17.8

A produção total de carne de vaca, porco e frango atingiu no período em análise cerca de 5,378 toneladas dos quais 42,7% em carne de vaca. Foram ainda produzidos cerca de 723,735 litros de leite e 761,180 dúzias de ovos de consumo, o que ditou ritmos de crescimento da produção animadores.

Com vista o aumento da produção, produtividade e qualidade dos produtos pecuários, deu-se continuidade às actividades inerentes à sanidade animal e às que visam o aumento dos níveis de comercialização.

O subsector de silvicultura e exploração florestal também registou um crescimento nos níveis de produção em comparação com o I semestre de 2005, onde atingiu um crescimento de 19,6%, mantendo deste modo a evolução positiva que vem se registando desde os anos anteriores. A produção de madeira em toros, do sector empresarial, cresceu 21,8%. Igualmente, registou-se um aumento nos níveis de produção de lenha e do carvão, como resultado do aumento do volume do licenciamento florestal.

B. PESCAS

A produção pesqueira registou um crescimento de 6,6%, onde a produção familiar registou um crescimento de 21,8%, e a pesca empresarial registou um decréscimo de 3,4%.

No período em análise foram capturados na pesca empresarial 13750 toneladas de diverso pescado, contra 14.029 toneladas do I semestre de 2005. De referir que incluindo o peixe de água doce, a cifra atingiu 18577 toneladas.

PRODUÇÃO PESQUEIRA (Taxas de Crescimento em Volume %)

	I.S 2005	2006PL	I.S 2006
TOTAL	6.8	3.3	6.6
EMPRESARIAL	16.5	5.1	-3.4
FAMILIAR TOTAL	-3.0	0.6	21.8
FAM. COMERCIALIZADO	-8.5	0.0	29.4
AUTOCONSUMO	2.5	1.2	15.7

Adicionalmente, registou-se um início tardio da actividade produtiva por parte de numerosa frota devido a problemas financeiros, sobretudo no que diz respeito à pesca do camarão. Os problemas financeiros do sector empresarial são devidos aos elevados custos dos combustíveis, tendo em conta que estes representam cerca de 51% dos custos de produção.

A captura tradicional do camarão efectuada pelas embarcações do sector empresarial atingiu cerca de 5.053 toneladas, o que representa mais de metade da produção prevista no PES 2006 de cerca de 9300 toneladas. De referir que foi atingido no período em análise um melhor rendimento pesqueiro de cerca de 0.6 toneladas por dia, contra 0.5 toneladas por dia alcançados em igual período de 2005.

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL – I SEMESTRE 2006

No geral, os decréscimos registados nas pescarias da lagosta (-84%), lagostim (-10.8%) e lulas e polvos, por se tratar de fauna acompanhante das pescarias dos recursos principais (camarão e gamba), o seu desempenho é de certo modo positivo, uma vez que condicionam positivamente, os rendimentos do recurso principal.

De referir que a produção do camarão da aquacultura registou um crescimento positivo (703 toneladas) comparado com o I semestre de 2005 (64 toneladas).

PESCA EMPRESARIAL

Descrição	I.S. 2005		I.S. 2006	
	T.C.Vol	Quant.	T.C.Vol	Quant.
Lagosta	-50.0	3	-84.0	0.48
Caranguejo	19.0	53	9.4	58
Gamba	25.8	634	19.9	760
^Peixe Fresco e Refrigerado	-24.9	1097	13.7	1247
*Camarão	16.7	6451	-10.8	5756
Lagostim	-5.5	61	-23.0	47
Kapenta	-57.3	6046	7.6	6508
lulas e polvos	50.7	113	-33.6	75

*Inclui Aquacultura

^Inclui Fauna Acompanhante

PESCA ARTESANAL

Descrição	I.S. 2005		I.S. 2006	
	T.C.Vol	Quant.	T.C.Vol	Quant.
Lagosta	0.0	-	0.0	2
Caranguejo	-34.2	90	6.7	96
Peixe Fresco e Refrigerado	2.5	29,760	31.1	39,029
Camarão	2.5	2,700	-42.0	1,565
Cefalópodes	-55.4	160	-2.5	156

Os dados da pesca artesanal foram obtidos por meio do sistema de amostragem o qual continua a cobrir apenas 5 províncias costeiras nomeadamente Maputo, Inhambane, Sofala, Zambézia e Nampula.

Com vista a promoção da pesca artesanal, as acções continuaram focalizadas no desenvolvimento comunitário e na promoção da prática de pesca sustentável.

C. INDÚSTRIA EXTRACTIVA

A produção de minerais durante o I Semestre de 2006 registou um crescimento global de 12,4%¹ comparativamente a igual período do ano passado. Neste sector o destaque vai para o crescimento registado na produção de gás natural (20,7%) e calcário 48,8%, tendo em conta o valor que estes adicionam na produção mineira global. Registaram-se crescimentos assinaláveis na produção de granada facetável, bauxite, bentonite tratada, berilo e areia para construção.

RECURSOS MINERAIS - Taxas de Crescimento em Volume (%)			
DESIGNAÇÃO	I.S. 2005	2006 PL	I.S. 2006
Carvão	-100.0	200.0	-
Bauxite	60.6	24.0	291.5
Grafite	0.0	0.0	0.0
Bentonite bruta	0.0	0.0	0.0
Bentonite tratada	-42.6	11.1	191.2
Bentonite triada	57.0	22.4	-100.0
Bentonite Activada	0.0	0.0	0.0
Mármore em chapas	12.8	24.0	-29.0
Mármore em blocos	17.2	33.3	-12.5
Granada facetável	-70.5	104.5	618.4
Pedras lapidadas	0.0	0.0	0.0
Ouro	-35.3	7.7	13.3
Água Mariha Refugo	41.5	120.0	-93.8
Turmalinas	-90.7	29.6	21.3
Tantalite	-1.9	16.1	-72.0
Berilo	0.0	20.0	105.3
Areia	-24.2	3.6	51.3
Calcário	-50.5	15.0	48.8
Riolitos	5.9	34.8	-12.9
Granitos	-100.0	150.0	0.0
Dumortiorite	-100.0	20.0	-
Gás Natural	185.0	4.1	20.7
TOTAL	168.3	14.6	12.4

A produção do carvão mineral, registou uma realização do plano de 59,7%. Prevê-se o cumprimento do plano de produção previsto para o presente ano, devido fundamentalmente a instalação de novo equipamento em 2005 e a estabilidade laboral que se vive com o novo concessionário da mina Chipanga XI. De referir que no I semestre de 2005, não se registou nenhuma produção de carvão.

A produção do ouro registou um crescimento de 13,3%, mercê dos esforços desenvolvidos no âmbito do apoio e promoção da actividade mineira de pequena escala, em particular através do Fundo de Fomento Mineiro.

A produção de águas marinhas e turmalinas, registou um crescimento, o qual está aliado ao facto do (i) número de licenças destes minerais estar a crescer,

¹ Com a inclusão do condensado e outros produtos, a produção deste sector tem estado a registar ritmos de crescimento acima do que é apresentado neste balanço.

(ii) a descoberta de novas ocorrências contendo estes minerais e (iii) aos novos dispositivos no novo Regulamento da Lei de Minas.

A produção de gás natural registou um crescimento de 20,7%, tendência que se espera que se mantenha nos próximos anos, tendo em conta a proposta de expansão do centro de processamento do gás e gasoduto.

A par dos recursos minerais constantes na tabela, registaram-se crescimentos na produção do condensado com 33,7%, Brita com 429,5%, Quartzo com 169,5%, Águas Marinhas com 36% e a Granada Refugo com 123,2%.

D. INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

Durante o I semestre de 2006 a produção industrial empresarial registou um crescimento de 3,3%. Incluindo a produção do sector familiar o crescimento registado foi de 3,7%.

A tabela abaixo mostra em pormenor o comportamento da produção industrial por Divisões de actividade:

Evolução da Produção Industrial por Divisões de Actividade

Unid/Med: 10⁶Mtn

Descrição de Divisões	IS - 2005	IS - 2006	% Cresc
Outras Indústrias Extractivas	1.9	6.9	270.5
Indústrias Alimentares e Bebidas	2,725.6	2,913.1	6.9
Indústria do Tabaco	749.8	896.7	19.6
Fabricação de Têxteis	8.4	42.8	408.6
Indústria de Vestuário	41.0	19.3	-53.0
Curtimenta e Fab.de Calçado	10.3	14.6	41.4
Fabric. Papel, Cartão e seus Artigos	110.2	82.1	-25.4
Edição, Impressão e Reprod.	207.7	216.5	4.2
Fabricação de Prod. Químicos	225.5	209.3	-7.2
Fab. Art. Borracha e Material Plástico	134.3	124.6	-7.2
Indústrias Metalúrgica de Base	10,417.4	10,593.3	1.7
Fab.Prod.Metálico/Maquinas e Equipamentos	111.3	81.5	-26.7
Fab. Maquinas e Equipamento	18.7	24.8	32.1
Fab. Máquina e Aparelhos Eléctrico	68.9	108.7	57.8
Fab. Veículos Auto. e Reboques	2.7	3.6	32.6
Fab. Outro Material de Transporte	27.2	7.9	-71.0
Fab. Mobiliário; Outras Ind. Transformadoras	62.1	64.7	4.2
Produç. Distrib.Vapor, Agua Quente. Prod. Gelo	2.2	2.6	17.3
Outras. Act.e Serv. Prestados às Empresas	4.4	12.0	171.2
Total	14,929.7	15,424.9	3.3

Na categoria de Outras Indústrias Extractivas (Extracção e Refinação de Sal) registou-se um crescimento de 270,5%. As Indústrias Alimentares e das Bebidas registaram um crescimento de 6,9%. A Indústria do Tabaco cresceu 19,6%, com a entrada da nova empresa, a Mozambique Leaf Tobacco, sediada em Tete.

A Impressão e Reprodução de Suportes de Informação Gravados tem registado instabilidade nos seus níveis de produção pelo facto do sector laborar com base em encomendas. Todavia, com a implementação do regulamento de Contratação de Empreitadas de Obras Publicas, fornecimento de bens e serviços ao Estado, esperam-se melhorias neste sector.

As Indústrias Metalúrgicas de Base registaram um crescimento de 1,7%, onde a produção da Mozal cresceu 1,5%..

A Indústria de Vestuário registou um decréscimo de 53,0%. Embora uma parte das empresas tenham registado índice positivo.

Todavia, com a priorização das empresas nacionais no fornecimento de encomendas de vestuário no sector de saúde, e em outros sectores públicos, espera-se melhor desempenho deste sector.

E. ELECTRICIDADE E ÁGUA

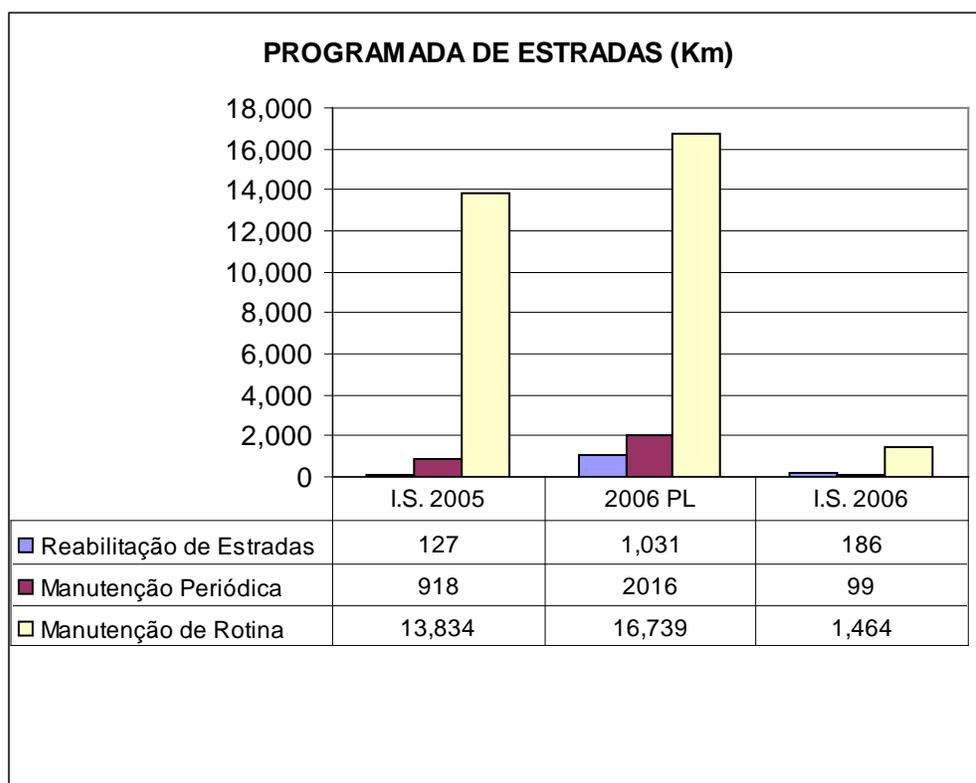
A produção de electricidade e água durante o período em análise cresceu em cerca de 1,6% comparativamente a igual período de 2005. De referir que o consumo final de energia eléctrica durante o período em análise cresceu em cerca de 3% comparativamente a igual período de 2005.

Em termos de desempenho, a EdM realizou 20,287 novas ligações no I semestre do 2006 o que corresponde a 63% do plano e um decréscimo de 10%, quando comparado ao igual período de 2005. O número total de clientes da EdM no fim do I semestre 2006 é de 357,853 clientes efectivamente registados.

O valor das exportações a partir da HCB atingiram cerca de 87 milhões de dólares, contra cerca de 71 milhões registados no I semestre de 2005.

F. CONSTRUÇÃO

Em termos globais, os indicadores do I semestre apontam para um crescimento da construção de 17,5%. Este crescimento espelha o desempenho da construção empresarial que registou um crescimento nominal de 35%, o que representou um crescimento real de 19,9%. Neste semestre foram realizadas obras de reabilitação da Barragem de Massingir, Regadio do Baixo Limpopo, alguns troços da Estrada Nacional nº1, reabilitação do Porto de Quelimane, construção das infraestruturas em Moma-Nampula. A realização detalhada deste sector, encontra-se descrita no capítulo de infra-estruturas.



No geral o programa de estradas mostra que foram reabilitados 186 km de estradas ,e realizados trabalhos de manutenção periódica (99 km) e de rotina (1,464 km)

G. COMÉRCIO

Os resultados apurados indicam um crescimento da actividade comercial em 8,1%. Esta dinâmica resulta do comportamento das actividades do sector real nomeadamente os sectores agrário, indústria transformadora (sem Mozal dado que a sua produção e importação não entram no fluxo comercial), e indústria extractiva, assim como o aumento líquido do fluxo comercial internacional previsto na balança de pagamentos.

H. RESTAURANTES E HOTÉIS

Durante o primeiro semestre foram analisados 101 projectos e, deste número, foram aprovados 58 propostas e encontrando-se em tramitação 42 projectos. O nível de aprovação de projectos é na ordem de 53%. O volume de investimentos dos projectos aprovados é estimado em 111,8 milhões de dólares americanos.

Dos projectos privados autorizados de grande impacto se destacam 10 a ocorrer em 7 províncias, nomeadamente, Maputo-Cidade (1 projecto de modernização) e 9 projectos de construção de raiz em Maputo-Província(2 hotéis), Gaza(2 hotéis estimados no total em 20 milhões de dólares americanos), Inhambane(2- uma Marina resort avaliado em 10 milhões de dólares americanos e um

complexo Turístico), Sofala (2- um Apart Hotel e um Hotel residencial estimado em 10 milhões de dólares americanos) e Cabo-Delgado (1 hotel orçado em 30 milhões de dólares americanos).

I. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

O crescimento global do sector dos transportes e comunicações foi de 25,5% , mercê do desempenho registado no transporte rodoviário de carga, devido fundamentalmente ao surgimento de novos operadores como resultado da aquisição, em Janeiro último, de novos camiões para o Sector Privado, na Província da Zambézia, e com a abolição dos vistos de entrada na Swazilândia e África do Sul, o que resulta no aumento do movimento de pessoas e bens, aliado à expansão e melhoria da rede viária.

Por outro lado, o transporte rodoviário assistiu a um bom desempenho no tráfego de passageiros, sobretudo no transporte interprovincial, com o aumento da tarifa e de veículos com capacidade superior a 15 lugares.

O crescimento registado no transporte ferroviário deve-se por um lado, à reabertura de linhas anteriormente não exploradas pelo CFM-Sul (Matola-Gare e Marracuene) e ao aumento da oferta; e por outro lado, ao melhoramento em curso, da Linha do Norte, (Nampula–Cuamba), não obstante as constantes interrupções da linha causadas pelas chuvas que têm influenciado negativamente a frequência dos comboios.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES – Taxas de Crescimento em Volume (%)

Designação	I.S. 2005	2006 PL	65
Transporte Ferroviário	-10.7	5.3	13.5
Transporte Rodoviário	85.0	5.4	26.4
Transporte por Oleodutos	93.7	37.0	-55.8
Transporte Marítimo e Cabotagem	14.0	3.8	2.6
Transporte Aéreo	5.0	5.3	47.9
Serviços relacionados com os Transportes	-3.2	4.3	6.4
Serviços de Comunicações	-5.5	20.5	33.6
TOTAL	43.7	9.6	25.5

O desempenho do transporte aéreo (47,%) deve-se, em parte, à entrada em operação da Kenya Airways e à maior aderência do público utente, tirando proveito da redução das tarifas concorrenciais praticadas pelos operadores. Além disso, há tráfego que se faz de Pemba para DAR-ES-SALAAM.

Por outro lado, foram levadas a cabo acções de operacionalização de rotas regionais em coordenação com o Sector do Turismo, podendo-se tomar como exemplo a utilização de mais aeronaves pela abertura do tráfego regional, com destaque à rota Lanseria (Johanesburg)-Inhambane-Lanseria.

O volume de carga manuseada nos portos atingiu 4,878.6 mil toneladas métricas contra 4,584.2 mil toneladas métricas alcançadas em igual período do ano anterior.

Apesar da subida nos proveitos em 6.4%, é notória a baixa no Porto de Pemba, em cerca de 19.7% influenciada pela diminuição da carga contentorizada (importação) e de madeira (exportação).

IV.2. SECTOR MONETÁRIO E CAMBIAL

A política monetária implementada no primeiro semestre de 2006 teve em vista os objectivos definidos pelo Governo, particularmente o crescimento económico e manutenção da taxa de inflação a 1 dígito.

Para 2006, os objectivos finais de política monetária estabelecem que as reservas internacionais líquidas deverão ser suficientes para quatro meses de importações de bens e serviços não factoriais (cinco meses excluindo os mega-projectos), equivalentes a um saldo de USD 1,063 milhões, mais USD 120 milhões em relação a Dezembro de 2005 e uma posição líquida de poupança do Estado junto do sistema bancário, de 4,518 milhões. Os objectivos operacionais de política são consistentes com uma expansão da Base Monetária não superior a 15.1% até finais do ano, uma expansão dos Meios Totais de Pagamento (agregado M3) de 18.2% e um crescimento do crédito à economia de 27.1%.

As metas de reservas internacionais líquidas e de crédito líquido ao Governo do sistema bancário, contemplam já os valores que resultaram do perdão da dívida externa de Moçambique ao FMI, no quadro do *Multilateral Debt Relief Initiative* (MDRI), no valor de cerca de USD 154 milhões, efectivado a 6 de Janeiro, e que se destina aos programas prioritários do Governo no âmbito do PARPA e implementação dos objectivos de desenvolvimento do milénio (MDG).

Destacar que a partir de Junho de 2006, as variáveis Base Monetária e Crédito Líquido ao Governo do sistema bancário passaram a constituir alvos prioritários, em substituição dos Activos Internos Líquidos do Banco de Moçambique e do Saldo Primário do Orçamento de Estado, respectivamente. A mudança operada visa dotar às políticas monetária e fiscal, maior flexibilidade na sua implementação.

O quadro que se segue mostra as metas do programa para Junho e Dezembro de 2005, assim como a sua execução em Junho.

Realização e Programa Monetário - I Semestre de 2006

Descrição	Metas		Realizado
	Junho-06	Dezembro-06	Junho-06
Performance Criteria			
Base Monetária-Saldo (10 ⁶ MTn)	12,033 (*)	14,038	12,201
RIL - Saldo (USD 10 ⁶)	1,097	1,097	1,159
Crédito ao Governo - fluxo (10 ⁶ MTn) Líq. Sist. Bancário	-3,800	-4,300	(-)5,973 (**)
Indicativas			
M3 - saldo (10 ⁶ MTn)	46,268	51,365	45,366

(*) Contempla 250 milhões de MTn para ajustamento especial decorrente da implementação do MTn

(**) Valor ainda sujeito a ajustamentos.

Verifica-se que até Junho de 2006, as principais variáveis monetárias situaram-se na linha dos valores programados, incluindo a Base Monetária, quando aplicado o ajustador automático para acomodar o processo de transição para o MTn.

Para 2006, o Governo comprometeu-se também a prosseguir as reformas em curso no sistema financeiro, com especial incidência para a modernização dos mercados interbancários e concentrar atenção especial ao processo de implementação da Lei 7/2005, da Assembleia da República, que aprovou a taxa de conversão para o Metical da nova família.

As principais acções realizadas até Junho neste domínio foram:

- Introdução de um novo mecanismo de fixação das taxas de juro das Facilidades Permanentes de Cedência e de Depósito, no MMI, abandonando deste modo a sua indexação à taxa de juro média dos Bilhetes de Tesouro (BTs) com maturidade de 364 dias, o que permitiu maior flexibilidade das taxas de juro, em função das condições de liquidez do mercado;
- Aprovação do Aviso nº 02/GGBM/2006, que reforça a abrangência do Aviso nº 06/GGBM/2005, sobre a intermediação de operações com o exterior pelos bancos comerciais, visando uma maior tramitação das operações de comércio externo através do sistema financeiro;
- Lançamento de uma ampla campanha de educação cívica dos agentes económicos e da sociedade em geral, com especial incidência para as zonas rurais e países que mais acolhem moçambicanos na diáspora, sobre os principais aspectos relativos a introdução, a partir de Julho, do Metical da Nova Família. Em simultâneo, diversas acções concertadas com organismos do Governo foram realizadas visando orientar o processo de esclarecimento sobre a dupla indicação de preços (obrigatória a partir de Março) e preparação de regulamentação específica.

Execução da Política Monetária

As intervenções do BM no Mercado Monetário Interbancário (MMI) levaram à emissão de 10,554.8 milhões de MTn em Bilhetes do Tesouro (BTs), que conjugado com o vencimento 12,569 milhões de MTn, resultou numa esterelização líquida de 9,321 milhões de MTn sob forma de títulos em final de Junho, após 10,576 milhões de MTn em final de Dezembro de 2005. Deste montante, 488 milhões de MTn estavam na posse dos clientes dos bancos comerciais, que os adquiriram no mercado secundário, 555 milhões de MTn correspondem à utilização efectuada pelo Estado para suprir as suas necessidades de tesouraria.

Tendo em vista contrariar a evolução altista da inflação (a taxa de variação homóloga cresceu sucessivamente de 15.25% em Fevereiro para 16.66% em Março e 17.07% em Abril), o Governo alterou, no mês de Março, as suas taxas de intervenção no Mercado Monetário Interbancário (MMI), fixando a taxa de juro

da Facilidade Permanente de Cedência de liquidez em 19% e a taxa de juro da Facilidade Permanente de Depósito em 13%, contra os anteriores 17.25% e 11.25%, respectivamente.

No MMI, a tendência geral das taxas foi no sentido ascendente a partir de Março, tendo a taxa média dos BTs incrementado 7.3 pontos percentuais (pp), 6.45 pp e 6.6 pp para as maturidades de 91 dias, 182 dias e 364 dias, respectivamente, situando-se nos 17.5%, 17.25% e 18.25%, em final de Junho, o que comparado com a inflação homóloga resultou sempre em taxas de juro reais positivas ao longo de todo o semestre.

Do mesmo modo, visando complementar o esforço de intervenção realizado via MMI, o Governo colocou no mercado, através do Mercado Cambial Interbancário (MCI), USD 260 milhões, o que permitiu enxugar o equivalente a 6,563 milhões de MTn., contra um volume de vendas líquidas de USD 224 milhões realizados no primeiro semestre de 2005.

Evolução dos Principais Agregados Monetários

A. Meios Totais de Pagamento

O saldo dos Meios Totais de Pagamento (agregado M3, que contempla as notas e moedas que se encontram fora do sistema bancário e os depósitos de residentes no sistema bancário, denominados quer em moeda nacional como em moeda estrangeira – excluindo os depósitos do Estado), situou-se em 45,366 milhões de MTn, o que representa uma expansão acumulada de 1,925 milhões de MTn (4.4%) em relação a Dezembro de 2005 e anual de 6,738 milhões de MTn (17.4%). Estes valores situam-se dentro dos tectos previstos no programa monetário para o primeiro semestre.

Do ponto de vista de estrutura dos depósitos, no período registou-se um aumento do peso dos depósitos à prazo, que passaram de 29.9% em Dezembro de 2005 para 33.9% em Junho. Os principais responsáveis por novos depósitos, no sistema bancário, foram os particulares, com 1,978 milhões de MTn (97% do fluxo do período).

B. Crédito à Economia

O saldo do Crédito à Economia (CE) concedido pelas instituições de crédito, registou no semestre um crescimento acumulado de 8.9% (1,881 milhões de MTn) e anual de 36.8% (6,213 milhões de MTn)². No semestre, os saneamentos de crédito vencido foram no valor de 219 milhões de MTn, que expurgados resulta numa expansão do crédito à economia de 9.9%. O impacto cambial sobre o crédito denominado em moeda estrangeira foi de 726 milhões de MTn

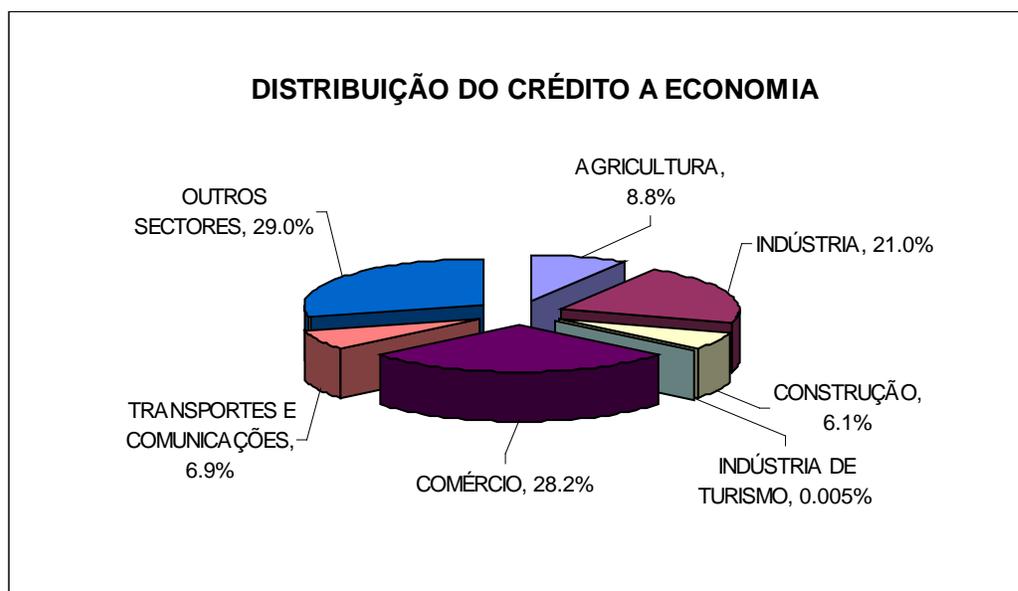
² O fluxo anual é influenciado pela incorporação, na síntese monetária, de um montante de 1,540 milhões de MTn de saldo de uma instituição financeira não monetária, por fusão com uma instituição monetária do mesmo grupo.

no semestre, que expurgado resulta numa variação acumulada do crédito a economia de 5.4% e 35.5% em termos de variação anual.

No mesmo semestre em análise, o stock do crédito denominado em moeda estrangeira reduziu USD 66 milhões, contra um aumento do crédito denominado em moeda nacional de 2,861 milhões de MTn.

A análise sectorial do crédito mostra que até final de Junho o sector do comércio detinha a maior fatia, com 28%, seguindo do industrial com 21%. O crédito a outros sectores representa basicamente o concedido a particulares ou instituições que não se enquadram na restante sectorização exibida abaixo.

Do ponto de vista de fluxos, os maiores beneficiários foram o sector industrial, com um aumento de 1,785 milhões de MTn, seguido da construção (687 milhões de MTn) e transportes e comunicações (464 milhões de MTn), enquanto que o comércio liderou os reembolsos, com uma redução líquida do saldo do endividamento da ordem dos 1,023 milhões de MTn.



C. Taxas de Juro

As taxas de juro médias de crédito registaram também uma tendência crescente, tendo a taxa média para prazo de 1 ano passado de 19.2% em Dezembro de 2005 para 22.77% no final de Junho, enquanto que a taxa média dos depósitos, para a mesma maturidade, subiu para 10.25%, após 8.52% em Dezembro.

D. Reservas Internacionais Líquidas (RILs)

O perdão da dívida externa de Moçambique ao FMI, no valor de cerca de USD 154 milhões, no âmbito do MDRI, permitiu uma melhoria das Reservas Internacionais Líquidas no mesmo montante, contribuindo para que o saldo melhorasse em USD 215.5 milhões no semestre. Em finais de Junho de 2006, o saldo de RILs era de USD 1,159 milhões, equivalente a 5.1 meses de cobertura

de importações de bens e serviços não factoriais pelas reservas internacionais brutas, após 4.6 meses em Dezembro de 2005.

Contribuíram também para a acumulação de RILs no período em análise, as seguintes operações:

- Desembolsos de ajuda externa: USD 240.3 milhões, dos quais, USD 60 milhões sob forma de empréstimo do IDA – Banco Mundial e o remanescente na forma de donativos oficiais;
- Entradas à favor do Estado: USD 105.2 milhões;
- Transferência de rendimentos de Mineiros: USD 26.4 milhões;
- Compras diversas efectuadas pelo BM: USD 15.5 milhões.

As entradas acima alistadas foram amortecidas pelas seguintes saídas:

- Vendas líquidas efectuadas pelo BM no MCI: 260 milhões;
- Pagamento do serviço de dívida externa: USD 29.5 milhões;
- Pagamento de despesas diversas a favor do Estado: USD 25.4 milhões.

Taxa de Cambio

Depois de um período de relativa pressão, ocorrido entre Janeiro e Fevereiro de 2006, decorrente de uma maior procura de divisas para pagamento de importações de combustíveis e produtos diversos, o Metical estabilizou-se no mercado entre Março e Abril, tendo nos últimos meses do semestre (Maio e Junho) acumulado ganhos relativos face ao dólar americano, culminando com uma depreciação acumulada de 1,54% em Junho e anual de 2,76%..

A par de uma maior volatilidade do USD no mercado internacional, a intervenção nos mercados interbancários favoreceu a estabilidade cambial. Ademais, esta situação esteve no período igualmente associada a medidas especiais tomadas visando financiar as importações de combustíveis, através de um sindicato bancário mais robusto para fazer face a este tipo de operações, a um crescimento da confiança no mercado, traduzido pelo aumento das transacções interbancárias de divisas e ainda no incremento das vendas de divisas pelos exportadores aos bancos comerciais.

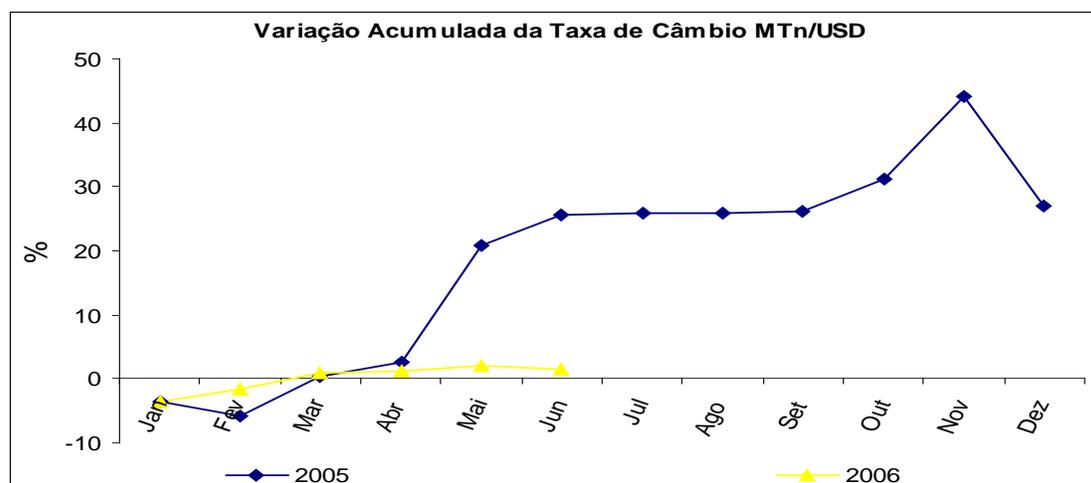
BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL – I SEMESTRE 2006

MERCADO DE CAMBIOS - COTAÇÃO DO METICAL FACE AO DÓLAR AMERICANO

ANO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
TAXAS MÉDIAS - MT/USD												
2003	23,80	23,81	23,82	23,81	23,82	23,78	23,67	23,74	23,74	23,77	23,80	23,83
2004	23,69	23,84	23,84	23,83	23,75	23,44	23,05	22,67	22,24	21,01	20,27	19,34
2005	18,78	18,38	19,55	19,97	23,53	24,46	24,55	24,51	24,60	25,54	28,09	24,76
2006	23,91	24,39	25,02	25,09	25,27	25,14						
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA (%)												
2003	0,48	0,52	0,55	0,52	0,54	0,38	-0,08	0,24	0,20	0,37	0,49	0,62
2004	-0,61	0,02	0,04	-0,02	-0,37	-1,67	-3,30	-4,87	-6,68	-11,85	-14,94	-18,85
2005	-3,63	-5,66	0,36	2,51	20,75	25,56	26,01	25,82	26,27	31,08	44,19	27,07
2006	-3,43	-1,47	1,06	1,35	2,05	1,54						
TAXA DE CRESCIMENTO HOMÓLOGA (%)												
2003	2,09	1,68	1,29	0,87	0,75	0,54	-0,17	-0,30	-0,59	-0,66	-0,14	0,62
2004	-0,47	0,13	0,11	0,08	-0,29	-1,43	-2,62	-4,51	-6,28	-11,63	-14,82	-18,85
2005	-20,73	-22,90	-17,99	-16,18	-0,93	4,39	6,52	8,12	10,60	20,47	37,58	27,07
2006	27,32	32,72	27,95	25,63	7,40	2,76						

De referir que a 30 de Junho, a cotação média do dólar americano no mercado cambial foi de 25,83 MTn/USD, que equivale a uma Depreciação média de 6,8% em relação a cotação média de 31 de Dezembro de 2005. Face a cotação de 30 de Junho de 2005, o metical depreciou 5,13%.

A taxa de câmbio média semestral em 2006 foi de 24,8 MTn/USD, contra os 20,78 MTn/USD em 2005, o que equivale a uma depreciação de 16,22%. Nota que em 2005, a cotação do dólar no mercado doméstico foi anormal, tendo o metical sofrido forte apreciação. Ainda em 2006, a cotação MTn por USD apresenta indícios de uma variação ligeira nos próximos meses, ou seja, espera-se uma estabilidade do MTn face ao Dólar americano.



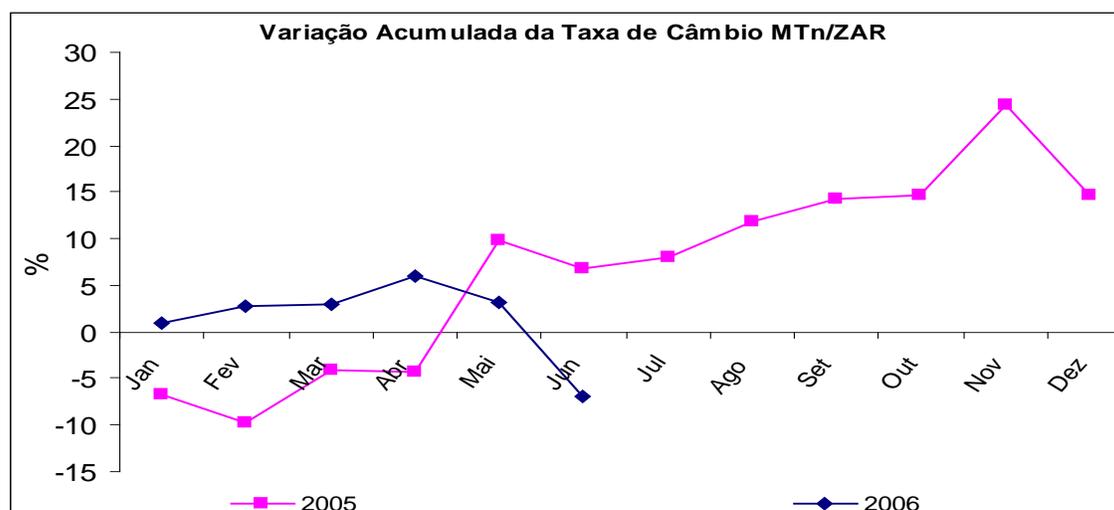
Relativamente ao Rand, o Metical acumulou nos primeiros dois meses do ano uma depreciação acumulada de 2.68%, que se prolongou até Abril, atingindo 6.04%, tendo porém a partir de Maio invertido o seu comportamento, culminando com uma apreciação acumulada de 6.84% em Junho.

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL – I SEMESTRE 2006

MERCADO DE CAMBIOS - COTAÇÃO DO METICAL FACE AO RAND

ANO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
TAXAS MÉDIAS - MT/ZAR												
2003	2,78	2,90	3,01	3,12	3,21	3,03	3,17	3,23	3,24	3,42	3,48	3,66
2004	3,51	3,53	3,61	3,67	3,52	3,61	3,72	3,61	3,45	3,36	3,38	3,39
2005	3,16	3,06	3,25	3,25	3,73	3,62	3,67	3,79	3,87	3,89	4,22	3,89
2006	3,93	3,99	4,00	4,12	4,01	3,62						
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA (%)												
2003	3,27	8,06	11,87	15,99	19,46	12,78	18,02	20,12	20,66	27,24	29,67	36,27
2004	-4,16	-3,57	-1,32	0,30	-3,89	-1,54	1,68	-1,39	-5,82	-8,29	-7,64	-7,36
2005	-6,73	-9,81	-4,09	-4,22	9,86	6,83	8,08	11,78	14,16	14,62	24,31	14,65
2006	1,00	2,68	2,93	6,04	3,08	-6,84						
TAXA DE CRESCIMENTO HOMÓLOGA (%)												
2003	27,42	32,85	38,23	38,90	32,88	24,09	30,05	34,62	36,14	41,87	37,89	36,27
2004	26,46	21,59	20,19	17,84	9,64	18,95	17,40	11,86	6,36	-1,78	-2,94	-7,36
2005	-9,84	-13,34	-9,95	-11,53	5,90	0,53	-1,53	5,02	12,29	15,78	24,69	14,65
2006	24,15	30,52	23,04	26,92	7,56	-0,02						

A taxa de cambio média do primeiro semestre de 2006, foi de 3,95 MTn/USD, tendo depreciado 0,18% face a média semestral de 2005, que foi de 3,3MTn/ZAR. A cotação MTn por RAND dá indício de pequenas variações até final do ano.



IV.3. INFLAÇÃO

A análise da evolução da inflação basea-se no Índice agregado, denominado MABENA, que agrega os índices de preço das cidades de Maputo, Beira e Nampula, apresentando de uma forma equilibrada o índice de preços do País.

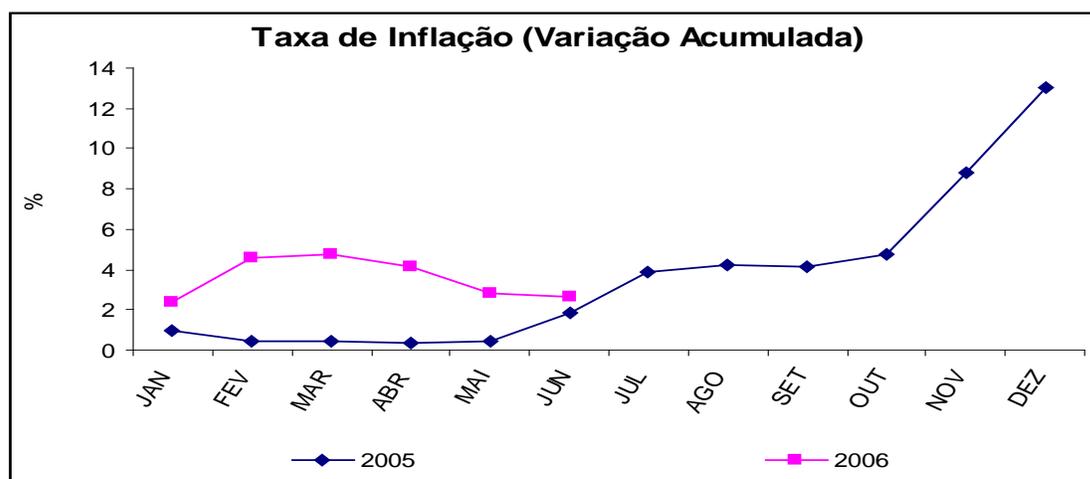
Conforme se pode observar na tabela que se segue, a taxa de inflação acumulada de Janeiro a Junho foi de 2,64%. Por cidades, nota-se que a cidade de Maputo teve a inflação acumulada mais elevada com 4,64%, em relação a Beira e Nampula que alcançaram 2,82% e -1,08% respectivamente.

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL – I SEMESTRE 2006

INDICE DE PREÇOS - MABENA - BASE DEZ 2004 = 100

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
INDICE:												
2004	94.23	95.06	96.03	96.78	96.99	96.69	97.01	96.95	96.98	97.56	98.09	100.00
2005	100.97	100.41	100.47	100.37	100.46	101.82	103.86	104.20	104.14	104.76	108.82	113.07
2006	115.77	118.25	118.44	117.80	116.27	116.06						
TAXA DE VARIACAO EM CADEIA (%):												
2004	3.04	0.88	1.02	0.78	0.21	-0.30	0.33	-0.06	0.04	0.60	0.55	1.94
2005	0.97	-0.56	0.06	-0.11	0.09	1.35	2.00	0.33	-0.06	0.60	3.87	3.90
2006	2.39	2.14	0.16	-0.53	-1.30	-0.20						
TAXA DE CRESCIMENTO HOMOLOGA (%):												
2004	13.76	12.98	12.12	11.99	11.66	11.56	11.50	11.08	10.69	10.57	10.26	9.35
2005	7.15	5.63	4.62	3.71	3.58	5.30	7.06	7.49	7.38	7.38	10.93	13.07
2006	14.66	17.76	17.88	17.37	15.73	13.98						
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA NO ANO (%):												
2004	3.04	3.94	5.01	5.82	6.05	5.73	6.07	6.01	6.05	6.68	7.26	9.35
2005	0.97	0.41	0.47	0.37	0.46	1.82	3.86	4.20	4.14	4.76	8.82	13.07
2006	2.39	4.58	4.75	4.18	2.83	2.64						

No mês de Junho verificou-se uma queda de preços na ordem de 0.2%, quando comparados com os do mês anterior, nas cidades de Maputo, Beira e Nampula. A classe da alimentação e bebidas não alcoólicas com uma diminuição de preços de 1.34%, teve uma contribuição no total da inflação mensal de cerca de 0.77 pontos percentuais negativos.



Contudo, durante o I semestre houve um agravamento geral de preços na ordem de 2.64%. A classe de alimentação e bebidas não alcoólicas com um aumento de preços de cerca de 2.35% teve uma contribuição no total da inflação acumulada de 1.33 pontos percentuais positivos.

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL – I SEMESTRE 2006

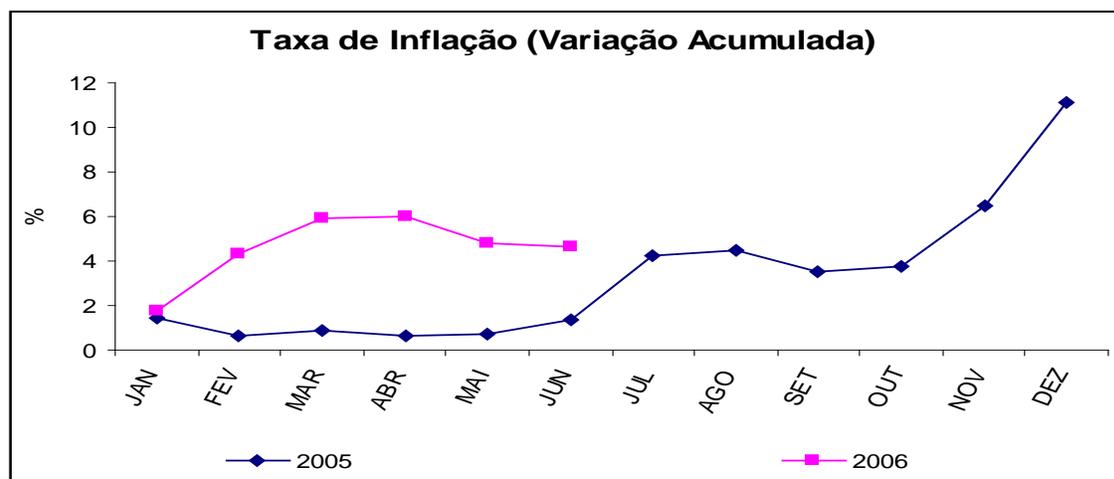
Contribuição acumulada por classes		Produtos c/ maior contrib. Positiva	
Descrição	Contrib	Descrição	Contrib
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	1.333	Cebola	0.514
Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos	0.176	Pão de trigo	0.453
Vestuário e calçado	0.023	Peixe fresco, refrigerado ou conge	0.403
Habituação, água, electricidade, gás e outros combust	0.352	Carvão vegetal	0.329
Mobiliário, artigos de decoração, equip. Domést.e m	0.127	Batata-doce	0.218
Saúde	0.220	Medicamentos	0.208
Transportes	0.077	Camarão, fresco, refrigerado ou co	0.174
Comunicações	-0.035	Consumo de electricidade	0.161
Lazer, recreação e cultura	0.049	Peixe seco (excepto bacalhau)	0.161
Educação	0.104	Mandioca seca	0.155
Restaurantes, hotéis, cafés e similares (inclui cater	0.147	Refrigerantes	0.149
Bens e serviços diversos	0.070	Carne de vaca de 2ª limpa	0.148
Total	2.643	Outros	2.215
		Sub-total	5.287

Relativamente a igual período de 2005, registou-se um aumento geral de preços em 13.98%. As classes de alimentação e bebidas não alcoólicas e, dos transportes são os que maiores aumentos tiveram com 17.73% e 18.64%, respectivamente.

Para a Cidade de Maputo, os preços recolhidos indicam uma inflação na ordem dos 4.64%. A classe de alimentação e bebidas não alcoólicas com um agravamento de preços de 5.88%, teve uma contribuição no total da inflação acumulada de 3.05 pontos percentuais positivos.

INDICE DE PRECOS - MAPUTO - BASE DEZ 2004 = 100

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
INDICE:												
2004	94.33	94.76	95.71	96.99	97.60	97.53	97.54	97.06	96.91	97.50	98.55	100.00
2005	101.46	100.64	100.90	100.66	100.73	101.40	104.24	104.49	103.48	103.76	106.45	111.15
2006	113.14	115.98	117.71	117.84	116.52	116.30						
TAXA DE VARIACAO EM CADEIA (%):												
2004	2.88	0.46	1.00	1.34	0.63	-0.07	0.01	-0.49	-0.16	0.61	1.07	1.48
2005	1.46	-0.81	0.26	-0.24	0.07	0.67	2.80	0.24	-0.96	0.27	2.59	4.41
2006	1.79	2.51	1.49	0.11	-1.12	-0.19						
TAXA DE CRESCIMENTO HOMOLOGA (%):												
2004	17.40	15.27	13.49	13.60	12.46	13.26	13.32	12.04	11.06	10.63	10.84	9.07
2005	7.56	6.20	5.43	3.78	3.20	3.96	6.86	7.65	6.79	6.42	8.02	11.15
2006	11.51	15.25	16.66	17.07	15.69	14.70						
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA NO ANO (%):												
2004	2.88	3.36	4.39	5.79	6.45	6.37	6.39	5.86	5.69	6.34	7.48	9.07
2005	1.46	0.64	0.90	0.66	0.73	1.40	4.24	4.49	3.48	3.76	6.45	11.15
2006	1.79	4.35	5.91	6.02	4.84	4.64						



Os produtos de maior impacto no aumento generalizado de preços ao longo do I semestre, foram o pão, o amendoim, o carvão vegetal, a cebola, o peixe fresco, refrigerado ou congelado (excepto o carapau), o arroz e os medicamentos. A contribuição destes no total da inflação acumulada atingiu 3.38 pontos percentuais positivos.

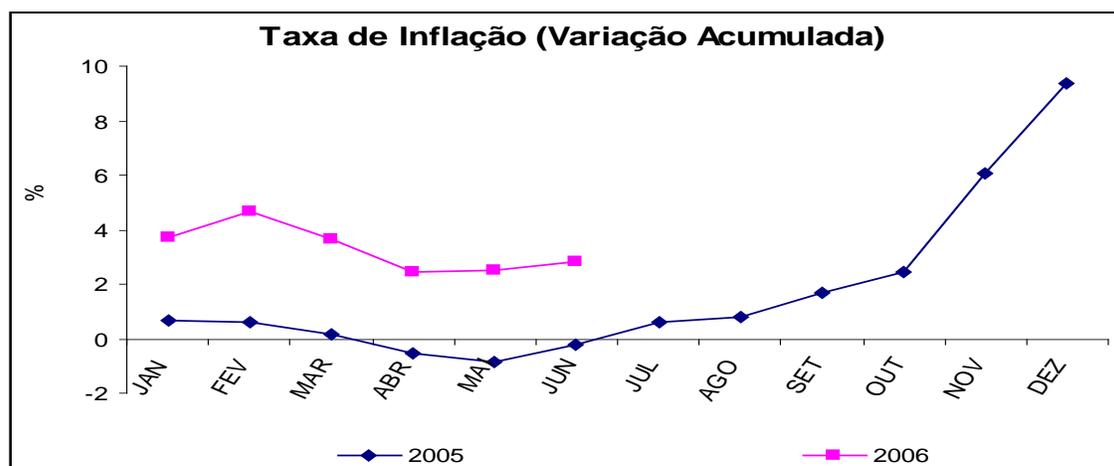
Os preços de Junho de 2006, quando comparados com os do período homólogo de 2005, registaram um agravamento na ordem de 14.70%, com destaque para a alimentação e bebidas não alcoólicas com 18.50% e os transportes com 22.57%.

Na cidade da Beira, no período em análise, houve um aumento generalizado de preços na ordem de 2.82%, com os produtos alimentares e bebidas não alcoólicas a contribuírem no total da inflação acumulada com 0.8 pontos percentuais positivos.

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL – I SEMESTRE 2006

INDICE DE PREÇOS - BEIRA - BASE DEZ 2004 = 100

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
INDICE:												
2004	94,87	96,62	97,74	97,80	97,46	96,90	97,83	98,23	98,38	98,86	98,75	100,00
2005	100,70	100,62	100,16	99,46	99,11	99,81	100,60	100,82	101,71	102,47	106,08	109,39
2006	113,42	114,49	113,35	112,08	112,15	112,48						
TAXA DE VARIACAO EM CADEIA (%):												
2004	2,90	1,84	1,16	0,06	-0,35	-0,58	0,96	0,41	0,14	0,49	-0,11	1,27
2005	0,70	-0,07	-0,46	-0,70	-0,35	0,70	0,79	0,22	0,88	0,74	3,53	3,12
2006	3,68	0,94	-0,99	-1,13	0,06	0,30						
TAXA DE CRESCIMENTO HOMOLOGA (%):												
2004	11,62	13,60	13,20	12,31	11,01	8,95	9,14	9,84	10,13	9,93	8,96	8,46
2005	6,14	4,14	2,47	1,70	1,70	3,00	2,83	2,63	3,39	3,65	7,43	9,39
2006	12,64	13,78	13,18	12,69	13,15	12,69						
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA NO ANO (%):												
2004	2,90	4,80	6,01	6,07	5,70	5,10	6,10	6,54	6,70	7,22	7,10	8,46
2005	0,70	0,62	0,16	-0,54	-0,89	-0,19	0,60	0,82	1,71	2,47	6,08	9,39
2006	3,68	4,66	3,62	2,45	2,52	2,82						



Os dados de Junho de 2006 quando comparados com os de igual período de 2005, indicam ter-se registado um agravamento de preços na ordem dos 12,69%. Os produtos alimentares e bebidas não alcoólicas e de Saúde registaram um aumento de preços de cerca de 15,67% e 17,49% respectivamente.

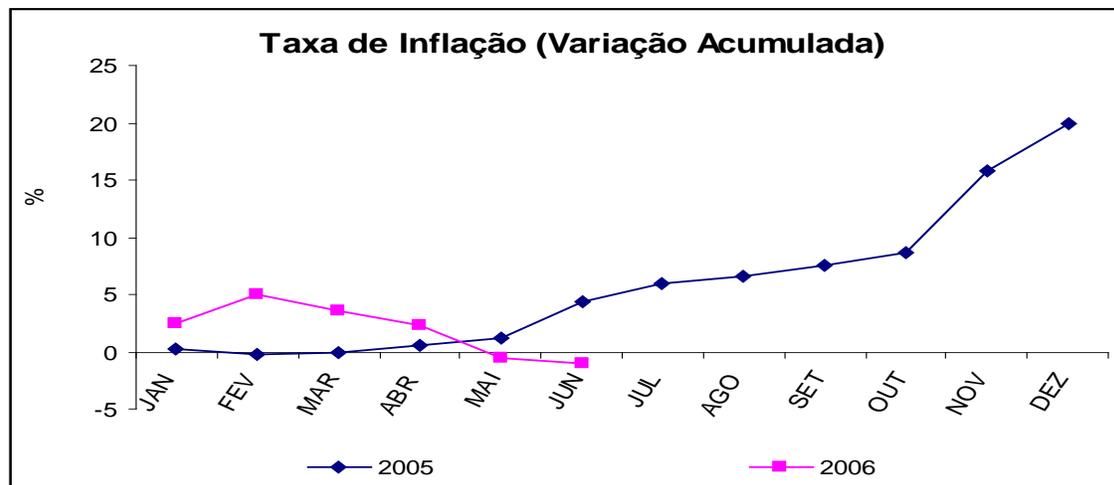
Em Nampula, no período em análise, registou-se uma queda de preços em 1.08%, com a classe da alimentação e bebidas não alcoólicas a ditar significativamente a tendência registada a contribuição no total da inflação acumulada com 1.33 pontos percentuais negativos.

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL – I SEMESTRE 2006

INDICE DE PRECOS - NAMPULA - BASE DEZ 2004 = 100

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
INDICE:												
2004	92.72	93.25	93.98	94.07	93.81	93.32	93.67	94.24	94.93	95.58	95.48	100.00
2005	100.26	99.79	99.92	100.60	101.12	104.40	105.98	106.60	107.53	108.71	115.80	119.98
2006	122.91	125.90	124.28	122.71	119.36	118.69						
TAXA DE VARIACAO EM CADEIA (%):												
2004	3.78	0.57	0.79	0.09	-0.27	-0.53	0.38	0.60	0.74	0.69	-0.11	4.73
2005	0.26	-0.47	0.13	0.68	0.52	3.24	1.51	0.59	0.87	1.10	6.52	3.62
2006	2.44	2.43	-1.29	-1.26	-2.73	-0.56						
TAXA DE CRESCIMENTO HOMOLOGA (%):												
2004	4.91	3.34	4.67	5.29	9.63	10.37	9.59	10.19	10.66	11.89	10.99	11.93
2005	8.13	7.01	6.32	6.94	7.79	11.88	13.14	13.12	13.27	13.73	21.27	19.98
2006	22.59	26.17	24.38	21.98	18.03	13.69						
TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA NO ANO (%):												
2004	3.78	4.37	5.20	5.29	5.01	4.45	4.85	5.48	6.26	6.99	6.88	11.93
2005	0.26	-0.21	-0.08	0.60	1.12	4.40	5.98	6.60	7.53	8.71	15.80	19.98
2006	2.44	4.93	3.58	2.27	-0.52	-1.08						

Relativamente ao período homólogo de 2005, houve um agravamento na ordem dos 13.69%, sendo de destacar os aumentos que se verificaram em alimentação e bebidas não alcoólicas com 18.07% e nos transportes com 22.91%.



IV.4. BALANÇA DE PAGAMENTOS

A análise da Balança de Pagamentos vai incidir apenas no primeiro trimestre de 2006 em virtude de ainda não se encontrarem disponíveis os dados relativos ao primeiro semestre. Pode-se observar que devido aos resultados da conta de capital e financeira, cujo excedente aumentou USD 76 milhões, fixando-se em USD 98 milhões, a balança de pagamentos no período em alusão registou um saldo global positivo de USD 45.7 milhões, recuperando deste modo do défice de USD 123 milhões no período homólogo de 2005. A redução do défice em

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL – I SEMESTRE 2006

conta corrente na ordem dos USD 50.6 milhões, para USD 81.4 milhões, também jogou um papel importante para a boa posição global da balança.

No período em análise a **Conta Corrente** registou um saldo deficitário de USD 81.4 milhões representando uma melhoria de USD 51 milhões, comparativamente ao período homólogo de 2005, como se pode ver na tabela:

Evolução da Conta Corrente de Moçambique (10⁶USD)

Apresentação Analítica	Incl. Grandes Projectos			Excl. Grandes Projectos		
	I Tr.05	I Tr.06	T.Cr.	I Tr.05	I Tr.06	T.Cr.
1.Saldo da Conta Corrente	-132,0	-81,4	-38,3%	-287,0	-221,4	-22,9%
1.1. Bens: Crédito	393,5	534,6	35,9%	90,9	159,3	75,2%
1.2. Bens: Débito	-516,8	-657,2	27,2%	-434,7	-489,2	12,5%
Saldo da Conta Parcial de Bens	-123,3	-122,6	-0,5%	-343,8	-329,9	-4,0%
1.3. Serviços: Crédito	74,1	84,6	14,2%	74,1	84,6	14,2%
1.4. Serviços: Débito	-166,9	-199,8	19,7%	-135,6	-157,1	15,9%
1.5. Rendimentos: Crédito	21,8	28,0	28,1%	19,9	25,7	29,3%
1.6. Rendimentos: Débito	-54,2	-48,9	-9,7%	-22,0	-24,8	12,8%
Saldo da Conta Parcial de Rendimentos	-32,3	-21,0	-35,2%	-2,1	0,9	-143,5%
Saldo da Conta Parcial de Bens, Serviços e Rendin	-248,4	-258,8	4,2%	-407,4	-401,4	-1,5%
1.7. Transferências Correntes: Crédito	147,5	193,5	31,2%	147,5	193,5	31,2%
1.8. Transferências Correntes: Débito	-31,0	-16,1	-48,1%	-27,1	-13,5	-50,3%
Saldo da Conta Parcial de Transferências Corrente:	116,5	177,4	52,4%	120,4	180,1	49,6%

Nela pode-se aferir que excluindo a participação dos grandes projectos, o impacto da melhoria na conta corrente fica reduzido para 22.9%, em parte devido ao agravamento registado na conta parcial de bens e serviços da ordem de 10.9%, contra os 10.1% incluindo os grandes projectos.

O agravamento da conta parcial de bens e serviços encontra justificação na componente de serviços, que registou saldos negativos de cerca de USD 115.2 milhões (incluindo os grandes projectos) e USD 72.5 milhões (excluindo os grandes projectos). Os serviços de transporte e viagens foram os que determinaram o desempenho negativo, porque registaram níveis de despesas elevados com ou sem os grandes projectos.

Para melhor entendimento do comportamento ora demonstrado pela conta corrente no período em análise, passemos a leitura dos resultados das rubricas que compõem esta conta:

No que respeita aos bens, o défice da conta parcial de bens, incluindo os grandes projectos, situou-se em cerca de USD 123 milhões no primeiro trimestre de 2006, o que representa uma ligeira melhoria em cerca de 1% comparativamente ao período homólogo de 2005.

A exclusão dos grandes projectos piora a magnitude do défice da conta parcial de bens em 4% em relação ao mesmo período de 2005, como se pode aferir na tabela que se segue:

BALANÇA COMERCIAL - 10⁶USD				
Balança Comercial	2003 IS	2004 IS	2005 I Tr.	2006 I Tr.
SALDO	-189.6	-176.1	-123.3	-122.6
Exportações (fob)	379.4	703.7	393.5	534.6
<i>Das quais: Grandes Projectos</i>	248.3	502.1	302.6	375.3
Taxa de Crescimento (%)	14.3	85.5	35.9
Importações (fob)	-569	-879.8	-516.8	-657.2
<i>Das quais: Grandes Projectos</i>	-134.6	-153.7	-82.1	-168.3

A tabela acima, depreende que no I trimestre de 2006 o volume de comércio externo de bens conheceu um valor significativo da ordem de USD 122.6 milhões, representando um crescimento em relação ao mesmo período de 2005 em cerca de 35.9%.

Retirando os grandes projectos o cenário altera-se se atendermos ao facto de que a taxa de crescimento do volume de comércio externo passa para cerca de 23%, facto que de certa forma mostra o bom desempenho que outros segmentos da economia moçambicana vêm registando nos últimos anos.

A taxa de cobertura das importações pelas exportações mostra também o carácter dinâmico que outros segmentos da indústria nacional registaram no período em análise relativamente ao I trimestre de 2005, se atendermos que este indicador conhece um crescimento de 11.6 pontos percentuais excluindo os grandes projectos, enquanto que com a sua inclusão o aumento é de 5 pontos percentuais.

Tal facto pode estar a indiciar um aumento da capacidade do país em financiar as importações de bens de consumo, principais matérias-primas e bens intermédios e ainda bens de capital com base nas receitas obtidas das exportações de bens, o que, em certa medida, pode minimizar a vulnerabilidade da economia face a choques externos.

No que respeita as exportações, a economia moçambicana registou no I trimestre de 2006 exportações de bens de aproximadamente USD 535 milhões, o que em relação ao período homólogo de 2005 corresponde ao incremento de USD 141.1 milhões, dos quais, USD 72.7 milhões correspondem as exportações dos grandes projectos e os restantes USD 68.4 milhões de outros segmentos do mercado interno.

A tabela a seguir ilustra a evolução dos principais produtos para exportações de bens no I trimestre de 2006 em relação ao mesmo período de 2005.

EXPORTAÇÕES - 10⁶ USD

Descrição	2003 IS	2004 IS	2005 I Tr.	2006 I Tr.	T. Cr. %
Camarao	25.9	49.8	3.4	3.9	13.6
Amendôa de Cajú	0.2	1.0	0.8	1.1	42.2
Algodão	16.5	17.9	13.9	12.3	-11.3
Açuçar	0.8	12.1	7.1	20.3	188.0
Tabaco	0.0	1.6	2.8	23.2	725.9
Madeira	13.3	7.0	11.9	4.1	-65.2
Castanha de Cajú	2.6	4.3	16.9	20.3	20.4
Energia Electrica	58.9	55.1	33.2	38.4	15.6
Búnker's	0.8	1.6	1.2	15.8	1251.7
Gás	0.0	6.9	19.9	15.8	-20.5
Produtos da Mozal	189.4	440.1	249.5	321.1	28.7
Outros	69.7	106.5	33.1	58.3	76.1
TOTAL	378.1	703.7	393.5	534.6	35.9

Desagregando as exportações por produtos e fazendo uma comparação com o período homólogo de 2005, há a salientar os seguinte aspectos:

- (a) O aumento das exportações de camarão, castanha de caju, energia eléctrica e lingotes de alumínio, acompanhado pela redução dos respectivos pesos relativos no total do valor das exportações;
- (b) O Incremento das exportações de amêndoa de caju, açúcar, tabaco, lagosta, bunkers, reexportações de combustíveis, ouro não-monetário e “outros”, acompanhado pelo aumento dos respectivos pesos relativos no total das exportações; e
- (c) A redução das receitas de exportação de algodão, madeira e gás, contrário ao peso relativo no total geral.

Analisando os factores que estão por detrás da variação positiva de alguns dos principais produtos de exportação pode-se dizer o seguinte:

Camarao: aumento das receitas obtidas com a exportação de camarão em cerca de 14% reflexo da implementação dos projectos de expansão das áreas de produção nas províncias de Zambézia, Sofala e Cabo Delgado.

Castanha e Amêndoa de Cajú: incremento das receitas obtidas com a exportação da castanha e da amêndoa de caju associado ao aumento do uso da capacidade instalada das indústrias de processamento da castanha.

Açuçar: crescimento na exportação do açúcar que resultou numa arrecadação de USD 20.3 milhões, representando o triplo do obtido no mesmo período de 2005, o que reflecte a disponibilização de volumes adicionais deste produto aos mercados preferenciais com recurso às quotas do ano comercial 2005/2006.

A par disso, os níveis de produção de alguns dos principais produtores mundiais (Cuba, Brasil e Tailândia) reduziram devido a condições agro-ecológicas adversas o que de certa forma induziu o aumento do preço de açúcar no mercado internacional livre.

Tabaco: aumento nas receitas obtidas em cerca de USD 20 milhões em relação ao período homólogo de 2005, como reflexo do início da exportação de tabaco processado no quarto trimestre de 2005.

Bunkers: incremento triplicado do valor de compra de combustíveis em portos por transportadoras estrangeiras em parte a justificar à subida do preço de crude no mercado internacional.

Reexportações de Combustíveis: explicado pelo aumento do volume de compra de combustíveis efectuado pelo Zimbabwe e o Malawi a partir dos portos da Beira e Quelimane que de 2088.23 toneladas métricas no 1º trimestre de 2005 passou para 16667.79 toneladas métricas em igual período de 2006.

Os produtos de exportação dos grandes projectos cresceram no I trimestre de 2006 em cerca de 24%, relativamente a igual período de 2005. Analisando os três principais produtos gerados pelos grandes projectos há a salientar:

- Energia Eléctrica: incremento no valor das exportações de energia eléctrica em 16%, devido principalmente ao aumento da capacidade de geração de energia resultante da reabilitação da Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB).
- Gás: redução nas receitas em 21%, explicada pela queda do volume exportado que de cerca de 31 milhões de giga joules no 1º trimestre de 2005, passou para cerca de 24 milhões de giga joules no período homólogo de 2006. De referir que os Relatórios Fiscais da Sasol mostram um crescimento no preço médio de gás em cerca de 9%.
- Alumínio: crescimento das exportações de alumínio em aproximadamente 29%, explicado fundamentalmente pelo aumento observado no preço de alumínio no mercado internacional. De uma média de USD 1899 por tonelada métrica no I trimestre de 2005 passou para USD 2421 por tonelada métrica no mesmo período de 2006.

No I trimestre de 2006 o valor das **Importações** de bens foi de USD 657.2 milhões, o que relativamente ao período homólogo de 2005 representa um incremento da ordem de 27.2%.

De salientar que o peso das importações de grandes projectos no total realizado, vem conhecendo um relativo crescimento se atendermos ao facto de o aumento ter sido da ordem de USD 86 milhões, ao contrário do registado nas outras importações que incrementaram no período cerca de USD 55 milhões.

IMPORTAÇÕES - 10⁶ USD

Descrição	2003 IS	2004 IS	2005 I Tr.	2006 I Tr.	T. Cr. %
Derivados de Petrólio	86.9	85.5	22.8	59.06	159.0
Energia Eléctrica	20.5	32.7	19.2	20.61	7.4
Automóveis	35.5	30.69	-13.6
Cereais	41.1	44.02	7.2
Maquinaria	69.9	71.65	2.5
Outros Bens	319.3	615.1	245.3	246.31	0.4
Total Sem Grandes Projectos	426.7	733.3	433.8	472.34	8.9
Importações da Mozal	104	145.3	79.4	133.00	67.5
Sasol	38.3	1.2	3.6	0.03	-99.3
Kenmare (areias pesadas)	0.0	0.0	0.0	51.83
Total Geral	569.0	879.8	516.8	657.20	27.2

Antes de procedermos com a análise do comportamento demonstrado pelas importações de bens no I trimestre de 2006 podemos reter o seguinte da tabela acima:

- Desagregando as importações por principais grupos de produtos, constata-se que as despesas incorridas com as importações das principais matérias-primas, bens intermédios e grandes projectos, assim como os respectivos pesos no total das importações, registaram um crescimento no 1º trimestre de 2006 comparativamente ao igual período de 2005..
- As despesas realizadas com a importação dos principais bens de consumo e dos principais bens de capital reduziram tanto em termos de valor como em termos de peso no total das importações.
- As despesas incorridas com a importação de outros produtos não especificamente classificados, registaram um crescimento em termos de valor, mas reduziram de peso no total das importações.
- Cereais: o crescimento das importações de cereais em 7% é explicado pelos seguintes factos: (i) chuvas intensas causadas por uma depressão tropical que ocorreu na primeira metade do I trimestre de 2006, particularmente nas zonas costeiras da Província de Inhambane, causando cheias o que contribuiu para a danificação das culturas de milho e arroz ao longo das margens dos rios e em zonas baixas; (ii) saturação dos solos na Província de Sofala causada também pela ocorrência de chuvas na zona Centro do País; e (iii) níveis de precipitação abaixo do normal ocorridos desde o início da presente época agrícola no norte de Moçambique, em particular, na Província de Cabo Delgado e a nordeste da Província do Niassa.
- Automóveis: a redução no volume de importações de automóveis em 13,3% comparativamente ao período homólogo de 2005, facto que pode ser explicado em parte pelo aumento da taxa de depreciação do Metical

em relação ao Dólar ocorrida no 1º trimestre de 2006 comparativamente ao igual período de 2005.

- Medicamentos: queda nas despesas de importação de medicamentos em cerca de 33.7%, devido fundamentalmente aos problemas na gestão do aprovisionamento dos medicamentos por parte da principal empresa importadora dos fármacos, não obstante a crescente procura que este produto vem registando.
- Açúcar: diminuição do valor de importação de açúcar no 1º trimestre de 2006 em cerca de 20% comparativamente ao período homólogo de 2005, associado a redução considerável do volume das importações deste produto durante o I trimestre de 2006 em relação ao mesmo período de 2005, bem como o maior controle da sua entrada nas fronteiras moçambicanas, e o aumento substancial do preço de açúcar no mercado internacional.
- Principais Matérias-primas e Bens Intermédios: crescimento de cerca de duas vezes mais comparativamente ao período homólogo de 2005, com destaque para a importação de combustíveis.
 - Combustíveis: incremento em cerca de três vezes mais das despesas de importação de combustíveis quando comparado com o período idêntico de 2005, o que pode ser observado nos dados publicados pelo Ministério de Energia.

De referir que o aumento nas despesas de importação de combustíveis está associado ao correspondente incremento nas quantidades importadas em cerca de 90% (de 70 811,85 toneladas métricas no 1º trimestre de 2005 para 134 398,06 toneladas métricas no período homólogo de 2006) o que foi acompanhado pela subida do preço de crude no mercado internacional (vide o gráfico 1).

- Bens de capital: queda em cerca de 4%, reflectindo a redução do volume de importação de produtos metálicos, máquinas e equipamentos destinados à Indústria transformadora.
- Grandes projectos: crescimento em cerca de duas vezes mais comparativamente ao igual período de 2005, devido principalmente à importação de maquinaria efectuada pela Kenmare (projecto de areias pesadas de Moma) e o aumento do preço da matéria-prima usada pela Mozambique Aluminium Limitada (Mozal).

No que se refere **balança de serviços**, o défice da conta parcial de serviços cresceu em 24.1% no I trimestre de 2006 comparativamente ao mesmo período de 2005, determinado pelo comportamento da rubrica de transporte, viagens, construção e serviços empresariais que registaram agravamentos de 15%, 20%, 29% e 67% respectivamente.

Porém, retirando o efeito das grandes empresas de investimento directo estrangeiro, o défice cresceu em cerca de 18%, influenciado pelo desempenho das categorias de serviços de transporte, viagens e serviços empresariais.

BALANÇA DE SERVIÇOS - 10⁶USD

Balança de Serviços	2003 IS	2004 IS	2005 I Tr.	2006 I Tr.
SALDO	-133.4	-169.4	-92.5	-115.2
Receitas	112.5	105.4	74.1	84.6
Despesas	-245.9	-274.8	-166.6	-199.8

Neste período, o investimento directo líquido realizado foi da ordem de USD 6.4 milhões, o que comparativamente ao período homólogo de 2005 representa uma melhoria de USD 18.6 milhões em termos de entrada de fundos para investimentos na economia.

Contrariamente ao observado no período homólogo de 2005, registou-se em 2006 a constituição de activos externos sob a forma de investimento directo no exterior da ordem de USD 0.4 milhões, basicamente realizados por um investidor do sector ferro-portuário.

Em termos de IDE em Moçambique há a assinalar a entrada líquida de fundos de cerca de USD 6.4 milhões, representando uma viragem na postura da economia face às responsabilidades com o exterior, porque no mesmo período de 2005 a tendência foi de redução líquida dos passivos em cerca de USD 13 milhões.

EMPRESTIMOS EXTERNOS PRIVADOS E INVESTIMENTO ESTRANGEIRO - 10⁶ USD

	2003 IS	2004 IS	2005 I Tr.	2006 I Tr.	T. Cr. %
Empréstimos privados (desembolsos)	263.3	167.6	125.4	154.4	23.1
Investimento directo estrangeiro	158.7	71.9	12.6	6.4	-49.2
TOTAL	422.0	239.5	138.0	160.8	16.5

Durante o período em análise, o fluxo de endividamento externo da economia moçambicana agravou-se em 23%, comparativamente ao período homólogo de 2005. Analisando o nível de endividamento externo por sectores institucionais constata-se o seguinte:

Incremento do nível de endividamento externo de aproximadamente 23% em relação ao mesmo período de 2005. Tal comportamento verifica-se porque:

- Os desembolsos para Programas tiveram um peso de 54% do total de crédito contraído pela Administração Central. De salientar que o financiamento externo para a prossecução dos Programas socorreu-se do desembolso feito pela Agência Internacional de Desenvolvimento (IDA) num montante equivalente a USD 60 milhões.
- Os desembolsos de empréstimos para projectos tiveram um peso de 35% no total do endividamento externo oficial e foram realizados maioritariamente pelas instituições multilaterais.

Dados mais recentes do primeiro semestre de 2006 relativos a **investimentos aprovados**, indicam que o País registou um investimento directo nacional de 98.4 milhões de USD, contra os 60.5 milhões de USD do investimento directo estrangeiro, o que mostra que o investimento directo nacional superou o estrangeiro em 37.8 milhões de USD.

Analisando o mesmo período de 2005, nota-se a tendência regressiva do investimento estrangeiro de 63.7 para 60.5 milhões de USD, enquanto que o investimento nacional subiu de 10.6 para 98.4 milhões de USD.

De um modo geral, o investimento no país, durante o I semestre de 2006, cresceu de 165 para 371 milhões de USD, comparativamente ao período homólogo de 2005. este crescimento deve-se em grande medida ao sector de transportes e comunicações, com 398.56% do investimento, seguido da agricultura e agro indústria e recursos minerais, com 32.82% e 7.10% respectivamente.

Investimento Aprovado por Sectores

Sectores	Nº de Proj.	Valor em Milhões de USD				Emprego	
		IDE	IDN	Total	%	Nº	%
Agricultura e Agro-Indústria	13	18.87	10.04	121.84	32.82	3,597	47.04
Aquicultura e Pescas					0.00		0.00
Bancos e Seguradoras	1	0.05		0.10	0.03	12	0.16
Construções e O. Públicas	1	1.00	0.20	1.20	0.32	100	1.31
Indústria	13	11.70	1.41	21.00	5.66	763	9.98
Recursos Minerais	3	7.44	0.21	26.35	7.10	434	5.68
Transportes e Comunicações	4	4.00	84.37	146.85	39.56	1,210	15.83
Turismo e Hotelaria	30	14.42	1.09	21.55	5.81	973	12.73
Outros	9	3.06	1.08	32.33	8.71	557	7.28
TOTAL	74	60.54	98.41	371.22	100.00	7,646	100.00

Em termos de volume de projectos, o turismo e hotelaria, não obstante ter registado um decréscimo acentuado de 40.76%, apresenta mais projectos, 30 contra os 16 de 2005. Segue-se a indústria e por último, a agricultura e agro-indústria com 13 projectos cada

Em termos de liderança no investimento directo estrangeiro, destaca-se a África do Sul que aumentou em cerca de 14 milhões de USD o seu investimento no País comparativamente ao ano transacto. Até ao final do I semestre, foram registados 32 projectos de sul africanos, contra 18 do mesmo período de 2005, seguido da Irlanda, com um projecto de 10 milhões de USD, do Malawi, também com um projecto de 4 milhões de USD e Portugal com três projectos de 2.7 milhões de USD.

V. PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS POR SECTOR**V.1. ÁREA SOCIAL****A. EDUCAÇÃO**

Na área da Educação, ao longo do I Semestre de 2006 continuou a ser privilegiado a expansão do acesso, redução dos desequilíbrios de género, melhoria da qualidade do ensino e o reforço da capacidade institucional.

Expansão do Acesso à Educação**Educação Geral**

O número de alunos na Educação Geral cresceu em 7,5% comparativamente ao ano de 2005. Por níveis de ensino, registou-se um crescimento de 6,0% no ensino primário do 1º grau (EP1) e 9,5% no EP2, contra a previsão de 13,1% e 19,0%, respectivamente. O ensino secundário geral registou um crescimento de 22,7% e 37,7% no ESG1 e ESG2, respectivamente.

Evolução do número de alunos. 2002 - 2006								
Nível	2002 Real	2003 Real	2004 Real	2005 Real	2006		% Realiz Plano	% Cresc. R06/R05
					Plano	Real		
EP1	2,643,126	2,825,971	3,071,564	3,393,677	3,838,965	3,597,392	93.7	6.0
EP2	302,912	355,618	409,279	452,888	538,783	496,031	92.1	9.5
ESG1	116,356	141,795	168,798	210,128	232,157	257,729	111.0	22.7
ESG2	14,019	18,291	21,350	25,737	19,975	35,450	177.5	37.7
Total	3,076,413	3,341,675	3,670,991	4,082,430	4,629,880	4,386,602	94.7	7.5

Fonte: MEC

Em termos de indicadores de cobertura educativa, a taxa líquida de escolarização total (EP1 + EP2) no I semestre foi de 87.2%, o que significa que há cada vez mais alunos em idade oficial a frequentar o ensino primário. A taxa bruta de admissão no EP1 passou de 160,6% em 2005 para 162,5%.

A rede escolar registou um crescimento de 5,2%, o que corresponde a 99,8% de realização do planificado. De notar que um crescimento significativo foi registado ao nível do ensino secundário. No Ensino Básico, o EP1 funciona em 8.954 escolas o que representa um crescimento na ordem de 3% e o EP2 a funcionar com 1.514 escolas cresceu em cerca de 14,7%.

Evolução da Rede Escolar. 2002 - 2006								
Nível	2002 Real	2003 Real	2004 Real	2005 Real	2006		% Realiz Plano	% Cresc. R06/R05
					Plano	Real		
EP1	7,771	8,071	8,373	8,696	9,002	8,954	99.5	3.0
EP2	823	950	1,116	1,320	1,526	1,514	99.2	14.7
ESG1	116	125	140	156	180	216	120.0	38.5
ESG2	27	29	30	35	46	49	106.5	40.0
Total	8,737	9,175	9,659	10,207	10,754	10,733	99.8	5.2

Fonte: MEC

Por províncias, a distribuição do crescimento da rede escolar em 5.2% (+ 526 novas escolas em funcionamento em 2006) é segundo a tabela a seguir ilustra:

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL – I SEMESTRE 2006

Novas Escolas em Funcionamento em 2006									Total	
Província	EP1		EP2		ESG1		ESG2		Plano	Real
	Plano	Real	Plano	Real	Plano	Real	Plano	Real		
Cabo Delgado	26	24	21	23	0	0	1	1	48	48
Niassa	25	36	22	14	4	11	0	1	51	62
Nampula	55	23	38	29	3	3	2	2	98	57
Zambézia	63	58	32	39	4	5	0	0	99	102
Tete	37	29	16	21	1	26	0	0	54	76
Manica	51	39	16	14	2	2	1	1	70	56
Sofala	32	29	13	12	3	3	3	3	51	47
Inhambane	7	9	15	14	2	2	1	3	25	28
Gaza	8	8	13	12	2	3	0	0	23	23
Maputo Prov.	2	2	16	13	1	1	1	1	20	17
Maputo Cid.	0	1	4	3	2	4	2	2	8	10
Total	306	258	206	194	24	60	11	14	547	526

Fonte:MEC

Em termos de género, a taxa líquida total de escolarização das raparigas no (EP1 + EP2) foi de 83,8%, sendo a de EP1 de 86,5%, contra 81,2% em igual período de 2006. No EP2 a percentagem de raparigas foi de 41,9% enquanto no ESG1 e ESG2, foi de 42,2% e 38,9% respectivamente.

Educação Especial

O processo de inclusão de crianças com necessidades educativas especiais e portadoras de deficiências motoras, cegas e surdas, foi concretizado na maior parte das províncias. Cerca de 30.000 crianças em todo o país beneficiam actualmente deste processo.

A reabilitação de duas escolas especiais na cidade de Maputo teve início ao longo do semestre.

Em relação ao plano de construção de três centros de recursos para a Educação Especial (um centro em Gaza, um centro em Nampula e um centro em Tete), destaque vai para o início dos trabalhos preparativos para o efeito.

Educação Técnico-Profissional

Está em curso a implementação do Projecto Integrado da Reforma da Educação Profissional (PIREP), através da elaboração e implementação da fase piloto que incidirá na construção ou reabilitação e apetrechamento de escolas técnicas em Pemba, Inhambane, Nampula, Maputo e Beira, e na formação acelerada de gestores e de formadores para esta área.

Para a gestão corrente do PIREP, foi formalmente constituída a Unidade de Implementação, a qual é dirigida por um director. O lançamento oficial do PIREP terá lugar em Setembro próximo.

De igual modo, está em curso o projecto para a introdução do curso de turismo na Escola Comercial de Maputo.

O nível elementar funciona em 13 escolas e é frequentado por 1.290 alunos contra a previsão de 1.986 alunos, o que corresponde a um decréscimo de 24,8% em relação aos valores observados em 2005 (1.716 alunos).

O nível básico diurno é frequentado por um total de 23.913 alunos o que representa um crescimento de 21,0% relativamente aos valores observados em 2005 (19,804 alunos), e corresponde a mais de 100% de cumprimento do planificado (22.778 alunos).

O nível médio encontra-se na fase de transição do calendário escolar, o que não permite fazer uma análise dos dados disponíveis.

Ensino Primário

Um total de 3.597.392 alunos frequentam o EP1, o que representa 6% de crescimento comparativamente ao ano de 2005 e 93,7% de cumprimento do planificado. Estes alunos frequentam 8.954 escolas, o que representa 99,5% de cumprimento do planificado (9.002 escolas) e 3% de crescimento comparativamente a 2005.

O EP2 é frequentado por 496.031 alunos, o que representa um crescimento de 9,5% em relação ao número registado em 2005 e corresponde a 92,1% de cumprimento do planificado.

Frequentam a 6ª classe na condição de novos ingressos 263.102 alunos, o que representa um crescimento de 16,3% comparativamente ao ano de 2005 e um cumprimento de mais de 100% do planificado.

A taxa global de conclusão no EP2 foi de 33,7%, sendo 27,2% de raparigas contra a previsão de 40% e 34%, respectivamente, segundo dados do aproveitamento escolar de 2005.

Em termos de escolas, mais 194 escolas leccionam este grau de ensino contra a previsão de 206 escolas, elevando-se para 1.514 escolas o número total neste nível, contra as 1.320 de 2005.

Foi concluída a implementação do novo currículo do Ensino Básico em todas as classes. No quadro de avaliação dos primeiros anos da sua implementação, foi iniciada a avaliação do 1º ciclo (1ª e 2ª classes) cujos resultados serão conhecidos durante o 2º semestre do ano em curso.

Ensino Secundário

Frequentam o ESG1 257.729 alunos, o que representa um crescimento de 22,7% em relação a 2005 e mais de 100% de cumprimento do planificado. Estes alunos frequentam um total de 216 escolas contra a previsão de 180 escolas, o que representa um incremento em mais 60 escolas comparativamente a 2005 (156 escolas).

O ESG2 é frequentado por 35.450 alunos contra a previsão de 19.975 alunos, o que representa um crescimento de 37,7% em relação a 2005. Estes alunos

frequentam um total de 49 escolas contra a previsão de 46 escolas, o que representa um incremento em mais 14 escolas comparativamente a 2005 (35 escolas).

Formação do Corpo Docente

Frequentam os cursos de Formação de Professores Primários de 7^a+3 (CFPPs) um total de 6.148 alunos contra a previsão de 5.691 alunos, o que representa um crescimento de 5,7% comparativamente ao ano de 2005. Estes cursos são leccionados em 11 instituições em funcionamento em todo o país com excepção da Cidade de Maputo.

Nos cursos médios de formação de professores (IMAPs), turno diurno, frequentam um total de 4.306 alunos contra a previsão de 5.433 alunos, representando um crescimento de 0,6% comparativamente ao ano de 2005. A leccionar estes cursos, encontram-se em funcionamento 9 instituições. No turno nocturno estão matriculados 2.075 alunos contra os 1.912 previstos, o que corresponde a um crescimento de 19,1%.

Em termos de recrutamentos, dos 9.100 funcionários previstos foram recrutados 9.015 docentes (mais 515 docentes do plano, 8.500), e estão em processo de recrutamento 600 funcionários administrativos.

Com vista a responder a procura de docentes formados, teve início a ampliação e reabilitação do CFPP de Inhamissa (Gaza), e a construção do IMAP de Chimoio (Manica).

Alfabetização e Educação de Adultos

No âmbito da alfabetização e educação de adultos, especial atenção foi dada à expansão dos programas de alfabetização funcional, educação de adultos e educação não formal, com enfoque para a mulher e rapariga.

Este subsistema de ensino funciona em 3.237 unidades contra as 3.545 planificadas, representando um crescimento em 12,8% em relação a 2005.

Nestas unidades, estão inscritos no 1^o e no 2^o anos um total de 556.030 alfabetizando contra os 793 mil alfabetizando previstos, o que representa um decréscimo em 1,7% em relação ao valor observado em 2005. A baixa realização do plano deve-se ao facto de não se ter efectivado a generalização para todo o país do programa via rádio.

Ao nível do 3^o ano frequentam um total de 138.838 educandos contra os 195 mil previstos, o que representa um crescimento de 4,0% em relação ao valor observado em 2005 (133 mil educandos).

Por províncias os alfabetizando estão distribuídos da seguinte maneira: Cabo Delgado (63.562), Gaza (11.639), Inhambane (31.693), Manica (25.917), Maputo (13.322), Nampula (214.831), Niassa (16.901), Sofala (47.186), Tete (44.834), Zambézia (76.143) e Cidade de Maputo (10.002).

Em relação aos 160 mil alfabetizandos a alfabetizar via-rádio, depois da avaliação feita em 2005, procedeu-se a revisão e adequação dos programas, materiais e estratégias para uma implementação segura a nível de todas as províncias; fez-se a regravação das aulas radiofónicas e iniciou-se a capacitação das equipas provinciais e distritais de implementação.

Para assegurar a alfabetização ao nível do 1º, 2º e 3º anos para a educação de adultos, foram recrutados 32.019 alfabetizadores em 2006, número que corresponde a 96.1% do planificado.

Melhoria da Qualidade do Ensino

Foi concluída a implementação do novo currículo do Ensino Básico em todas as classes.

O livro de distribuição gratuita foi disponibilizado para todas as províncias, assim como procedeu-se a distribuição do programa de ensino.

A taxa de conclusão no EP1 é de 58,0%, e a taxa de conclusão das raparigas no mesmo nível, de 49,5%, segundo dados do aproveitamento escolar de 2005.

A implementação do ensino bilingue e de múltiplas classes no ensino primário está em curso.

No âmbito do trabalho de desenho e implementação de um novo currículo do ensino secundário, destaque vai para a realização do 1º fórum de consulta à Sociedade Civil e para o início da preparação dos programas intermédios da 9ª e 10ª classes.

Com vista a introdução do Currículo de Alfabetização e Pós-Alfabetização e testagem dos materiais de ensino, está em curso o processo de preparação das condições de implementação.

Os Programas Piloto de Ensino Não Formal (ENF) foram avaliados segundo o planificado.

A revitalização dos Núcleos Pedagógicos de Base (NPB's) está em curso em todas as províncias. Porém, ainda não atinge todos os distritos devido a não existência de um número suficiente de educadores profissionais formados e capazes de apoiar os alfabetizadores.

Ensino Superior

Com vista a criação da Comissão Nacional de Acreditação e Qualidade (CNAQ) foi elaborada a proposta de Lei.

A publicação de estatísticas e indicadores do sector foi realizada segundo planificado.

Com o objectivo de criar o Fundo para Pós-graduação, foi criada uma comissão para o efeito.

Saúde Escolar

No âmbito da reactivação do Programa de Saúde Escolar, fez-se a distribuição a nível nacional, de 1.000 exemplares de guias de implementação do programa saúde escolar, e distribuído igual número de exemplares de guias de orientação para a implementação do programa.

Foram capacitados os professores responsáveis de saúde escolar e alunos activistas de saúde na Zambézia e Inhambane.

Em relação ao Programa de Desparasitação, foram desparasitados os alunos das EP1 e EP2 das províncias de Gaza e Inhambane.

Integração do Género

Está em elaboração o guião de supervisão na perspectiva do género em coordenação com as províncias.

Com o objectivo de aumentar a percentagem de mulheres como professoras, foi elaborado o respectivo plano operacional.

Prevenção e Combate ao HIV/SIDA

O Programa Geração Biz (Saúde Sexual e Reprodutiva), em implementação nas províncias de Cabo Delgado, Gaza, Inhambane, Maputo, Niassa, Tete, Zambézia e Cidade de Maputo, foi expandido para mais distritos com a formação de activistas e formadores provinciais.

Em relação ao Programa radiofónico Mundo Sem Segredos (Janela de Esperança), destaque vai para a formação de crianças que fazem o programa, realização de formações mensais em HIV/SIDA e habilidades para a vida nas províncias de Tete, Cabo Delgado e Zambézia. Este programa foi estendido para a Rádio Comunitária de Angónia na província de Tete.

No âmbito do programa de apoio a Crianças Órfãs e Vulneráveis ao nível do Ensino Primário do Primeiro Grau, foram registadas 8.000 crianças beneficiárias em Angónia (Tete) e 4.700 em Buzi (Sofala).

Em relação ao programa Gerindo a Escola no Contexto do HIV/SIDA, importa destacar o início da sua expansão a mais distritos de Inhambane, Sofala e Nampula.

Desporto Escolar

Com vista a revitalização dos núcleos desportivos escolares foram realizadas acções de supervisão e implantação das associações desportivas escolares na cidade e província de Maputo.

Produção e Alimentação Escolar

No âmbito do Programa de Alimentação Escolar, destaque nas acções realizadas vai para a: elaboração da estratégia de Produção e Alimentação Escolar; elaboração do plano operacional da estratégia; início da elaboração do Regulamento da Produção e Alimentação Escolar e da estratégia sobre a

sustentabilidade dos lares e centros internatos; início do processo de afectação de técnicos agro-pecuários em todas as escolas do EP2 e do ESG 1º e 2º ciclos e Institutos de Formação de Professores Primários. Está também em curso, o levantamento das potencialidades agro-pecuárias existentes em cada uma destas instituições.

Importa também referir que foram realizadas acções de capacitação de gestores dos lares/centros internatos das províncias de Maputo, Inhambane e cidade de Maputo, e visitas de supervisão e monitoria das actividades de produção e alimentação escolar nas províncias de Inhambane e Zambézia.

Desenvolvimento Institucional

Foi aprovado o Plano Estratégico da Educação e Cultura (PEEC)-2006-2011. O PEEC é resultado da integração das estratégias da Educação, Ensino Superior e da Cultura.

O trabalho de Elaboração da Carta Escolar abrangendo as províncias de Nampula, Gaza e cidade de Maputo teve continuidade em 2006. Assim, em Nampula foi feito o levantamento de dados através do inquérito a todas escolas. Em Gaza decorre o trabalho de campo (levantamento de dados) e prevê-se que na cidade de Maputo os trabalhos tenham lugar no 2º Semestre do corrente ano.

B. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Nesta área, as atenções ao longo do semestre foram centradas no desenvolvimento de um sistema de investigação científica, promoção da inovação e desenvolvimento e no desenvolvimento institucional. Neste sentido, no período em análise foram desenvolvidas as seguintes acções.

Investigação Científica

No que respeita a Criação de Conselhos Científicos temáticos, foram criados os conselhos científicos de Etnobotânica, Energia e Água, os quais já iniciaram com as suas actividades. Estão em processo de criação os conselhos científicos temáticos da Saúde e da Agricultura.

Quanto a consolidação e Implementação do Fundo Nacional de Investigação, cujo objectivo principal é o financiamento de projectos de investigação que possam beneficiar a sociedade, importa referir que foi elaborado e aprovado o regulamento do Fundo Nacional de Investigação.

Em relação aos Centros Regionais de Ciência e Tecnologia (CRCTs³), o destaque vai para a criação dos CRCT's do Sul, Centro e Norte localizados nas províncias de Gaza, Tete e Nampula respectivamente. De salientar que a

³ Os CRCT's são núcleos regionais responsáveis pela promoção da investigação e da disseminação da ciência e tecnologia nas regiões onde serão implantados.

criação dos três centros foi antecedida por obras de reabilitações das instalações adquiridas.

No que respeita a realização de expedições de Cientistas e Investigadores, foram realizadas três expedições aos Centros Regionais Sul, Centro e Norte, visando o diagnóstico de oportunidades e obstáculos ao desenvolvimento ao nível local e comunitário.

Para a elaboração da Estratégia e Plano de Acção da propriedade intelectual, cujo objectivo é a criação de instrumentos legais para a protecção de Inovadores e Intelectuais nacionais, foi criada uma comissão de trabalho que realiza encontros semanais com esse objectivo.

Está em curso o desenvolvimento de um Sistema de Indicadores. Neste contexto, foi elaborado um Manual de Instrução e um documento Metodológico que acompanhará o processo de recolha de dados, seguido da produção e análise de Indicadores de C&T.

Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)

No âmbito da implementação do observatório de TICs, importa destacar que o mesmo foi lançado ao longo do período em análise, e visa proporcionar ao Governo, sector privado, parceiros de cooperação e a sociedade em geral, informação actualizada sobre TICs em Moçambique.

Desenvolvimento Institucional

Visando a disseminação da Política e Estratégia de Ciência e Tecnologia (C&T), foi definida uma estratégia para esse efeito, cuja implementação consiste na formação dos funcionários da área de C&T, jornalistas, realização de seminários provinciais e encontros sectoriais. No âmbito desta actividade, foram elaboradas brochuras simplificadas da estratégia da C&T com o objectivo de facilitar a explicação do Plano Estratégico.

No que se refere ao estabelecimento do Conselho Nacional de Ética em Ciência e Tecnologia, foi criado uma comissão com o propósito de elaborar a Política de Ética de Ciência e Tecnologia, que se encontra actualmente na fase final da elaboração.

C. SAÚDE

Na área da Saúde, ao longo do semestre foi privilegiado a melhoria da saúde da população através de intervenções que contribuam para a redução da morbimortalidade e o aumento do acesso da população à rede e serviços de saúde com padrões aceitáveis de qualidade, bem como intervenções que visam aumentar a eficiência no uso dos recursos.

Expansão da Rede Sanitária

No âmbito da expansão do acesso aos serviços de saúde, 11 Centros de Saúde Rurais tipo II estão em construção na província de Cabo Delgado, estando prevista a sua conclusão no final do ano.

Em Nampula foi iniciada a construção do Centro de Saúde de Muhala e na cidade de Maputo foram re-iniciadas as obras de construção do Centro de Saúde de Zimpeto e do Armazém Central de Medicamentos. Foi iniciada também a reabilitação geral do Hospital Provincial de Tete e concluída a 1ª fase de construção do Instituto de Ciências de Saúde de Quelimane.

Desenvolvimento dos Recursos Humanos

Ao longo do semestre foram colocados 553 técnicos recém formados, dos quais 38 médicos de clínica geral e 515 técnicos de saúde (dos quais 102 técnicos médios e 413 técnicos básicos), o que representa cerca de 66.9% das colocações previstas para todo ano. Igualmente foram nomeados 786 técnicos que vinham trabalhando em regime de contrato e recrutados 37 médicos estrangeiros de diferentes áreas de especialização.

As novas colocações e nomeações aumentaram o número total de pessoal nacional no Serviço Nacional de Saúde (SNS) em cerca de 6.8%, o qual (SNS) conta actualmente com cerca de 24.042 trabalhadores, dos quais 608 médicos nacionais.

Encontram-se em formação em pós-graduação 24 médicos, sendo 4 em Pediatria, 4 em Medicina interna, 1 em Cirurgia Geral, 1 em Oftalmologia, 4 em Ginecologia e Obstetrícia, 1 em Urologia, 5 em Medicina Familiar e Comunitária, 1 em Ortopedia e Traumatologia, 1 em Infecçiology, 1 em Oncologia e 1 em Otorrinolaringologia.

No mesmo período, concluíram a formação em pós-graduação 5 médicos especialistas nas áreas de: Medicina Física e Reabilitação (1), Imagiologia (1), Ginecologia e Obstetrícia (2) e Medicina Interna (1), o que corresponde a 31% do previsto (16).

Nas outras categorias profissionais foram formados 22 técnicos de nível médio inicial e 144 técnicos de nível básico, o que corresponde a 11% das formações previstas (1.454).

Prestação de Cuidados de Saúde

O sistema de prestação de serviços medido pelo volume de consultas externas regista um crescimento de 15% comparativamente ao primeiro semestre de 2005, e o índice de consultas por habitante variou de 0.5 para 0.6. Este crescimento deveu-se sobretudo ao aumento das consultas externas incluindo as de estomatologia, bem como pela expansão dos serviços.

O indicador consultas/hab encontra-se abaixo da meta para 2006 (0.94), porém tendo em conta o crescimento do volume das consultas externas registado no primeiro semestre, até ao final do ano a meta poderá ser superada.

Evolução da Actividade Global de Saúde			
Indicadores	2005 Real I Sem.	2006 Real*I Sem.	Evol. (%) R06/R05
CONSULTAS EXTERNAS			
Consultas Externas	10,366,967	11,935,194	15.1
Consultas Externas/Habitante	0.5	0.6	

Fonte: MISAU/"*" dados disponíveis de 3 meses projectados para 6 meses

Estado de Saúde da População

A taxa de baixo peso à nascença que é um dos indicadores de vigilância nutricional, revela que o estado nutricional da população (em especial feminina) é merecedor de atenção especial. Esta apresenta uma tendência de crescimento, tendo passado de 10.5% em 2005 para 11.8% em 2006, o mesmo acontecendo com a taxa de crescimento insuficiente que passou de 5.7% em 2005, para 6.2% em 2006.

A epidemiologia do HIV/SIDA em Moçambique não difere dos países da região. A seroprevalência a nível do país, segundo a última ronda de vigilância epidemiológica de 2004, é de 16.2%, sendo a região Centro a mais afectada com 20.4%, a região Sul com 18.1% enquanto a região Norte apresenta 9.3%. Ao longo do semestre foram notificados 2.643 casos de SIDA. A via heterossexual é o principal veículo na transmissão do HIV.

Em relação as infecções de transmissão sexual (ITS), foram notificados em todo o país 95.930 casos, dos quais 55.7% dos casos foram registados em mulheres.

A tuberculose e a lepra constituem séria ameaça à saúde pública, fazendo do país parte das nações mais afectadas por estas doenças a nível mundial. Devido ao diferente ciclo de monitoria e avaliação do Programa Nacional de Combate a Tuberculose e Lepra (PNCTL), não é possível apresentar a informação referente ao primeiro semestre de 2006.

Analisando os dados do Boletim Epidemiológico, constata-se que houve aumento do registo de casos de cólera e meningite.

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL – I SEMESTRE 2006

Notificação de doenças transmissíveis (Jan-Jun, 2005-2006)

	Casos		Óbitos		Letalidade %	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Sarampo	7,379	62	26	-	0.35	-
Tétano	26	10	13	4	50.0	40.0
Tosse Convulsa	10	-	-	-	-	-
PFA	40	39	-	-	-	-
Malária	3,360,387	3,275,375	2,397	2,788	0.07	0.09
Raiva*	1,221	1,689	23	9	1.9	0.5
Diarreia	321,467	322,161	211	296	0.07	0.09
Cólera	628	5,007	6	21	1.0	0.4
Peste	-	-	-	-	-	-
Disenteria	86,599	67,514	16	12	-	-
Meningite	525	708	190	234	36.2	33.1

Fonte: BES/Saúde

* mordedura canina

Os casos de malária registados no período em análise não diferem muito dos registados em igual período do ano passado. A letalidade por esta doença apresentou um ligeiro crescimento, tendo passado de 0.07% em 2005, para 0.09% em 2006.

O sarampo registou um decréscimo considerável em 2006, tendo passado dos 7.379 casos registados em 2005 para 62 em 2006, o que conseqüentemente contribuiu para que a incidência reduzisse dos 38 casos/100.000hab. para menos de 1caso/100.000hab. em 2006. A letalidade por sarampo (indicador de qualidade) também tende a decrescer tendo sido inferior a 0.1.

Devido a ocorrência de surtos epidémicos de cólera em 2006, foram notificados 5.007 casos. Os surtos ocorreram em 3 províncias do país nomeadamente Sofala, Nampula e Zambézia. É de salientar que apesar do aumento da incidência da cólera, a letalidade pela mesma doença reduziu de 1% para 0.4% a nível nacional. A província de Sofala foi a que mais casos registou, porém foi a província com a menor taxa de letalidade, tendo a província da Zambézia apresentado a mais elevada taxa de letalidade.

O número total de casos de Paralisia Flácida Aguda (PFA) não registou uma alteração assinalável comparativamente a igual período de 2005. As províncias de Tete e Zambézia, tanto em 2005 como em 2006, notificaram o maior número de casos. Maputo Cidade não notificou nenhum caso. A notificação de casos de PFA merece especial atenção tendo em conta que um dos grandes desafios na Saúde é a erradicação da poliomielite até ao ano 2010.

Em relação a meningite, foram notificados 708 casos contra os 525 registados em 2005. Maputo Cidade continua sendo a província com maior número de casos notificados (69% dos casos). As províncias da Zambézia e Cabo Delgado registaram 1 e 2 casos respectivamente. A meningite continua sendo a patologia com maior letalidade. A chegada tardia dos doentes às unidades sanitárias poderá estar relacionada com valores de letalidade acima de 30%.

Saúde Materno Infantil e Planeamento familiar

A taxa de mortalidade materna aumentou de 178 para 251 (óbitos maternos/100.000 NV), contrariamente a taxa de nati-mortalidade com foco positivo que sofreu uma ligeira melhoria, tendo passado de 267 em 2005 para 255 em 2006. As mais baixas taxas de mortalidade foram registadas nas províncias de Maputo Cidade e Maputo Província. Inhambane e Sofala são as províncias com mais altas taxas de mortalidade materna.

No âmbito da expansão dos serviços de atenção à saúde da mulher e ao recém-nascido, foram formados 266 profissionais em Cuidados Obstétricos Essenciais (COE) básicos e completos em todas as Províncias, e 432 profissionais em Cuidados Essenciais ao Recém Nascido (CERN). O número de casas de mães-espere aumentou de 97 para 110 de acordo com o plano para este semestre.

Registou-se também um crescimento de maternidades que oferecem um pacote revisto de cuidados essenciais ao recém-nascido (nova abordagem), sendo a cobertura actual de 38.7%. Estas acções contribuíram para o alcance da cobertura de 5.4US/500.000hab nos COE básicos, esperando-se portanto que até ao final do ano a meta de 6.9 US/500.000hab. seja atingida.

Quanto a componente de Atenção Integrada à Doenças da Infância (AIDI), 70% das US oferecem serviços de atenção integrada as doenças de infância contra a meta de 80% estabelecida. Ao longo deste semestre, foram realizados cursos de AIDI nas províncias de Cabo Delgado, Manica, Inhambane, Zambézia e Tete, totalizando 140 profissionais de saúde treinados neste pacote de cuidados integrados à criança.

Paralelamente às formações, foi distribuído material de formação e manuais de apoio para os cursos sobre Cuidados Essenciais ao Recém Nascido (CERN) e AIDI.

A cobertura dos partos institucionais registou um decréscimo a nível nacional, quando comparada com igual período do ano passado (vide tabela a seguir). As províncias de Tete e Zambézia foram as que registaram menores coberturas e a província do Niassa a mais elevada.

A cobertura das consultas pré-natais registou um ligeiro decréscimo, tendo passado de 54.5% em 2005, para 52.4% em 2006. A província do Niassa é a que apresenta a maior cobertura, enquanto que as menores coberturas foram registadas em Maputo Cidade e Maputo Província.

A cobertura das consultas pós-parto não sofreu grandes alterações no período em análise.

As consultas preventivas de crianças dos 0-11 meses e dos 0-4 anos mantiveram as coberturas registadas em igual período do ano passado. Contudo, importa referir que a cobertura das consultas dos 0-4 anos está muito abaixo da meta prevista.

Evolução das Taxas de Cobertura SMI			
Indicadores	2005	2006	
	Real I Sem.	Real I Sem.	Meta Anual
Consultas Pré-Natais	54.5%	52.4%	98.0%
Partos Institucionais	23.8%	21.4%	52.0%
Consultas Pós-Partos	29.7%	29.4%	62.0%
1 ^{as} Cons. Crianças (0-11 Meses)	66.1%	66.6%	98.0%
1 ^{as} Cons. Crianças (0-4 Anos)	23.8%	23.9%	72.0%

Fonte: MISAU

Programa Alargado de Vacinações (PAV)

As coberturas do PAV não sofreram alterações significativas em relação ao registado em igual período do ano passado, segundo a tabela a seguir ilustra.

O fornecimento de vacinas e material de vacinação para as províncias melhorou, tendo o programa satisfeito todas as necessidades. A rede de cadeia de frio aumentou consideravelmente e, até ao final do semestre, 90% das unidades sanitárias possuía postos fixos de vacinação.

Importa também referir que foram alocados mais meios de transporte ao Programa, o que irá facilitar a deslocação das brigadas móveis.

Evolução das Taxas de Cobertura do PAV			
Indicadores	2005	2006	
	Real I Sem.	Real I Sem.	Meta Anual
BCG [0-11 Meses]	57.7%	59.9%	98.0%
VAS [9-23 Meses]	47.4%	47.0%	98.0%
DPT/Anti-Pólio e HB (3 ^a dose)	47.1%	47.5%	95.0%

Fonte: MISAU

Programa de Saúde Escolar e do Adolescente

No âmbito da implementação do plano de actividades do programa, apenas 671 escolas do EP1, de um universo de 8.535 a nível nacional, foram abrangidas perfazendo uma cobertura inferior a 10%.

No concernente a implantação dos Serviços de Amigos de Adolescentes e Jovens, os mesmos foram expandidos com a implantação de 11 Infra-estruturas na cidade de Maputo, 3 na província de Maputo, 3 em Gaza, 4 em Inhambane, 2 em Manica, 1 na Zambézia e 8 em Cabo Delgado. É de referir que dos 50 SAAJ programados para este ano, foram implantados 32, o que corresponde a 64% de cumprimento do planificado.

Das actividades formativas programadas para o período em análise, foram realizados cursos de formação e capacitação de formadores em saúde escolar.

Saúde Mental

Com vista a expansão da cobertura dos serviços de psiquiatria e de cuidados de saúde mental, foram colocados 30 técnicos médios de psiquiatria recém formados que irão reforçar as actividades do programa a nível de todas as províncias.

Foi disseminado o Plano Estratégico de Saúde Mental através da realização da Reunião Nacional de Saúde Mental.

Foram elaborados planos de acção para diversas áreas de saúde mental, nomeadamente para a prevenção e controle da epilepsia, esquizofrenia e outras psicoses, para o atendimento à população de rua, bem como para o controle do consumo de álcool, tabaco e drogas.

Nutrição

Está em curso a implementação do pacote nutricional básico⁴ em todas as unidades sanitárias do país, com vista a promover o estado nutricional da população incluindo a prevenção e tratamento das carências e deficiências em micro nutrientes e de outras doenças nutricionais, em particular nas crianças e mulheres grávidas. Neste âmbito, teve início o processo de aquisição de cápsulas de Iodo para a suplementação de crianças e das mulheres em idade fértil, assim como foi efectuada a suplementação com Vitamina A a crianças e mulheres pós-parto.

Grandes Endemias

Neste âmbito, foi privilegiado a prevenção, o controle e tratamento das principais doenças endémicas que mais influenciam na morbi-mortalidade da população.

Malária

Para combater a malária, foram realizadas acções de pulverização em distritos seleccionados de todas as províncias, e teve início a profilaxia da malária na gravidez (tratamento intermitente preventivo) a nível nacional. Importa também referir que acções de controle larval tiveram lugar nas províncias de Maputo, Gaza e Inhambane.

Tuberculose e lepra

Neste âmbito, foram realizadas actividades visando o despiste precoce de tuberculose/lepra nas prisões, despiste da lepra nos distritos prioritários e em crianças contactos.

⁴ Este Programa adopta 8 componentes a seguir apresentados:

1. aleitamento materno exclusivo até 6 meses;
2. alimentação complementar adequada a partir dos 6 meses e continuando com amamentação até aos 24 meses;
3. cuidados nutricionais adequados de crianças doentes e desnutridas;
4. alimentação equilibrada, com destaque para alimentação de grávidas;
5. suplementação adequada com Vitamina A (crianças e mulheres no pós-parto);
6. suplementação adequada com ferro às mulheres grávidas;
7. consumo regular do sal iodado; e
8. vigilância nutricional.

Paralelamente as actividades anteriormente referidas, foram realizados cursos clínicos sobre a tuberculose, HIV e lepra nas províncias de Nampula, Sofala e Inhambane. Visitas de supervisão foram também realizadas às províncias de Maputo, Gaza, Sofala, Tete, Manica e Nampula.

ITS/HIV/SIDA

No concernente ao acesso ao tratamento com ARV e das doenças oportunistas, até o final do primeiro semestre estavam em funcionamento 49 locais de tratamento anti retroviral, como resultado da abertura e apetrechamento de mais locais para TARV no CS de Caia , HR de Dondo, HR de Gurué, HR de Cuamba, CS de Chiure, Hospital Militar de Nampula, CS de Manica, CS de Massinga, CS de Mambone, CS da Polícia da Matola , CS de Ndlavela , Hospital Geral José Macamo, Hospital Rural de Vilanculos e Hospital provincial de Xai-Xai.

Tendo em vista a actualização/capacitação do pessoal, foram organizados cursos de TARV adulto e pediátrico para técnicos de medicina e médicos. Foi aberto um laboratório Biomolecular (CD4) em Sofala (Beira).

Relativamente a expansão dos locais de testagem para o HIV, o semestre foi marcado por uma mudança na abordagem dos utentes. A nova estratégia visa oferecer um atendimento mais integral aos utentes e reduzir o problema de estigmatização dos mesmos. Assim, está em curso o processo de preparação de guiões e manuais para o arranque da implantação de ATS (Atendimento e Testagem em Saúde) com nova abordagem.

Em relação à Prevenção da Transmissão Vertical do HIV, foram atendidas 101.322 mulheres grávidas nas primeiras consultas pré-natais nas unidades sanitárias. Das 66.210 mulheres que aceitaram fazer o teste de HIV após aconselhamento, 10.750 (16.2%) tiveram resultado positivo. Em relação à profilaxia antiretroviral, 5.948 mulheres grávidas seropositivas receberam a profilaxia, o que corresponde a 37% do planificado, e 4.752 crianças de mães seropositivas (79.8%) receberam também profilaxia com ARV.

D. TRABALHO

Na área do Trabalho, ao longo do semestre foi privilegiado a promoção de oportunidades de emprego através do desenvolvimento de acções de formação profissional para os desempregados e oferta de emprego. Atenção especial continuou a ser prestada a elaboração e divulgação da legislação laboral e a expansão do sistema de segurança social.

Assim, tendo em vista estas prioridades foram desenvolvidas, entre outras, as seguintes acções:

Acção Normativa

No domínio da Acção Normativa foi concluído o Anteprojecto da revisão da nova Lei do Trabalho e aprovada a proposta de Lei da Protecção Social, a qual já foi depositada na Assembleia da República para aprovação.

Emprego e Trabalho

No âmbito da expansão de infra-estruturas de emprego e formação profissional, o destaque vai para a continuação dos trabalhos de construção dos Centros de Formação Profissional de Pemba, Quelimane e Vilankulos.

Em relação a formação de candidatos a emprego em diversas especialidades, importa referir a formação de 699 candidatos nos Centros de Formação Profissional, o que representa 27,2% do planificado (formar 2.568 candidatos a emprego). Por províncias os candidatos formados estão distribuídos da seguinte forma: Maputo-cidade (188), Maputo-província (20), Inhambane (125), Sofala (192), Tete (15), Nampula (78) e Niassa (81). Em gestão de pequenos negócios foram formados nas cidades da Beira e Nampula 195 pequenos e médios empresários, contra a previsão de formar 468, dos quais 70 são do sexo feminino.

O serviço de emprego registou a afluência de 5.545 candidatos a emprego, dos quais 901 são do sexo feminino. Em contrapartida, foram registadas 2.739 ofertas de emprego, das quais 381 para candidatos de sexo feminino, o que representa 14% do total das ofertas recebidas no período. Como resultado, foram efectuadas 2.519 colocações, representando 63% da meta fixada (colocar 4.000 desempregados). Destas colocações, 327 são de sexo feminino.

O trabalho migratório continuou a ser uma das principais fontes de emprego para cidadãos nacionais. Assim, ao longo do período em análise foram recrutados 21.554 trabalhadores moçambicanos para as minas da África do Sul, o que representa uma redução de 13,8% comparativamente ao período homólogo de 2005. No mesmo período foram legalizados e renovados contratos de 2.277 trabalhadores moçambicanos em actividade no sector agrícola . Por outro lado, reduziram as autorizações de trabalho para cidadãos estrangeiros em 53% relativamente ao período homólogo, tendo passado de 2.118 autorizações em 2005, para 1.126 autorizações no período em análise.

Relações Profissionais

Com vista a verificar o cumprimento das Normas Laborais, foram fiscalizados 835 estabelecimentos de diversos ramos de actividade, o correspondente a 32% do planificado. Esta actividade abrangeu 21.571 trabalhadores, dos quais 5.245 mulheres, 1.271 contratados nacionais e 913 estrangeiros. Como resultado da fiscalização, foram detectadas 1.184 infracções às diversas normas laborais, das quais 370 mereceram o levantamento de autos de notícias/multas e as restantes 814 mereceram autos de advertência. Ainda neste domínio, interveio-se na conciliação e mediação de 40 conflitos laborais, o que contribuiu nalguns casos, para a celebração ou revisão de acordos colectivos no interesse da harmonização das relações entre as partes.

Segurança Social

No domínio da Segurança Social foram inscritos 14.297 beneficiários e 897 contribuintes novos o que representa uma realização do plano em 71,5% e 59,8%, respectivamente.

E. MULHER E ACÇÃO SOCIAL

Na área da Mulher e Acção Social, ao longo do semestre as atenções foram concentradas na elevação do estatuto da mulher e na promoção da igualdade de género, na segurança, assistência e integração social dos grupos alvo em situação de vulnerabilidade, particularmente crianças, idosos e pessoas portadoras de deficiência.

Neste contexto, entre outras acções, foram desenvolvidas as seguintes:

Âmbito do Desenvolvimento da Mulher

- Prosseguido o apoio a 800 mulheres camponesas e proprietárias de barcos no Bairro da Costa do Sol (cidade de Maputo);
- Integradas 1.236 mulheres chefes de agregados familiares em projectos de geração de rendimentos;
- Integradas 17.844 mulheres nos cursos de alfabetização e educação de adultos;
- Apoiada a implementação de 697 projectos beneficiando 6.288 mulheres em todo país, contra o plano anual de apoiar a implementação de 33 projectos para beneficiar 1.100 famílias vulneráveis; e
- Realizados três cursos sobre a planificação e gestão de projectos para 4 associações beneficiando 80 mulheres na província de Manica, no âmbito dos cursos regionais de capacitação planificados para o corrente ano.

Âmbito da Protecção da Criança

No âmbito do Programa de Localização e Reunificação Familiar de crianças órfãs, perdidas ou abandonadas, foram documentadas 586 crianças e reunificadas 230 crianças em famílias próprias e substitutas, o que corresponde a 48.8% e 57.5% do planificado, respectivamente.

Foram efectuadas 100 visitas a crianças adoptadas e integradas em famílias próprias e substitutas, sendo 13 visitas na província de Tete, 8 em Sofala e 79 na cidade de Maputo.

Âmbito do Programa de Educação Pré-Escolar

Neste âmbito, foram atendidas 38.864 crianças em idade pré-escolar o que corresponde a 81.1% do planificado, das quais 1.505 crianças em centros infantís públicos, 7.288 em centros infantís privados e 30.071 em escolinhas comunitárias.

Âmbito da Reabilitação Psico-Social e Integração da Criança em Situação Difícil

Ao longo do semestre foram atendidas 9.636 crianças em situação difícil contra o plano anual de atender 1.920 crianças, sendo 8.505 crianças em centros de acolhimento, 397 em infantários públicos e 734 em infantários privados.

Em relação às Crianças Órfãs e Vulneráveis (COVs), foram identificadas 32.331 COVs, das quais 29.654 beneficiaram de apoio em produtos alimentares, emissão de atestados de pobreza, material escolar e assistência médica e medicamentosa. Por províncias, a distribuição das crianças apoiadas é a seguinte: Tete (10.856 apoiadas), Zambézia (9.409 apoiadas), Manica (262 apoiadas), Nampula (209 apoiadas), e Sofala (8.918 apoiadas).

Âmbito do Atendimento a Pessoa Idosa

No centros de apoio aos idosos foram atendidos 525 idosos, o que corresponde a 86% do planificado, sendo 202 em 9 centros estatais de apoio à velhice e 323 em 15 centros privados de apoio.

Para o atendimento dos idosos, foram construídos 2 centros abertos, sendo um na cidade de Maputo e outro na cidade de Lichinga.

Em relação a sensibilização e disseminação da Política e Direitos da Pessoa Idosa, foram realizadas sessões de sensibilização em Tete, Gaza, Maputo província e Nampula.

Âmbito do Atendimento da Pessoa Portadora de Deficiência (PPD)

No período em análise, foi aprovado o Plano Nacional de Acção da Área da Deficiência. Este plano tem como principais objectivos promover a plena participação, igualdade e capacitação das pessoas portadoras de deficiência e assegurar o princípio de igualdade de direitos e de oportunidades.

Em termos de assistência às PPD, 1.023 PPD beneficiaram de apoio em vestuário, produtos alimentares, subsídio de alimentos, assistência médica e medicamentosa e em fundos para projectos de rendimentos, enquanto 988 PPD foram integradas em escolas normais.

Em turmas especiais de lingua de sinais, foram atendidas e integradas 47 Crianças Portadoras de Deficiência, sendo 31 na província de Tete e 16 na província de Cabo Delgado.

Foram lançados dois projectos de geração de rendimentos para PPD's, sendo um de criação de aves para os membros da Associação de Deficientes Militares (ADEMIMO) e outro de carpintaria para a Associação dos Surdos na cidade de Chimoio.

Em termos de meios de compensação para PPD's, foram distribuídos 125 cadeiras de rodas, 54 triciclos, 71 muletas/pares de canadianas, 46 botas ortopédicas e 93 próteses.

Em instituições especializadas foram atendidas 636 PPD's, o que corresponde a 77.6% do planificado, sendo 195 em centros de trânsito, 326 em escolas especiais e 115 no Instituto de Deficientes Visuais.

Âmbito do Atendimento aos Toxicodependentes, Doentes Crónicos e Reclusos

Neste âmbito, foram integrados 380 reclusos nos cursos de alfabetização e educação de adultos, sendo 145 na cadeia provincial de Pemba, 100 na cadeia distrital de Montepuez e 135 na cadeia distrital de Mueda, Cabo Delgado; e realizadas 95 palestras de sensibilização sobre as implicações do consumo de drogas e álcool nas cadeias de Cabo Delgado, Zambézia e Tete.

Programas e Projectos de Assistência Social

A assistência aos grupos populacionais mais desfavorecidos e em situação de pobreza absoluta continuou a ser priorizada. Assim, através do Programa Subsídio de Alimentos, foram assistidos 86.725 beneficiários o que corresponde a mais de 100% de cumprimento do planificado (assistir 85.000 pessoas), sendo 80.335 idosos, 5.201 PPD's, 880 doentes crónicos, 304 mulheres chefes de agregado familiar, 3 mães com crianças malnutridas e 2 mulheres grávidas malnutridas.

O Programa Benefício Social pelo Trabalho enquadrou 4.366 beneficiários, o que corresponde a mais de 100% de cumprimento do planificado (2.800 pessoas). Este programa consiste na promoção de oportunidades de inserção em actividades produtivas e no meio social aos indivíduos em situação de pobreza absoluta e com capacidade para o trabalho.

O Programa Geração de Rendimentos enquadrou 3.140 beneficiários (35% do planificado) em diversos microprojectos de geração de rendimento. Este Programa consiste em promover oportunidades de auto-sustento por via de auto emprego para indivíduos vivendo em situação de pobreza absoluta com capacidade para o trabalho.

A implementação de Projectos Integrados de Desenvolvimento Comunitário que incidem no desenvolvimento de infra-estruturas, beneficiou cerca de 25 mil famílias em todas as províncias do país, o que corresponde a cerca de 50% do planificado.

No âmbito do Programa de Apoio Social Directo em meios de compensação, material para construção de habitação, géneros alimentícios, material escolar, vestuário, dentre outros apoios, foram atendidas 9.566 beneficiários (+ de 100% em relação ao planificado), dos quais 5.310 mulheres e 4.256 homens.

Âmbito do Género

- Aprovada a Política de Género e a Estratégia de implementação;

- Implantados os Conselhos Provinciais para o Avanço da Mulher (CPAM) nas províncias de Cabo Delgado, Sofala e Maputo;
- Capacitadas em género e liderança, 200 mulheres na província de Sofala e 4 associações femininas integrando 200 mulheres em Manica;
- Produzidos e distribuídos materiais informativos sobre violência doméstica e HIV/SIDA; e
- Divulgada a Lei da família, Carta Africana sobre os direitos humanos e dos povos relativo aos direitos das mulheres, CEDAW, Declaração Solene de Género.

Âmbito do HIV/SIDA

- Divulgado o plano sectorial pelos potenciais parceiros do sector;
- Assistidas 14.541 crianças em produtos alimentares no âmbito da mitigação dos efeitos do HIV/SIDA, na província de Manica;
- Distribuídos 210 pneus, 420 câmaras de ar, 105 correntes e outros acessórios aos membros (activistas do HIV/SIDA) dos Comités Comunitários, para reparação de bicicletas, na província de Nampula;
- Efectuada a entrega de 6 casas, 12 colchões, 6 casais de gado caprino e uma máquina de costura para igual número de famílias chefiadas por crianças na província de Sofala, no contexto do HIV/SIDA;
- Distribuídas 87 bicicletas para apoio ao trabalho das associações que trabalham com as COVs ao nível da província da Zambézia; e
- Capacitados 60 funcionários do sector em matérias de HIV/SIDA.

F. LIBERTAÇÃO NACIONAL, DEFESA DA SOBERANIA, E DA DEMOCRACIA E DEFECIENTES DE GUERRA

Nesta área, ao longo do semestre continuou-se a privilegiar a valorização e divulgação da história da luta de libertação e o desenvolvimento de acções de assistência social aos Combatentes da Luta de Libertação Nacional.

Neste contexto, para a realização dos objectivos definidos foram desenvolvidas as seguintes acções:

História e Património da Luta de Libertação Nacional

Neste âmbito, foram desenvolvidas acções de divulgação da história da luta de libertação nacional através da realização de palestras alusivas as datas comemorativas nas instituições de ensino, unidades militares e paramilitares e sectores laborais, acompanhadas por debates televisivos e radiofónicos, nas províncias de Zambézia, Gaza, Sofala, Manica, Cabo Delgado, Tete, Niassa e Inhambane.

A sinalização e a demarcação de locais de importância histórica no âmbito do programa de mapeamento das bases da Luta de Libertação Nacional, teve continuidade ao longo do semestre, tendo sido:

- Concluída a edificação do monumento de Ntumuíle e continuadas acções de construção do monumento que simbolizará a importância Histórica que a Base Ngungunhana teve durante a Luta de Libertação Nacional através da Frente de Niassa;
- Localizadas e identificadas as campas onde repousam os restos mortais dos Combatentes falecidos durante as agressões Rhodesianas nos distritos de Chicualacuala e Mabalane em Gaza;
- Identificados 34 locais de importância Histórica e elaborados mapas topográficos da Base Beira em Nangade e da Base Central em Muidumbe, Cabo delgado;
- Realizados trabalhos de preservação dos monumentos existentes nas bases e locais de importância histórica dos distritos de Chemba., Marromeu, Cheringoma, Caia, Muanza e Búzi na província de Sofala; e
- Sinalizadas as bases Chicondamoio no distrito de Changara e Kassuende no distrito de Marávia na província de Tete.

Assistência Social e Reabilitação Física e Psico-Social

Neste âmbito, destaque nas acções realizadas vai para o seguinte:

- Emitidos 2.590 cartões de identificação dos combatentes contra os 10.000 planificados;
- Elaborado o projecto arquitectónico para a Construção do Centro Escola de Formação de Antigos Combatentes de Manica;
- Tramitados 641 novos pedidos de fixação de pensões, fixados 7.009 novas pensões e 754 Bónus de Participação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional;
- Financiados, através do Fundo de Inserção Social do Antigo Combatente, os primeiros 5 projectos de geração de rendimento dos combatentes nas províncias de Cabo Delgado (2), Maputo (2) e Inhambane (1), encontrando-se na fase de selecção para financiamento, projectos em diferentes áreas de actividade económica nas Províncias de Tete, Niassa e Nampula;
- Formados dois brigadistas por cada província para o registo e emissão de Cartões de Identificação dos Combatentes; e
- Iniciada a elaboração do anteprojecto da Lei que fixa os direitos previstos nos artigos 15 e 16 da Constituição da República.

Combate ao HIV/SIDA

No âmbito do combate ao HIV/SIDA, são de destacar as seguintes acções realizadas:

- Distribuídos preservativos e materiais de Informação, Educação e Comunicação (I.E.C.) nos distritos de Maringue, Nhamatanda e Gorongosa em Sofala.;
- Realizadas palestras nos centros de Mafassane Chinjinguir e Malova em Inhambane, nos distritos de Chókwè, Chicualacuala e Manjacaze em Gaza; e
- Realizadas palestras, e capacitadas 106 mulheres, jovens e adolescentes em matéria de Prevenção e Mitigação do impacto do HIV/SIDA nas cidades de Quelimane e Maputo.

G. CULTURA

Na área da Cultura, ao longo do semestre os esforços foram concentrados na preservação e divulgação do património cultural nacional e no desenvolvimento da criatividade e promoção da indústria cultural.

Assim, entre outras acções desenvolvidas com vista a realização dos objectivos definidos, merece destaque o seguinte:

Património Cultural

No âmbito da identificação, registo e preservação de obras e valores culturais e naturais:

- Teve início o processo de criação do Instituto do Património Cultural, um órgão de consulta para questões de conservação e restauro;
- Está em curso a compilação de conteúdos sobre as técnicas de conservação preventiva que integrarão os manuais e brochuras de capacitação em matéria do património tangível e intangível; e
- Foram colocadas placas de identificação nos locais históricos de: Massacre de Sena e Fortaleza de São Marçal de Sena, ambos no distrito de Caia e do Santuário de Sofala “Muenhe Mucuro” no distrito de Búzi; e feito o levantamento preliminar de locais onde serão colocadas as placas de identificação na província de Gaza.

No âmbito do incentivo à maior utilização de monumentos, bibliotecas, museus e outras instituições de preservação e divulgação cultural:

- Realizadas acções de divulgação do património cultural tangível e intangível através dos órgãos de comunicação social, manuais, brochuras e outros meios de comunicação; e
- Inaugurado o Centro Cultural Comunitário de Manica conforme previsto.

No âmbito do Programa de Recuperação da Ilha de Moçambique:

- Está em curso a reabilitação do edifício Casa Girassol, antigo edifício do comando da polícia; e
- Foram aprovados os Estatutos do GACIM no quadro dos esforços em curso com vista a pôr em funcionamento este gabinete.

No âmbito da promoção do conhecimento da realidade cultural através da pesquisa e divulgação de estudos etnológicos, linguísticos, sociológicos e históricos:

- Foram iniciadas acções de pesquisa sobre os seguintes temas: As abstenções em Moçambique; Mapeamento do comportamento étnico sobre o SIDA em Moçambique; Impacto sócio-económico e cultural do investimento estrangeiro em Manica; e Preservação cultural em Manica.

Acção Cultural

No âmbito da ampliação da oferta de espaços públicos para realização de actividades culturais:

- Foi concluída a construção do Palco a Céu Aberto em Namaacha, na província de Maputo;
- Está em curso a reabilitação das Casas de Cultura da Beira, Pemba e Angoche; e
- Foi concluída a construção da Casa de Cultura de Nampula.

H. JUVENTUDE E DESPORTOS

Na área da Juventude e Desportos, ao longo do semestre as atenções foram concentradas no enquadramento dos jovens no processo de desenvolvimento do País, no fortalecimento do movimento associativo juvenil, na massificação do desporto e na elevação dos resultados competitivos a nível nacional e internacional.

Domínio da Juventude

Neste domínio, foi privilegiado a promoção e participação dos jovens no processo de desenvolvimento do País, o fortalecimento do movimento associativo juvenil, o desenvolvimento de programas de geração de emprego e auto-emprego, o combate ao HIV/SIDA e ainda a realização de festivais juvenis.

Com vista a assegurar a realização das actividades do Conselho Nacional da Juventude (CNJ) foi prestado apoio técnico e financeiro que se traduziu na assinatura de um Contrato-Programa. O CNJ é um instrumento de coordenação das actividades das associações e organizações juvenis e ainda um interlocutor válido entre os jovens e o Governo.

Relativamente ao apoio técnico, destaca-se o apoio prestado na Legalização do CNJ e na melhoria da articulação entre este órgão e os Conselhos Provinciais da Juventude (CPJ's).

Para estimular iniciativas geradoras de emprego e auto-emprego para os jovens através da institucionalização do Fundo de Apoio às Iniciativas Juvenis (FAIJ), foram financiados 220 projectos juvenis.

A institucionalização do Fundo de Apoio às Iniciativas Juvenis (FAIJ) e de outras iniciativas geradoras de emprego e auto-emprego para jovens, tem como principal objectivo prover recursos financeiros para a materialização de projectos de geração de renda promovidos pelos jovens com fins sociais, culturais, económicos, educativos, artísticos, científicos e desportivos.

Para reforçar a operacionalização do FAIJ, está em curso a implementação de um Regulamento Normativo de alocação e gestão de fundos que vai consubstanciar e consolidar os mecanismos de monitoria e avaliação dos projectos juvenis.

Como forma de elevar a capacidade de intervenção das associações na resolução dos problemas dos jovens e na conceptualização e implementação das suas iniciativas, procedeu-se a formação de formadores em gestão associativa e geração de rendimentos, que envolveu 50 jovens provenientes de Inhambane, Gaza, Cidade e Província de Maputo, incluindo 10 jovens da Associação de Estudantes Finalistas Universitários de Moçambique.

De igual modo, foi prestado apoio técnico e financeiro na formação e capacitação de 80 jovens em gestão de micro-créditos dos quais 35 em Moamba-Sede.

No âmbito da promoção da realização de festivais juvenis de música a nível provincial, inter-regional e nacional, teve lugar a realização do VII Festival Juvenil de Música, Music Crossroad, que compreendeu a realização de concursos musicais em duas fases (Nacional e Inter-regional) na Cidade de Maputo. Participaram no festival 10 grupos juvenis de música nacional e 5 grupos estrangeiros provenientes de Zimbabwe, Malawi, Tanzânia e Zâmbia e ainda convidados da Suécia e Bélgica, totalizando 180 jovens envolvidos directamente.

No âmbito da implementação do Programa Meu Futuro é Minha Escolha, Programa sobre Saúde Sexual e Reprodutiva para Adolescentes e Jovens SSR/HIV/SIDA e Género, foram formados nas províncias de Sofala 2.489 adolescentes como educadores de pares, e em Manica 100 adolescentes.

No âmbito do Programa Geração Biz, Programa também vocacionado à Saúde Sexual e Reprodutiva para adolescentes e Jovens, que actualmente cobre 8 províncias, destaca-se a criação de 211 centros juvenis (100% de realização do planificado); a formação/capacitação de 2.660 activistas (100% de cumprimento do planificado); a criação de 74 Cantos de Aconselhamento e o desenvolvimento de acções de sensibilização para 4.290 líderes juvenis e comunitários.

Domínio do Desporto

Neste domínio, as atenções foram concentradas na massificação da actividade desportiva, no desenvolvimento do desporto para pessoas portadoras de deficiência, na elevação dos resultados competitivos a nível nacional e internacional e na implementação do Sistema de Formação de Agentes Desportivos (SIFADE).

Para elevar a capacidade de intervenção na área do desporto para portadores de deficiência, foram capacitados 2 prelectores contra os 200 planificados.

No âmbito da operacionalização do Sistema de Formação de Agentes Desportivos, foram formados no distrito da Namaacha (Maputo) 30 treinadores e 15 árbitros, estão a ser capacitados 1 treinador da modalidade de atletismo na Alemanha, e 4 técnicos nas modalidades de andebol, basquetebol, boxe e atletismo na África do Sul.

No âmbito de infra-estruturas, decorrem obras de melhoramento de infra-estruturas em Namaacha com vista a transformação da academia num Centro de Excelência Desportiva para a Zona Sul.

Com o objectivo de elevar os resultados competitivos a nível nacional e internacional, foi prestado apoio técnico e financeiro na preparação e participação de Moçambique nos Jogos Desportivos da Commonwealth realizados na Austrália onde Moçambique participou com 36 elementos nas modalidades de basquetebol, atletismo, natação e boxe; e na Namíbia onde participaram 98 elementos nas modalidades de futebol, basquetebol, atletismo, ténis e boxe.

I. MEIO AMBIENTE

Na área do Ambiente, ao longo do semestre as atenções foram centradas no desenvolvimento sustentável do país. Para a realização deste objectivo, foi privilegiado o planeamento territorial, a gestão e educação ambiental, a avaliação do impacto ambiental e a inspecção ambiental, a implementação das convenções internacionais e a legislação ambiental.

Gestão ambiental

Com o objectivo de contribuir para a prevenção da degradação ambiental, mitigação dos efeitos da acção do homem sobre a utilização dos recursos naturais, foram realizadas as seguintes acções:

- Revitalizados na província de Maputo 5 núcleos de combate à erosão, 3 em Gaza e 3 em Sofala, e fortalecidos em todo o país os grupos multi-sectoriais de combate a erosão dos solos e às queimadas;
- Parcelados 80 talhões para o reassentamento da população atingida, no quadro da implementação do Projecto Piloto de Contenção de erosão na Vila de Changara em Tete;

- Executados microprojectos comunitários nos distritos de Palma, Mocímboa da Praia, Mossuril e Nacala Porto, sendo 2 em cada distrito;
- Divulgada a Estratégia de Gestão do Ambiente Urbano e de resíduos sólidos em Chókwè, Guruè, Nacala e Nampula Cidade; e
- Operacionalizados os planos municipais de gestão de resíduos sólidos em Quelimane, Mocuba, Ilha de Moçambique, Pemba e Montepuez, através da alocação dos seguintes meios: 1 tractor em Mocuba, 1 tractor e um camião em Montepuez e Ilha de Moçambique. Em paralelo a estas acções, foi identificada uma lixeira em Pemba, reabilitado o viveiro Municipal em Montepuez, e capacitados 3 técnicos em cada um destes Municípios.

Avaliação do Impacto Ambiental (AIA)

Com o objectivo de prevenir efeitos nocivos ao ambiente provenientes das actividades dos projectos de desenvolvimento, foram realizadas as seguintes actividades:

- Realizada a integração da AIA nos programas sectoriais;
- Realizadas auditorias a projectos de categoria “A” na Cidade de Maputo e 6 em Tete; e
- Está em curso a avaliação ambiental estratégica em Beluluane e Chibuto.

Planeamento e Ordenamento Territorial

Com vista a garantir o pleno aproveitamento dos recursos naturais e humanos do País, destaque nas acções desenvolvidas vai para o seguinte:

- Capacitados 16 técnicos a nível provincial e 22 a nível central na elaboração de planos de ordenamento territorial;
- Capacitados 135 líderes ao nível distrital, sendo 30 Administradores, 37 Secretários Permanentes e 68 Chefes de Posto, em técnicas básicas de planeamento territorial;
- Concluído o plano distrital do distrito de Nicoadala;
- Concluída a elaboração do Plano Parcial da Ponta do Ouro;
- Realizada a assessoria técnica ao Município de Nacala na elaboração de planos de estrutura;
- Realizada a recolha de dados físico-sócio-económico e cartográficos para a criação de uma base de dados territorial sistematizada e informatizada; e
- Está em curso a revisão do currículo do curso médio de planeamento físico e ambiente, e o zoneamento territorial à escala nacional.

Promoção Ambiental

Neste âmbito, são de destacar as seguintes acções desenvolvidas:

- Divulgada informação ambiental através da rádio, televisão, jornais e Internet;
- Realizadas 9 palestras sobre o ambiente em igual número de escolas da cidade de Maputo;
- Capacitados 4 associações e núcleos ambientais em Dondo e Nhamatanda, para a prevenção da degradação ambiental;
- Realizadas 2 palestras de divulgação e distribuído material de prevenção do HIV/SIDA aos trabalhadores do MICOA; e
- Prestado apoio a 4 funcionários do MICOA e suas famílias, em tratamento do HIV.

Convenções internacionais e Legislação ambiental

Neste âmbito, está em curso a preparação da segunda comunicação nacional das mudanças climáticas, tendo sido formados 18 técnicos de 8 instituições. Por outro lado, foram implementados projectos de adaptação a secas e mudanças climáticas; sendo 3 projectos em Gaza (1 em Manjacaze e 2 em Chibuto) e 2 em Maputo (Boane).

Foi revisto o quadro legal de protecção da poluição do oceano Índico, assim como foram implementados micro projectos de gestão de mangais. Também foram elaborados os regulamentos da Lei de Planeamento e Ordenamento Territorial e gestão do ambiente marinho e costeiro.

V.2 ÁREA ECONÓMICA

A. AGRICULTURA

Para este sector, as acções de política para 2006 estão viradas para a promoção do aumento da produtividade agrícola através do encorajamento à: adopção de técnicas melhoradas; uso de insumos; protecção das plantas e animais; actividades pós-colheita; e o alargamento da extensão, através da promoção da disponibilidade de gado para tracção animal, da utilização sustentável dos recursos naturais com as comunidades locais, privados e outros agentes, e melhoria na eficiência dos serviços de gestão de terras. Durante o I Semestre foram desenvolvidas as seguintes acções:

Quanto a **Promoção do aumento da produtividade agrícola** através do encorajamento à adopção de técnicas melhoradas, uso de insumos, protecção das plantas e animais, actividades pós-colheita e o alargamento da extensão:

- Está em curso a implementação do programa de controlo da lagarta do amendoim através de treinamento de 100 produtores e disponibilização de pesticidas aos provedores de serviços.
- Capacitados 30 extensionistas na província do Maputo em aspectos de Sanidade Vegetal, identificação de pragas, e manuseamento seguro de pesticidas;
- Reforçada a quarentena doméstica através da colocação dos dísticos nos pontos de entrada das províncias de Inhambane e Zambézia, de modo a sensibilizar os produtores sobre a doença do amarelecimento letal do coqueiro (ALC),
- Formados 20 técnicos e 90 produtores nas zonas verdes da cidade de Maputo em matéria de controle integrado de pragas nas culturas;
- Realizada a capacitação de provedores de serviço em todos os distritos afectados pela Lagarta mineira do amendoim (LMA);
- Promovida a participação de mais de 300 escolas EP1, EP2 e centros internatos em programas de hortas escolares em todo o País;
- Assistidos cerca de 160.000 camponeses dos 193.500 previstos quanto aos serviços provinciais de extensão;
- Estão em construção 2 casas agrárias em Manica e Sofala;
- Realizada cerca de 101 horas de rádio em 6 províncias do país excluindo Sofala, Manica, Gaza e Maputo, sobre queimadas descontroladas, pulverização de cajueiros e início da campanha agrícola e pós colheita;
- Construídos e assistidos 1200 tanques piscícolas na Zambézia, Nampula, Niassa e Tete;
- Montados 110 campos de multiplicação de socas de ananaseiro em todo o país;
- Em curso o processo de alargamento de experiência para 100 jovens e órfãos nas machambas das escolas de camponeses em todo o País com vista a desenvolver a capacidade dos alunos bem como para a mitigação dos efeitos de HIV/SIDA;
- Realizados Inquéritos Agrícolas sobre áreas e rendimentos; e
- Elaborado o relatório de monitoria e a avaliação da Segurança Alimentar (recolha, processamento e análise de dados de vulnerabilidade e insegurança alimentar),

No que se refere as acções de desenvolvimento e promoção da irrigação com vista a aumentar a produção e produtividade do sector familiar destaque vai para:

- Reabilitados cerca de 1180 ha de regadio nas províncias de Maputo, Inhambane, Zambézia, Sofala e Manica;

Maputo

- Finalizada a construção do Regadio de Macuvulane (200 ha), Distrito de Magude;
- Construído o Regadio de Salamanga (24 ha), Distrito de Matutuíne, das Zonas Verdes de Maputo (20 ha) e em curso a construção de 50 ha adicionais do Regadio de Massaca - Distrito de Boane e do dimensionamento técnico do regadio,

Gaza

- Reabilitados 10 ha de regadio na Aldeia de Djasse, beneficiando 49 famílias– Distrito de Mabalane – CPRS e 20 dos 100 ha do Regadio da Aldeia de Manhiça;
- Construída uma represa no Distrito de Chibuto, Posto de Chinhanganine, para consumo humano e abeberamento de gado.

Inhambane

- Concluída a reabilitação do Regadio do Murie (140 ha) – Distrito de Massinga, do Regadio do Chilacua (160 Ha) - Distrito de Massinga, e do Regadio do Chiotive (130 Ha) - Distrito de Panda – FAO.
- Instalados 11 ha de sistema de rega gota-a-gota, nos Distrito de Zavala (6 ha), Massinga (3 ha), e de Mapinhane (2ha).

Sofala

- Concluído o dimensionamento de 3 blocos de esquemas de rega no regadio de Muda Massequesse (35 ha). Está em curso o processo de *procurement* para a construção do regadio e fornecimento de equipamento de rega;
- Concluído o dimensionamento do sistema de rega de Macalaule (25 ha), Distrito de Nhamatanda e do processo de *procurement* para a construção do regadio de Metuchira-Pita II (10 ha);
- Concluído o dimensionamento do regadio de Murondo/Murato (70 ha), e em Toronga (10 ha). Está em curso o processo de *procurement* para o fornecimento e instalação de 6 bombas à diesel e para o fornecimento e montagem de 1 grupo motobomba;
- Concluída a construção do Regadio das Zonas Verdes da Beira (8 ha) e de 7 de Abril (12 ha) - Distrito de Dondo.

Manica

- Concluída a reabilitação do Regadio do Guidi (80 Ha) – Distrito de Manica, de Murorwe (1300 Ha) - Distrito de Sussundenga, e de Pandira (12 ha) - Distrito de Macossa/Nhamagua.

Zambézia

- Construído o Regadio de Licuári (22 ha) -Distrito de Nicoadala e
- Concluído o processo de *procurement* para a reabilitação do regadio de Ninthulo (45 ha), incluindo a reparação da barragem ao longo do rio Lotiwa, e para a construção do regadio de Macuse (50 ha).

Quanto a promoção do uso de técnicas de tracção animal e da disponibilidade de gado para tracção animal, foram treinados 53 associações em técnicas de uso de tracção animal e distribuídos 199 bovinos nas províncias de Maputo (22), Sofala (16), Manica (32), Zambézia (22) Nampula (92) e Niassa (15).

No que concerne a promoção do caju foram desenvolvidas as seguintes actividades:

- Está em curso a expansão do programa integrado de gestão de pragas e doenças, que envolveu o controlo químico de oídio em 1.519.357 cajueiros dos 3.200.000 previstos, beneficiando 24.841 famílias nas províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Inhambane, Gaza e Maputo;
- Produzidas 975.825 mudas enxertadas de cajueiro das 1.200.000 previstas, beneficiando cerca de 8.620 famílias;
- Realizadas actividades de limpeza e podas de cajueiros e de formação dos produtores sobre pragas e doenças de cajueiros;

Com vista a **melhorar e desenvolver a comercialização agrícola**, foram acções desenvolvidas no I semestre:

- Aprovada a Estratégia de comercialização Agrícola 2006-2010;
- Está em curso o estabelecimento de um ambiente legislativo e administrativo favorável de infra-estruturas adequadas ao mercado e de disponibilização da informação sobre comércio;
- Está em curso o processo de facilitação da produção e comercialização agrícola nacional, e promoção do comércio externo.

Quanto a promoção da utilização sustentável dos recursos naturais com as comunidades locais, privados e outros agentes:

- Foram elaboradas fichas para monitoramento das fazendas;
- Divulgado o Diploma de devolução dos 20% das taxas de exploração florestal às comunidades; onde foram organizados comités de gestão para o acesso às referidas receitas;
- Foram analisados e tramitados 9 processos de concessões florestais dos quais 5 foram aprovados;

- Criada uma base de dados da frequência de queimadas do país e realizado um levantamento sobre o ponto de situação, causas e medidas de prevenção das queimadas no País;

No que diz respeito a melhoria da eficiência dos serviços de gestão de terras:

- Foram feitas 552 consultas comunitárias no processo de pedido de DUAT e 5 delimitações comunitárias;
- Está em processo de confrontação de limites entre áreas comunitárias envolvidas na pastagem comunitária de modo a assegurar o pasto aos criadores locais na província de Manica;
- Tramitados no prazo de 90 dias 70% de processos;

Quanto ao desenvolvimento Institucional foi criado o Fundo de Desenvolvimento Agrário e o Centro de Promoção da Agricultura Comercial;

B. INFRAESTRUTURAS

Estradas

No âmbito do Programa de reabilitação de estradas e pontes está sendo dada continuidade aos trabalhos de reabilitação das estradas principais, estradas secundárias, terciárias, manutenção periódica de estradas e manutenção de rotina:

Descrição da obra	Plano 2006	I S - 2005	I S - 2005
Reabilitação de Estradas Primárias	289.0	157.0	136.0
Reabilitação de Estradas Secundárias	168.0	46.0	30.8
Reabilitação de Estradas Terciárias	574.0	247.0	19.0
Manutenção Periódica	2016.0	835.0	99.0
Manutenção de Rotina	16739.0	6391.0	1464.0
Reabilitação e Montagem de pontes Metálicas	10.0	4.0	

Assim deste modo, durante o 1º semestre do corrente ano foram desenvolvidas as seguintes acções:

- O início dos trabalhos de reabilitação da estrada nacional N104 Nametil-Angoche;
- Obras em curso nos seguinte troços: Estrada centro nordeste (N1 Namacurra-Rio Ligonha), Estrada nacional N1 (Maputo- Marracuene, Maxixe –Cr. EN1/ER520, Cr.EN1/ER520 –Cr.EN1/EN212, Muxungué – Inchope), estrada secundária (N261 Macossa –Maringue);

Em relação a manutenção periódica das estradas estão em curso as obras de manutenção da EN1 (Marracuene- Manhiça, Incoluane- Zandamela, Zandamela-Maxixe);

Em relação a construção e reabilitação de pontes é de referenciar que existe uma grande parte das actividades realizadas em termos de lançamento de concursos e finalização da execução do projecto final de engenharia para as obras da montagem e reabilitação das pontes nos seguintes rios: Zambeze, Rovuma, Limpopo, Incomati, Meluli, Ilha de Moçambique, Lucite e Nhacuarara.

Quanto aos estudos e projectos de engenharia, durante o 1º semestre foram elaborados projectos de engenharia para as obras de manutenção periódica das estradas: Macarretane - Chicualacuala, R450 Jatingoe- Manjacaze, N360 Cuamba- Marrupa e R445 Chókwè- Massingir.

No âmbito da capacitação institucional foram realizadas as acções de formação no quadro do arranque do III Programa de Estradas, nomeadamente para técnicos, gestores e pessoal de suporte através de palestras, cursos de curta e média duração internos e externos, visitas técnicas, estágios em obras e transferência de tecnologias.

Águas e Saneamento

Na área das águas as actividades estão viradas para a melhoria do nível de cobertura, do nível de prestação de serviços acompanhados por medidas institucionais com vista a auto-sustentabilização do abastecimento de água à população rural, urbana e peri-urbana.

No âmbito da gestão dos recursos hídricos foram realizadas as seguintes actividades:

- Em curso o estudo de estabelecimento e de viabilidade das ARA Centro - Norte e da ARA Norte (cotações de equipamento e preparação de contratos de programas);
- Instalação de equipamentos de registo contínuo dos níveis do rio Pungué, no contexto da rede hidroclimatológica foram reabilitadas 10 pluviométricas e 8 hidrométricas;

Em relação aos acordos de partilha das águas foram realizadas as seguintes actividades:

- INCOMAPUTO- foi realizado o estudo para a discussão dos aspectos sócio-económicos da bacia do rio Maputo, assim como a reunião da Unidade de Implementação do Projecto.
- LIMPCOM e ZAMCOM – no âmbito do estabelecimento da comissão da bacia do rio Limpopo e do rio Zambeze, foi preparada a fundamentação para Moçambique acolher o Secretariado da Comissão;

Quanto ao abastecimento de Água às zonas rurais, durante o I semestre, foram concluída a construção e a reabilitação de 358 fontes dispersas, 160 furos, 43 poços e 155 reabilitações beneficiando cerca de 186.500 pessoas em todo o país.

Em relação aos Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água (PSAA) durante o primeiro semestre foram realizadas as obras de reabilitação no distrito de Chibabava, Gilé, Ile, Nicoadala, Mopeia, Chinde, Inhassunge e Mangaja da Costa.

No âmbito do abastecimento de água às zonas urbanas, durante o I semestre deu-se continuidade as actividades de construção e reabilitação nos projectos de abastecimento de água nas cidades de Nacala, Lichinga, Cuamba, Manica e Chibuto.

No que diz respeito ao saneamento Urbano, Peri-urbano e Rural foram realizadas as seguintes actividades:

- Em curso a elaboração de acordos de Assistência Técnica para capacitação institucional dos Municípios (projecto de saneamento das 4 cidades do sul), para a reabilitação do sistema de abastecimento de água a cidade de Maputo foi finalizado o estudo de drenagem da bacia T (bairros de Ferroviário e Laulane) e foi assinado o contrato para o estudo do perfil das comunidades;
- Ao nível de saneamento peri-urbano e rural foram construídas 3777 latrinas sendo 3438 nas zonas peri-urbanas e 339 nas zonas rurais que beneficiou a 18.885 pessoas.
- Foi concluída a elaboração dos manuais de saneamento, estando em curso a discussão interna para a sua aprovação.

No âmbito do cumprimento da Política e Estratégia do Governo no que refere a Gestão do Ambiente e aspectos sociais:

- Foi introduzido em todos os contratos de estradas, as especificações contratuais especiais denominadas cláusulas sociais e ambientais que englobam entre outras as actividades de género, redução da pobreza e preservação do ambiente;
- Foram realizadas as actividades de capacitação sobre a monitoria e supervisão ambiental onde participaram os delegados provinciais e os coordenadores dos projectos e houve encontros com os empreiteiros e fiscais para a discussão das dificuldades na implementação dos aspectos sociais, e
- Para o caso do género como forma de maximizar a contratação de mulheres nas obras de estradas foram desenvolvidas especificações especiais para todos os contratos de estradas tendo sido estabelecida uma percentagem mínima de 25% de trabalhadores do sexo feminino a contratar.

Esté em curso o desenho da estratégia de comunicação do HIV/SIDA de modo a melhorar a implementação das actividades do HIV/SIDA no ANE e nos projectos de estradas.

Energia

Para este sector as acções programadas para o ano em curso visam garantir o aumento do acesso à energia, quer para uso doméstico, quer para a realização de actividades económicas. Para o alcance das mesmas foram desenvolvidas acções orientadas para a expansão da rede eléctrica nacional, da rede de distribuição e comercialização de combustíveis líquidos, assim como a acções visando a materialização dos projectos energéticos identificados e reformas do sector. Foi efectuada, ainda, a promoção do uso sustentável de recursos energéticos. Assim, durante o I Semestre foram realizadas as seguintes acções:

No que diz respeito a expansão da rede nacional para a electrificação de:

Cabo Delgado

Naquilo que era a construção da subestação no Posto Administrativo de Metoro, electrificação da vila sede, da Mina de Grafite de Ancuabe e a Localidade de Salawe; electrificação das sedes dos distritos de Chiúre e Montepuez bem como as Localidades de Nanjua e Namanhumbir ainda em Montepuez, no âmbito do Projecto de Electrificação Rural da Província de Cabo Delgado Fase II, destaque vai para:

- Conclusão de trabalhos de topografia das linhas a 33KV para interligar futura Subestação de Metoro à Montepuez, Ancuabe, Metoro e Chiúre;
- Em curso trabalhos de terraplanagem nas Subestações de Metoro 110/33KV e de Montepuez 33/11KV;
- Iniciados em Junho de 2006 os trabalhos de desmatação e marcação da posição dos postes no âmbito do Projecto Cabo Delgado, Fase II.

Niassa

Referente à electrificação das sedes dos Distritos de Mecanhelas, Maúa e Marrupa, foi realizada a seguinte acção:

- Conclusão do processo da selecção do Consultor, para electrificação de Mecanhelas-sede e Maúa-sede, no âmbito do Projecto de Electrificação de Niassa.

Nampula

No que diz respeito à electrificação das sedes dos Distritos de Eráti, Muecate, Murrupula e Mossuril. Electrificação dos Postos Administrativos de Chalaua em Moma, Netia e Itoculo em Monapo e Geba em Memba bem como das Localidades de Namitatari em Mossuril e Namaíta em Nampula – Rapale, foram:

- Concluídos os trabalhos de topografia para construção de linhas a 33KV para interligar futura Subestação de Metro para Namapa, no âmbito do Projecto Cabo Delgado Fase II;
- Decorrem os trabalhos de implantação de postes e transporte de materiais e equipamentos para electrificação de Moma (149 km de linha de MT), Netia, Nacaroa, Murrupula (78 km de linha de MT) e Povoado de Namaíta, Eráti e Muecate, no âmbito do Projecto Electricidade III, e
- Está em curso o trabalho de electrificação do Posto Administrativo de Itoculo.

Zambézia

Quanto a electrificação das sedes dos Distritos de Gilé; Ile; Pebane e Lugela, é de destacar:

- A conclusão de trabalhos de desminagem da linha de 110 kV Alto-Molócue-Uape e da linha de 33 kV, para interligar a futura subestação de Uape à Vila Sede de Gilé, bem como a mobilização do empreiteiro para executar as obras, trabalhos de topografia e indemnizações, investigação de solos e desmatação;
- Conclusão do projecto de expansão da rede à Sede distrital do Ile, no âmbito do Projecto Guruè-Cuamba-Lichinga;
- Em curso o processo de aprovação do contrato de empreitada para electrificação de Pebane-sede, no âmbito do Projecto de Electrificação de Namacurra - Extensão para Pebane;
- Conclusão da electrificação das povoações de Mugogoda e Inhangule, no Distrito de Nicoadala e Mijalane, Recamba e Marunda, no Distrito de Inhassunge, e
- Em curso o processo de busca de financiamento para electrificação de Lugela-sede.

Tete

No que diz respeito a electrificação da sede do Distrito de Changara e Mágoè, electrificação da Localidades de Chicoa em Cahora Bassa e Chipanga em Moatize:

- Realizados trabalhos de topografia para electrificação de Chitima e Chicoa e decorre o processo de transporte de materiais e equipamentos ao local do Projecto, no âmbito do Projecto Electricidade III;
- Concluído o processo da aprovação do contrato de empreitada para a electrificação de Changara, no âmbito do Projecto de Electrificação Sofala-Manica-Tete;

- Em curso a mobilização de fundos para a electrificação do Distrito de Mágoe, no âmbito do Projecto de Electrificação dos Distritos da Província de Tete.

Manica

Referente à electrificação da sede do Distrito de Guro, Cruzamento de Macossa bem como as localidades de Nhazónia, Nhansacara e Nhampassa e Báruè e Mandie em Guro, destaque vai para o processo de mobilização do empreiteiro que esta em curso no âmbito do projecto de electrificação Sofala-Manica-Tete;

Sofala

No que diz respeito à electrificação das sedes dos Distritos de Caia, Cheringoma e Marromeu, bem como a electrificação dos Postos Administrativos de Murraça em Caia, Inhamitanga em Cheringoma e as Localidades de Micane e Missana em Cheringoma e Marromeu;

- Decorre a mobilização do empreiteiro para electrificação de Caia-sede e Cheringoma-sede, dos P.A's de Murraça e Inhamitanga, Localidades de Micane e Missana, e iniciado os trabalhos de topografia, no âmbito do Projecto de Electrificação Sofala-Manica-Tete.
- Em curso a desmatação da a construção da linha de 110KV e importação de materiais, bem como trabalhos de fundações da linha para electrificação do Distrito de Marromeu, no âmbito do Projecto de Electrificação Rural de Marromeu.

Inhambane

Relativamente à electrificação rural das sedes dos Distritos de Morrumbene, Massinga e ainda os Postos Administrativos de Cambine em Morrumbene, Morrungulo em Massinga, e Localidades de Mavila e Banguza, no Distrito de Zavala:

- Concluído o processo de desminagem com vista a electrificação de Morrumbene, Massinga incluindo Mavila e Banguza. Decorrem trabalhos de topografia, desenho e importação de materiais;
- Decorrem os trabalhos de implantação de postes para electrificação de Chissibuca e Zandamela, no âmbito do Projecto Electricidade III.

Gaza

No que diz respeito a electrificação da sede do Distrito de Massingir, Parque Transfronteiriço, Canhane, Banga Comercial, Banga Novo, Banga Velho, Chitar, Makhatine, Tchauque e Mashoe no Vale do Limpopo, decorrem os trabalhos de implantação de postes para a electrificação.

Projecto de Electrificação Rural de Gaza

Decorrem os trabalhos de implantação de postes para a electrificação de Vila Mapai no Vale do Limpopo, Localidades de Chissano, Chimondzo, Incaia e Licilo

no Distrito da Macia, Siaia no Distrito de Xai-Xai, Chicanine e Mavoze no Distrito de Chóckwè, Chivongunene no Distrito de Guijá e Chalala no Distrito de Manjacaze.

Maputo

- Quanto a electrificação da Localidade de Chobela no Distrito de Magude, o início da implementação do projecto esta previsto para o 2º Semestre do ano em curso

Electrificação dos seguintes locais com base em grupos geradores:

Cabo Delgado

- Lançado o concurso público, que consiste no fornecimento de equipamentos de empreitada para as centrais, bem como a implementação de uma rede de distribuição, para electrificação do P.A. de Mucojo e Localidade de Murrébue.

Niassa

- Feito o levantamento de necessidades para electrificação da Localidade de Matchedje no Distrito de Sanga,

Nampula

- Lançado o concurso público que consiste no fornecimento de equipamentos e empreitada para a central, bem como a implementação de uma rede de distribuição para electrificação do P.A de Namaponda em Angoche.

Zambézia

- Feito o levantamento das necessidades para electrificação do P.A de Chire no Distrito de Morrumbala;

Tete

- Lançado o concurso público que consiste no fornecimento de equipamentos e empreitada para a central, bem como a implementação de uma rede de distribuição para electrificação do P.A de Netengo wa Mbalame no Distrito de Tsangano.

Manica

- Feito o levantamento das necessidades para a electrificação do P.A de Dacata no Distrito de Mossurize

Sofala

- Lançado o concurso público que consiste na instalação de uma central eléctrica e uma rede de distribuição de Baixa Tensão para electrificação de Maríngué.

- Elaborados cadernos de encargo para lançamento de um concurso público para fornecimento e instalação dos sistemas fotovoltaicos para a electrificação do P.A. de Muxunguè,

Inhambane

- Concluída a construção da rede de distribuição para a electrificação do P.A de Vila Franca de Save no Distrito de Govuro;

Quanto a construção do Centro de Despacho, o que permitirá a gestão centralizada da Rede Nacional de Transporte e melhor coordenação com o Sistema Regional de Transporte de Energia, no âmbito da Southern Africa Power Pool, esta em fase conclusiva a elaboração do “Design” do sistema.

No que diz respeito as acções visando a implementação de projectos energéticos no âmbito da iniciativa NMPD (Desenvolvimento de projectos energéticos no Norte de Moçambique),

- Prosseguem as negociações do Memorando de Entendimento entre a EDM-E.P. e ESKOM para definição das acções conjuntas na implementação da iniciativa NMPD, sendo o Projecto Hidroeléctrico Mphanda Nkuwa, de maior destaque.

Quanto a conclusão do estudo de viabilidade do projecto hidroeléctrico de Massingir;

- Concluído o estudo de viabilidade e, esta em curso o processo de avaliação do relatório do estudo.

Referente as reformas do sector de energia, incluindo a promoção da participação privada em regime de contratos de concessão, destaque vai para:

- Em curso acções visando a operacionalização da concessão para fornecimento de energia aos Distritos de Vilankulo, Inhassoro e Govuro, no Norte da Província de Inhambane e Machanga, na Província de Sofala, incluindo a reavaliação da estrutura tarifária.

Quanto às 30 mil novas ligações domiciliárias através de todas as fontes de energia;

- Ligados à rede eléctrica nacional, 16.918 novos consumidores domésticos de energia eléctrica, o que representa 53,4% do planeado e um total de 8,0% da população do país com acesso à energia eléctrica;
- 5.786 consumidores beneficiaram de energia eléctrica através de grupos geradores; e
- 813 consumidores beneficiaram de energia eléctrica através do gás natural que representa cerca de 0,17% da população com acesso a energia eléctrica.

Energias Novas e Renováveis

No que diz respeito a electrificação com base em Painéis solares o Posto Administrativo de Muze no Distrito de Zumbo, assim como a Localidade de Bándua, Distrito de Búzi, Província de Sofala;

- Esta em preparação o caderno de encargos para o lançamento do concurso para electrificação do P.A. de Muze, e contemplada a Localidade de Bándua no programa de expansão da rede eléctrica nacional para o ano 2009.

Quanta a electrificação com base em Mini-hídricas do Posto Administrativo de Kazula no Distrito de Chiúta em Tete, Postos Administrativos de Rotanda e Mavonde nos Distritos de Sussundega e Manica respectivamente bem como a Localidade de Honde no Distrito de Bárue na província de Manica;

- Feito um estudo de viabilidade para electrificação do P.A. de Mavonde, Submetido o relatório sobre os custos para as obras de construção para electrificação dos P.A.s de Rotanda e Kazula e,
- Em processo de construção da central mini-hídrica na Localidade de Honde.

Referente à promoção do uso sustentável de recursos energéticos, através da diversificação de fontes de energia com base na biomassa,

- Foi assinado um acordo com a empresa Indiana MOHAN e esta em curso o processo de negociação do financiamento;
- Foram construídos 20 e 100 fornos melhorados e formados 40 e 120 carvoeiros em Nhamatanda-sede e Dondo-sede respectivamente;
- Produzidas 110 peças cerâmicas; formados 8 oleiros e estabelecida uma linha de produção de peças cerâmicas, produzidos 110 fogões portáteis e 4 fogões fixos no distrito de Magude e iniciada a testagem do barro;
- Identificado o grupo para implementação do projecto de fogões melhorados na Cidade de Beira, e esta em preparação o plano de implementação da disseminação dos fogões melhorados em Dondo-sede e Nhamatanda-sede.

Combustíveis

No que diz respeito a consolidação e conclusão do quadro legal para o Sector de Combustíveis, nomeadamente, Revisão do Decreto nº 1/97 de 28 de Janeiro, Regulamentos sobre as normas técnicas para construção de postos de abastecimento de combustíveis e segurança na armazenagem, transporte e distribuição, Desenvolver mecanismos de incentivo para expansão da Rede de Distribuição e Comercialização de Combustíveis Líquidos, com incidência para as zonas rurais e em particular para o petróleo de iluminação e GPL;

- Em fase conclusiva a revisão do Decreto 1/97 de 28 de Janeiro;

Quanto ao Projecto de Utilização do Gás Natural em viaturas, priorizando as de transporte público de passageiros e mercadoria;

- Lançado um concurso para aquisição de viaturas movidas a gás natural, importada uma estação de enchimento para demonstração, e Instalada a oficina para conversão de viaturas;
- Preparada a estrutura de preços de gás natural, e concluídos os acordos de fornecimento entre empresas envolvidas no processo.

Referente ao Projecto de Expansão do uso do Petróleo de Iluminação para as zonas rurais, foram desenvolvidos e divulgados projectos “standard” de petróleo de iluminação nos distritos de Inharrime, Maxixe, Massinga e Inhambane-sede, na província de Inhambane;

Quanto a construção de 2 postos de abastecimento de combustível, sendo 1 na Localidade de Inchope no Distrito de Gondola e 1 na Localidade de Muelé em Inhambane,

- Substituída a construção do posto de abastecimento na Localidade de Muelé pela construção do posto de abastecimento de Save.

No que diz respeito a realização do estudo de viabilidade para a produção de petróleo de iluminação a partir do condensado do gás natural de Pande e Temane;

- Em substituição a este projecto pelo projecto de produção do Gás de Petróleo Liquefeito (GPL), foi aprovado um estudo de pré-viabilidade;

Relativamente a construção de 3 tanques de armazenamento de combustível na Beira com capacidade de 2500m³ cada um, foi concluído o primeiro projecto com capacidade de 95000M³; e está em implementação o segundo projecto.

Outras realizações

Energia Eléctrica

Tete

No âmbito da electrificação de todas as sedes de distrito localizadas nas proximidades dos grandes centros produtores:

- Estão em curso acções visando a electrificação de todas as sedes distritais da Província de Tete (Chifunde, Chiúta, Macanga, Mágoè, Marávia, Tsangano e Zumbo);
- Concluído o estudo de viabilidade do Projecto de Interligação Moçambique – Malawi.
- Está na fase de conclusão o estudo de viabilidade e preparação de documentos bancáveis do projecto Central Térmica de Moatize.
- Assinado um Memorando de Entendimento visando a reversão e transferência do controlo da Hidroeléctrica de Cahora Bassa.

Projecto Hidroeléctrico Mphanda NKuwa

- Prosseguem as negociações do Memorando de Entendimento entre a EDM e a ESKOM Sul da Africa do Sul para definição das acções conjuntas na implementação deste projecto;

Manica

- Está em processo a reabilitação das Centrais Hidroeléctricas de Mavúzi e Chicamba, e em curso negociações entre a EDM-E.P. e a SNPower, visando a reabilitação das centrais hidroeléctricas, com uma capacidade instalada de 52 e 38.4 MW respectivamente.

Inhambane

- Prosseguem esforços tendentes a garantir a materialização do projecto da Central de Ciclo Combinado a Gás Natural a ser implementado no Distrito de Temane, na província de Inhambane.

Gaza

Fornecimento de energia eléctrica ao Projecto de Areias Pesadas do Chibuto

- Em processo as negociações entre a Corridor Sands Lta, EDM-E.P., Eskom e Motraco, para o fornecimento de 250 MW ao projecto de Areias Pesadas do Chibuto. Estão garantidos ao Projecto 150MW a ser fornecidos pela EDM-E.P./Eskom, faltando 100 MW adicionais aos quais estão sendo negociados;

Energias Novas e Renováveis

- Treinados carvoeiros a Nível Provincial em Tecnologias Melhoradas de Produção de Carvão Vegetal.
- Introduzida a Tecnologia de Biogás;
- Está em curso a expansão dos Serviços de Energia para a Saúde e Educação, através da electrificação de 100 escolas e 100 centros de saúde com painéis solares, nas províncias da Zambézia e Nampula.

Combustíveis

- Foi feita o comunicado o público em geral da eliminação da gasolina com chumbo e esta sendo feito o controle do teor de chumbo nos tanques de armazenagem e alguns postos de abastecimento de combustíveis nas cidades de Maputo e Beira.
- Levado a cabo o projecto da construção de cozinha comunitária a gás natural no bairro de Mussumbuluco, no Município da Matola, província de Maputo.

- Licenciados na cidade de Maputo, 10 postos de abastecimento de combustíveis e construído um novo posto de abastecimento de combustíveis.

C. PESCAS

Neste sector, as acções para 2006, estão viradas para uma gestão sustentável dos recursos pesqueiros; monitoria, controle e fiscalização da actividade pesqueira; desenvolvimento da aquacultura comercial e melhoramento das condições de vida das comunidades pesqueiras. Durante o I Semestre foram desenvolvidas as seguintes acções:

No âmbito da promoção de grupos de poupança e crédito: em Nampula, Zambézia e em Sofala,

- Realizadas actividades de sensibilização e capacitação que resultaram no surgimento de 51 grupos de poupança e crédito rotativo, dos quais 33 em Nampula e 18 em Sofala.
- Cumpridas missões de supervisão em todas as províncias, abrangendo um total de catorze (14) mutuários, relativamente às actividades de expansão do crédito formal para pequenas e médias empresas.

No que diz respeito à consolidação das iniciativas de co-gestão e expansão de acções de promoção para grupos;

- Foram promovidas trocas de experiências entre Conselhos Comunitários de Pesca (CCP's) nas províncias de Nampula e Zambézia, e levadas a cabo acções de sensibilização e capacitação de pescadores em aspectos de gestão participativa de recursos, acções estas que culminaram com a criação de mais dois novos grupos, em Dondo e Muanza.

Quanto a promoção e consolidação de associações de pescadores em distritos de 7 províncias,

- Realizadas palestras de sensibilização tendo como alvos os grupos associativos nos distritos de Zumbo e Mágoé (Tete); Zavala, Inharrime e Vilanculo na província de Inhambane e Pequenos Libombos, Muntanhana, Costa de Sol e Manhiça, cidade e província de Maputo.
- Assistidos CCP's do Costa do Sol, Muntanhana e Marítimo (Maputo), Inhassoro e Vilanculo (Inhambane). Nestas acções foram ainda demonstrados os mecanismos adequados de construção das redes de emalhar no distrito de Marracuene, concretamente no centro de pesca de Hobjana província de Maputo.

No concernente a revisão da Estratégia de Desenvolvimento da Pesca Artesanal, destaque vai para:

- Início do processo de revisão da Estratégia de Desenvolvimento da Pesca Artesanal.

- Realização de encontros com comerciantes visando criar neles o interesse na comercialização de insumos de pesca. Estas acções contribuíram consideravelmente para a abertura de um estabelecimento para venda destes insumos em Quelimane (Casa Ikkal), província da Zambézia.

Relativamente à construção de 8 centros de demonstração do processamento de pescado nos distritos de Palma, Memba e Ilha do Ibo, na província de Cabo Delgado

- Foram desencadeadas acções de capacitação a vinte extensionistas na província de Cabo Delgado em matéria de processamento de pescado, e treinados doze operadores em matéria de pesca melhorada em Nacala-Nampula.

No que diz respeito à Investigação e extensão pesqueira as acções de destaque realizadas incluem:

- Divulgação dos resultados da monitorização junto às comunidades de pescadores ao nível das províncias de Sofala, Niassa, Zambézia e Nampula.
- Conclusão da análise dos dados ambientais da Albufeira de Cahora Bassa e sua relação com as pescarias deste sistema, estando já disponível o respectivo relatório.
- Realização de um cruzeiro de investigação com a finalidade de analisar as condições ambientais no Banco de Sofala, estando em curso a análise dos dados obtidos.
- Avaliação e divulgação das recomendações de gestão para as pescarias de magumba (Baía de Maputo), kapenta (Cahora Bassa) e camarão (Banco de Sofala);
- Recrutamento e formação dos amostradores e o início da colheita de dados;
- Efectivada a cultura de micro algas com a introdução de espécies diatomáceas, sendo de destacar a introdução de duas espécies na cultura;
- Está em curso o estudo aquícola e hidro-biológico da baía de Pemba, estando em processo colheitas mensais de dados feitas pelo Instituto de Investigação Pesqueira (IIP), e UEM com assistência técnica da França e Filipinas, e o estudo sobre o caranguejo *Scilla serrata* em Sofala, encontrando-se na fase de trabalho de campo;
- Recolhidos os dados ambientais da Albufeira de Cahora Bassa, em parceria com a HCB que tem enviado os dados ao Instituto de Investigação Pesqueira;

- Encontra-se em curso a actividade de recolha, processamento e análise de dados sobre os peixes ornamentais no Lago Niassa, e
- Feita a supervisão do funcionamento dos sistemas informáticos nas províncias de Tete, Zambézia e Sofala e efectuada a supervisão do sistema de colheita de dados da pesca artesanal em todas as províncias costeiras onde este sistema está implantado (Baia de Maputo, Massingir, Inhambane, Sofala, Zambézia, Nampula e Cabo Delgado).

Quanto a inspecção e garantia de qualidade,

- Foi reabilitado o Instituto de Inspeção do Pescado com vista ao melhoramento e manutenção do padrão de qualidade internacional nos produtos de pesca,
- Está em curso a edição e divulgação dos procedimentos relativos à tramitação das infracções de pesca;
- Reiniciado os Dispositivos de Localização Automática (DLA) não operacionais bem como o controlo diário da trajectória, rumo, velocidade e posição às Cidades da Beira e Quelimane para supervisionar o funcionamento do equipamento de fiscalização via satélite (VMS) abordo das embarcações;
- Está em preparação o processo de aquisição de embarcação de patrulha para Sofala e Maputo. Foi identificado o consultor internacional para a elaboração do Plano Nacional de Acção (PNA) de combate a pesca ilegal, estando em curso o processo da sua contratação.
- Desenvolvidas acções de supervisão das actividades da administração pesqueira nas províncias, com enfoque para os projectos de investimento integrado na pescaria da *kapenta*.
- Aprovado e concebido o programa de formação de especialização em MCS (*Monitoring Control and Surveillance*), e criado um grupo de trabalho para a revisão geral da Lei das Pescas.

No que diz respeito a realização de patrulhas marítimas, aéreas e terrestres, é de salientar que esta acção não foi executada por indisponibilidade da embarcação tradicionalmente fretada para o efeito.

Quanto ao desenvolvimento de bases de dados informatizadas para a certificação sanitária no Órgão Central e nas delegações de Maputo, Inhambane, Sofala, Tete e Zambézia, e nos os laboratórios das Cidades de Maputo, Beira e Quelimane;

- Foi desenvolvida uma base de dados para o licenciamento sanitário na sede do Instituto Nacional de Investigação do Pescado (INIP) e na Zambézia, estando ainda por instalar nas províncias de Sofala e Maputo.

- Adquiridos diversos equipamentos de laboratório e reagentes, instalada a rede de internet na Direcção Provincial de Pescas (DPP) de Inhambane e realizada uma supervisão na província de Maputo (DPP- Maputo).

Relativamente às algas foi autorizado um projecto para a abertura de novas áreas de seu cultivo na província de Nampula.

No que diz respeito ao apoio na criação de pequenas infra-estruturas para o fomento da piscicultura,

- Prestada a assistência técnica aos piscicultores e fornecimento de alevinos de tilápia aos piscicultores em Tete.
- Apoiados os piscicultores da província de Manica em material (redes) e alevinos para a renovação dos stocks em cultura com vista a evitar o inter-cruzamento e permitir o melhor crescimento das espécies em cultivo.

Em relação ao apoio na criação de pequenas infra-estruturas para o fomento da piscicultura, foi adquirido material para a construção de tanques piscícolas em Tete. Foi também elaborada uma proposta de projecto e submetida a FAO, para a criação de 3 unidades de produção de alevinos de “peixe-gato” também conhecido como “bagre da água doce”.

Quanto a disseminação e implementação da política de desenvolvimento da aquacultura;

- Elaborada a proposta da “Estratégia para o desenvolvimento Aquacultura”, que será submetida ao processo de harmonização com outros sectores pertinentes.
- Realizadas as primeiras visitas aos projectos de cultivo de camarão na Zambézia e Sofala e ao projecto de algas da província de Nampula.
- Realizadas visitas de monitoria e avaliação aos projectos de piscicultura na Província de Tete e prospecção a pequenos projectos nos distritos de Moatize, Macanga e Tsangano.
- Iniciada a organização e capacitação dos pequenos produtores de aquacultura.
- Concluída a avaliação das potencialidades para o desenvolvimento da aquacultura ao nível da província de Maputo, tendo sido iniciada esta mesma actividade em Nampula, Tete e Cabo Delgado.

No que se refere a reabilitação dos Portos de Pesca de Angoche em Nampula e da Beira em Sofala;

- Iniciada a reabilitação do Porto de Pesca da Beira, através da elaboração do desenho detalhado de engenharia e preparação do concurso internacional das obras de empreitada.
- Iniciadas acções preparatórias com vista ao lançamento do concurso de empreitada a para a reabilitação da Escola de Pesca.

No âmbito da elaboração de Planos de Gestão das pescarias de camarão e de pesca a linha;

- Realizado o embarque de amostradores das capturas na frota pesqueira para as pescarias de camarão, fauna acompanhante e pesca a linha (excepto em Inhambane);
- Realizado o processamento de dados das fichas de captura diária da pesca para as diferentes pescarias nomeadamente camarão, fauna acompanhante, gamba, pesca a linha, pesca artesanal. Para as mesmas pescarias, também foi feita a recolha, registo e processamento dos dados de captura.

Quanto à prevenção e combate a pandemia do HIV/ SIDA;

- Lançadas campanhas de sensibilização contra o estigma, através de grupos de canto e dança nas províncias de Nampula, Zambézia e Sofala.
- Iniciadas acções com vista à sensibilização e aconselhamento para o uso correcto do preservativo em todas províncias e sub-sectoros da pesca ao nível da cidade de Maputo.
- Iniciado o apetrechamento do posto de saúde da Escola de Pesca.
- Realizadas palestras para os estudantes e funcionários da Escola de Pesca .
- Criados grupos de advocacia e sensibilização contra o estigma do HIV/SIDA nas províncias de Zambézia, Sofala e Nampula, tendo sido estabelecidos canais e mecanismos de aquisição e disponibilização de preservativos.
- Por outro lado, foram realizados cinco seminários em matéria de HIV SIDA nas províncias de Zambézia (1), Sofala (1), Nampula (2) e Cabo Delgado (1).

Esta em curso o processo para a elaboração da Estratégia do Género para o subsector da pesca artesanal e dos serviços financeiros;

Quanto a construção de 8 centros de demonstração do processamento de pescado nos distritos de Palma, Memba e Ilha do Ibo, na província de Cabo Delgado;

- Foram construídos 3 centros de demonstração assim distribuídos : Nampula -(1) na Ilha de Moçambique (Chipalane), Cabo Delgado- (1) em Pemba, (Paquite), (1) Macomia em (Darumba);
- Iniciado o processo de mobilização comunitária para participação na construção dos restantes centros de demonstração, e
- Estabelecido 1 operador privado em Memba que processa pescado fresco e a construção do centro de demonstração foi transferida para a Ilha de Moçambique

Desembolsados 2 créditos no valor de 915.000 MTn para câmaras frigoríficas na Ilha de Moçambique em Nampula; e

No que diz respeito ao estabelecimento e operacionalização de modelos bio-económicos para as pescarias do camarão e gamba;

- Está em curso o projecto piloto de introdução da contabilidade ambiental e espera-se que até Setembro 2006 estará disponível o respectivo relatório, e está em curso a elaboração dos Termos de Referência para a consultoria que deverá iniciar Setembro de 2006, sobre o estabelecimento e operacionalização da contabilidade económica e ambiental no sector para a gestão de todas as pescarias.

D. RECURSOS MINERAIS

Neste sector, as acções programadas para 2006, visam aumentar a produção mineira e de gás natural de modo sustentável; pesquisar e inventariar os recursos minerais, incluindo o carvão e hidrocarbonetos; fortalecer a capacidade negocial do Governo no que se refere as concessões dos recursos minerais tendo em vista a obtenção de benefícios justos para o País; aumentar a participação do empresariado nacional no sector; e, prosseguir com as actividades de inspecção e fiscalização. Durante o I Semestre foi realizado o seguinte:

Sector Mineiro

Quanto aos programas de prospecção e pesquisa de minerais pesados das areias costeiras, nomeadamente; de Xai-Xai, Chongoene em Gaza até Jangamo Inhambane; Micaúne, Deia, Pebane e Moebase na Zambézia, destaque vai para:

- Análises laboratoriais das amostras recolhidas no terreno, reduzida a malha de sondagens e realizados estudos preliminares sobre o ambiente social das zonas de pesquisa;
- Trabalhos de prospecção e pesquisa, ainda em curso, nas áreas de Micaúne, Muio e Deia, na província da Zambézia licenciadas no ano passado;
- Relativamente a Moebase, foi assinado durante o primeiro semestre o acordo de licenciamento com uma outra empresa para a continuação dos trabalhos de pesquisa os quais irão resultar na confirmação dos dados e elaboração do estudo de viabilidade;

No que diz respeito a prospecção e pesquisa de metais básicos, metais preciosos, ouro e diamantes, nas províncias de Cabo Delgado, Niassa, Zambézia Tete e Manica, durante o I semestre foram feitos levantamentos aerogeográficos e geoquímicos o que de certo modo encoraja as outras companhias a fazerem pesquisas no terreno.

Quanto a implementação do Projecto das Areias Pesadas de Moma:

- Foi concluída a construção do aeródromo e da zona habitacional e operacionalidade, e em processo de conclusão os armazéns;
- Está em processo a montagem das fábricas de concentração e separação, dos celeiros e dos tapetes rolantes;
- Está em processo de recrutamento dos trabalhadores das minas, e de construção de 145 casas para o reassentamento das populações;

No que diz respeito a implementação do Projecto das Areias Pesadas de Chibuto, há a destacar:

- O processo em curso da revisão e validação do estudo de viabilidade do projecto a concluir no III trimestre do ano em curso;
- Efectuados testes geometalúrgicos em laboratórios sul-africanos para avaliar os conteúdos de ilmenite rutilo, as suas propriedades físico-químicas e tecnológicas assim como o índice de recuperação durante o processamento;
- Em processo a realização de trabalhos de concepção tecnológica do empreendimento assim como da pesquisa de mercado. Decorrem também negociações para o fornecimento de energia eléctrica ao projecto;
- Concluídas, equipadas e entregues 4 escolas em Chibuto e iniciados os trabalhos preliminares para o reassentamento das populações. Quanto a matéria de educação ambiental os mineiros artesanais das províncias de Nampula, Niassa, Zambézia e Tete e nos centros pilotos de Manica, foram realizadas:
 - Acções de treinamento em técnicas de processamento do ouro fora dos leitos dos rios aos operadores artesanais em Munhena na província de Manica, e construídos localmente equipamentos para a utilização do mercúrio em circuito fechado sem afectar o ambiente;
 - Esta em processo a assistência técnicas em Manica, Tete, Zambézia e Nampula através da colocação de técnicos nos distritos bem como a monitoria da actividade mineira e gestão ambiental;
 - Realizada em Manica a feira de Ouro a qual juntou produtores e associações de ouro da província de Manica;
 - Realizado em Maputo o seminário regional sobre agregados minerais na África Austral, o qual analisou o impacto dos mesmos no desenvolvimento económico e social da região;
 - Elaboradas brochuras e outros materiais para a educação ambiental estando se neste momento a decorrer o processo da sua revisão.

No que diz respeito aos investidores com experiência na exploração de jazigos de minerais industriais, continua em processo a promoção junto de empresas interessadas, assim como na instalação de indústria para sua transformação;

Ainda neste âmbito, foram emitidos vários títulos mineiros de (i) Guano em Búzi, Chibabava e Cheringoma na Província de Sofala, Inhassouro e Mabote na província de Inhambane, (ii) diatomitos em Manhiça na Província de Maputo (iii) apatite em Monapo na Província de Nampula.

Referente aos estudos geológicos para a avaliação do potencial carbonífero em áreas adjacentes ao jazigo de Moatize e outras localizadas nas províncias de Cabo Delgado, Niassa, Tete e Manica;

- Foram licenciadas a vários titulares as bacias de Moatize-Minjova e Mucanha –Vuzi em Tete, Maniamba em Niassa e Lugenda em Cabo Delgado;
- Iniciada a elaboração do estudo de viabilidade de uma das áreas adjacentes ao jazigo de Moatize, e trabalhos de sondagens noutra;
- Em processo de trabalhos de levantamentos geofísicos por empresas licenciadas na bacia de Lugenda, em Cabo Delgado e em Niassa,

Na área da Inspeção Mineira, de entre as várias actividades realizadas, importa destacar as seguintes:

- Visitas de trabalho aos Distritos de Namaacha e Boane, para a verificação da implementação das normas de exploração mineira nas pedreiras existentes nestes Distritos e feita a verificação e avaliação das circunstâncias do acidente ocorrido no garimpo de ouro em Mutambarico, província de Manica;
- Visitas de inspecção e verificação da situação do garimpo em Mavuco, província de Nampula, Lupiliche, em Niassa, Ancuabe e Montepuez em Cabo Delgado e mina Chipanga XI em Tete.

Sector Geológico

No que diz respeito a reabilitação e apetrechamento das estações sísmológica e magnética de Maputo, há a destacar:

- Está em curso o apetrechamento e capacitação do sector na área de sismologia e adquiridos, e entregues à Direcção Provincial dos Recursos Minerais e Energia de Niassa equipamentos para o apetrechamento futuro da Estação Sismográfica de Lichinga;
- Reabilitada a casa principal dos instrumentos e duas dependências do Observatório Magnético de Maputo;
- Instalado o Centro de Processamento e Análises de Dados Sísmicos, (CPADS) em Maputo, e, treinados 9 analistas para o CPADS e

operadores para as estações das províncias de Maputo, Manica, Tete, Nampula, e Niassa;

- Produzida e distribuída em todas as províncias, a primeira brochura sobre “Sismos e Precauções”, como instrumento para a educação cívica, e realizadas palestras sobre os sismos em algumas escolas da cidade e província de Maputo e na Assembleia da República.

Referente ao programa de mapeamento geológico na escala 1:250.000 em todo território nacional;

- Concluídos os trabalhos de mapeamento geológico em todo o território nacional, onde os seus produtos finais (mapas e respectivas notícias explicativas e relatórios) estarão disponíveis em finais do corrente ano;

No âmbito do mapeamento geológico ambiental da zona costeira de Moçambique na escala 1:50.000,

- Feita a inventariação e georeferência de furos efectuados na Província de Maputo e colhidos dados para a elaboração da carta geo-ambiental de Maputo;
- Realizados trabalhos de campo para a confirmação das Unidades Litológicas, e concluída a digitalização da carta geológica preliminar;
- Feita a recolha de informação sobre o perfil geológico dos furos referentes a Carta Geo-Ambiental de Maputo;
- Realizados trabalhos para determinação da qualidade das águas subterrâneas nos Bairros de Magoanine, Zimpeto, Benfica, 25 de Junho, Luís Cabral e Vale do Infulene;

Para o programa de cartas geológicas da Beira e de Bilene foi feita (i) recolha de informação geológica disponível sobre a área, (ii) iniciada a interpretação de fotografias aéreas, (iii) realizados trabalhos de reconhecimento geológico-ambiental com a colheita de algumas amostras para análises de sedimentologia e química.

No que diz respeito ao mapeamento geológico na Ilha do Bazaruto, foi produzida e digitalizada a carta geológica preliminar com base na foto-interpretação e informação colhida no campo na campanha de 2005.

Quanto ao estudo, inventariação e conservação do património geológico e desenvolver acções de Geoconservação na Província de Tete e em outros locais do País;

- Foi elaborado um plano conjunto (MIREM/GPZ) para a realização de acções de Geoconservação em Estima e Carangaje, na Província de Tete; e

- Foi realizada uma visita de campo às cavernas de Changalane e Goba nos Montes Libombos, na Província e Maputo para um posterior levantamento geológico.

Sector de Hidrocarbonetos

No que diz respeito a continuidade da pesquisa sistemática de hidrocarbonetos nas Bacias de Moçambique e Rovuma, incluindo a aquisição sísmica, a realização de furos nos Blocos de Zambeze onshore/offshore, Blocos 16 e 19; foram feitas as seguintes acções:

Bacia de Moçambique

Zambeze Onshore

- Finalizadas as negociações com os investidores estando em harmonização com as instituições relevantes, a respectiva proposta de Contrato de Pesquisa e Produção.

Zambeze Offshore

- Está em curso o Estudo de Impacto Ambiental para a abertura durante o primeiro semestre de 2007 dum furo de pesquisa;

M10 e Baía de Sofala

- Finalizadas as negociações com os investidores estando em harmonização com as instituições relevantes, a respectiva proposta de Contrato de Pesquisa e Produção.

Blocos 16 e 19,

- Em curso Estudos de Impacto Ambiental perspectivando-se a sua conclusão no corrente ano o que permitirá a aquisição sísmica no próximo ano.

Bacia do Rovuma

- Está em curso o Estudo de Impacto Ambiental com vista a aquisição sísmica. Perspectiva-se a recolha de algumas amostras do solo marinho para análises geo-químicas e projecção das linhas sísmicas, para as áreas 2 & 5 e Onshore;
- Estão em negociações os contractos de pesquisa e produção para as áreas 1,3,4,6 e onshore.

Referente às pesquisas adicionais no Bloco de Pande-Temane, incluindo abertura de furos de pesquisa e produção de modo a incrementar as reservas e maximizar o aproveitamento dos recursos gasíferos,

- Decorre o processamento e interpretação dos dados sísmicos adquiridos para mapeamento de estruturas de interesse nas áreas ao redor dos jazigos de Temane, Inhassoro e Pande e nas áreas a norte do rio Save;

No que diz respeito a finalização do estudo das opções de aproveitamento do condensado de Pande-Temane, incluindo a possibilidade do seu processamento no País; e os estudos de avaliação do Jazigo de Inhassoro que possibilitem a sua exploração comercial destaque vai para:

- Elaboração do estudo sobre as melhores opções de utilização/comercialização do condensado produzido nos jazigos de Pande/Temane e, em curso acções visando avaliar o jazigo de Inhassoro incluindo a testagem de volumes de produção.

Referente a Conclusão de estudos de uso e distribuição de Gás Natural nos cinco pontos de toma, nomeadamente: Temane, Funhalouro/Chigubo, Chokwé/Macarretane, Magude e Ressano Garcia, tendo em vista a implementação de projectos direccionados ao sector industrial e doméstico;

- Estão em curso estudos de uso e distribuição de gás natural sobretudo em Vilankulo, Chókwe e Ressano Garcia.

Quanto a expansão do centro de dados, de forma a torná-lo centro de referência nacional e internacional que providencie assistência às companhias interessadas em investir no sector de petróleos;

- Está em curso, o projecto de transcrição de dados sísmicos em forma digital de cassetes de menor capacidade (IBM 3480/3490) para cassetes de maior capacidade (IBM 3590);
- Em processo a cópia de dados sísmicos de hidrocarbonetos e sua disponibilização às companhias interessadas, em particular ênfase às companhias vencedoras do concurso para o licenciamento das áreas da Bacia do Rovuma, e
- Adquirido equipamento informático e respectivos programas de interpretação sísmica com capacidade de acomodar múltiplos projectos.

No âmbito da monitoria das actividades de transporte e venda de gás natural e condensado para utilizadores domésticos e industriais, a produção de Gás Natural de Temane, sua exportação para a Africa do Sul, e a medição de gás de Temane e Ressano Garcia e doutros que se mostrem necessários;

- Está em processo acções de formação e capacitação dos técnicos nacionais do sector para assegurar que os relatórios mensais e periódicos recebidos dos operadores sejam verificados e analisados tendo em vista confirmar os volumes de produção de gás e condensado, e;
- Decorrem auditorias técnicas e ambientais para monitoria do processo de produção e transporte incluindo dos sistemas de medição de gás e condensado.

E. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Neste sector as acções para 2006 são orientadas para a divulgação e implementação da Política e Estratégia Industrial; a promoção e revitalização da produção dos sectores têxtil, vestuário e metalo-mecânico; a criação de pequenas e médias empresas (PME's) ao nível nacional; o desenvolvimento de políticas comerciais que estimulem e fomentem o intercâmbio comercial nacional e internacional de modo a promover e dinamizar a comercialização agrícola. Neste âmbito, foram acções desenvolvidas ao longo do I Semestre as seguintes:

Quanto a divulgação e implementação da Política e Estratégia Industrial, esta em processo a sua reformulação;

No que diz respeito a promoção e revitalização da produção dos sectores Têxtil, Vestuário e Metalo-mecânico, através da divulgação e implementação das respectivas estratégias sectoriais;

- Está em curso a harmonização do documento final da estratégia do Sector Têxtil e Vestuário, e, em processo a elaboração da Estratégia do Sector Metalo Mecânico;

Quanto a elaboração da estratégia para as PME's, assim como promoção da sua operacionalização, está em processo a finalização e harmonização do documento;

Referente a acção de Assegurar o acompanhamento pós-privatização e identificar as dificuldades existentes nas empresas, foram feitas visitas de trabalho a 4 empresas, nomeadamente: União de Curtumes, Agro Alfa Fundação, Ex-Encatex e Cometal Mometal, para inteirar-se melhor da situação de cada uma delas e procurar conjuntamente com o IGEPE mecanismos de apoio para o seu normal funcionamento.

Quanto a Prossecussão com as acções de assistência técnica aos salineiros, para garantir o consumo de sal iodato em todo o país, foi realizado em Mossuril um seminário de capacitação a 20 produtores de sal de Nampula, sobre as componentes de qualidade e procedimentos para a exportação do produto e ainda foi feito o levantamento de dados sobre os produtores de sal nas províncias de Cabo delgado, Zambézia, Sofala e Inhambane.

No âmbito da implementação da Estratégia para o Desenvolvimento das Exportações de Produtos Processados de Madeira de Moçambique, destacam-se as seguintes acções:

- Formação de empresários em matéria de gestão e maneio florestal;
- Florestamento do campo e preenchimento de zonas devastadas;
- Plantio de viveiros e plantas na Cidade de Maputo e nas províncias de Maputo, Manica, Zambézia e Nampula;
- Está em processo a elaboração de política de concorrência;

- Criação de uma comissão técnica para a elaboração de normas moçambicanas de qualidade de produtos madeireiros, e
- Elaboração da Estratégia de fiscalização multisectorial, com vista a assegurar a gestão, abate e maneio sustentável dos recursos florestais.

Relativamente ao desenvolvimento de políticas comerciais que estimulem e fomentem o intercâmbio comercial nacional e internacional,

- Aprovada a Estratégia da Comercialização Agrícola 2006-2009 e esta em curso a sua divulgação e implementação;
- Divulgada informação sobre preços e mercados,
- Aprovada a Reestruturação do Instituto de Cereais de Moçambique (ICM), e definida as novas atribuições;

Quanto a consolidação do processo de simplificação e descentralização de competências de decisão para o licenciamento de actividades comerciais foram actividades:

- Feita a monitoria do processo de implementação do Decreto nº 49/2004 sobre o licenciamento de actividade comercial;
- Esta em curso o processo de revisão do Diploma Ministerial nº 119/94 sobre a reabilitação e vendas de lojas e armazéns rurais com vista a acelerar o processo de simplificação de procedimentos para a sua alienação;

No referente a acções para garantir a participação do país no processo de integração regional e vincar os interesses nacionais na cooperação entre a região e os seus parceiros de desenvolvimento:

- Foi assegurada a representação em fóruns internacionais e de âmbito regional, nomeadamente: nos contextos da Organização Mundial do Comércio, dos Acordos de Parceria Económica e da integração regional (SADC), para além de representação do País em organismos sectoriais afins,
- Estabelecida e fortalecida as relações comerciais bilaterais com os países vizinhos, destacando-se a assinatura do acordo comercial com Malawi e divulgação do acordo comercial com o Zimbabué,

Foi assegurada a fiscalização das actividades industrial e comercial, destacando-se, entre outras acções, as seguintes:

- Divulgação da legislação da Indústria e Comércio ao nível das Direcções Provinciais;
- Fiscalização das unidades fabris e de comércio pelas inspecções provinciais sob a monitoria da inspecção geral, e

- Participação da inspecção geral em acções coordenadas com outros órgãos do Estado e em parceria com o sector privado no combate à pirataria e contrafacção.

No que diz respeito ao Instituto da Propriedade Industrial (IPI):

- Foi aprovado o Código de Propriedade Industrial no I Trimestre de 2006, estando em curso o processo da sua divulgação e implementação. Foi igualmente lançado um concurso de habilitação dos agentes da propriedade industrial, e
- Criado e em funcionamento o banco de dados do IPI que um instrumento que permite a facilitação e celeridade dos procedimentos do registo dos direitos da propriedade industrial.

F. TURISMO

Neste sector, as acções para 2006 visam o desenvolvimento do marketing, com objectivo de estimular o turismo doméstico; divulgar a Estratégia de Desenvolvimento de Recursos Humanos; consolidar o funcionamento do portal do turismo, garantindo a cobertura e maior abrangência do produto turístico comercializáveis dentro do País. Assim, as realizações feitas durante o semestre foram as seguintes:

No Domínio Institucional e de Recursos Humanos:

- Relativamente a continuação do processo de formação de quadros em matérias específicas de planificação, gestão orçamental e de recursos humanos foram capacitados no global 16 técnicos nomeadamente de Maputo província (4), Inhambane (6) e Manica (6). Em relação a monitoria deste processo constata-se que apenas a província de Inhambane é que avançou.
- Foram constituídos os processos, para integração de 151 fiscais de turismo.
- Elaborados os planos curriculares e criadas as condições para o arranque dos primeiros cursos de treinamento para fiscais que visa o estabelecimento dos níveis básico e médio nas áreas de hotelaria, turismo e de conservação.
- Para dar prosseguimento ao processo de reactivação dos Centros de Formação em Fauna Bravia, foi concluída a elaboração dos projectos de Estatutos do centro de Regulamento Interno do Parque Nacional da Gorongosa;

No Domínio do ordenamento e coordenação intersectorial:

Divulgada o Plano Estratégico e de Desenvolvimento do Turismo (PEDT) da província da Zambézia junto ao governo e sector privado. Ainda neste âmbito, está em curso a contratação de consultoria para elaboração do Plano de

Desenvolvimento do turismo da provincia de Cabo Delgado e a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Turismo para a Reserva Especial de Maputo incluindo o Corredor do Fúti.

Para estimular a criação de fóruns de facilitação turística a nível das províncias, foi elaborado o guião orientador que contém o conceito e a filosofia dos fóruns a criar tendo sido dado a conhecer a todos os governos provinciais.

No referente a consolidação do sistema de estatísticas de turismo de forma a produzir indicadores estatísticos sobre os movimentos de viajantes nos postos fronteiriços, de hóspedes, nos estabelecimentos de alojamento, e das despesas de turistas dentro do país, as acções realizadas durante o semestre foram as seguintes:

- Concluído o processamento dos dados estatísticos de movimento de viajantes de 2002 a 2004 faltando a sua publicação e brochura.
- Assegurado o financiamento da realização do inquérito piloto a despesas de turistas
- Está em curso a preparação do processo para celebração do contrato de adjudicação, com a empresa vencedora do concurso, no âmbito da Regulamentação da Lei do Turismo, para efeitos de elaboração de projectos de Decreto sobre o exercício do direito de habitação periódica e revisão do regulamento das Coutadas, incluindo o turismo cinegético,
- Foi iniciado em Pemba, a divulgação dos Regulamentos do Turismo, através de seminários provinciais envolvendo os operadores do sector, sindicatos do ramo e outros actores relevantes
- Foi elaborada a proposta que visa o estabelecimento dum sistema de classificação para estabelecimentos de alojamentos turísticos, restauração e bebidas, baseada numa acção de auscultação pública;

No Domínio das Áreas de Conservação:

O Início da IIª Fase do projecto das Áreas de Conservação Transfronteiriça, contou com o Lançamento do projecto ACTF e Desenvolvimento do Turismo a nível central e regional. De salientar que os lançamentos a nível regional foram feitos nas ACTF's de Chimanimani e Libombos, nas províncias de Manica e Maputo respectivamente,

Quanto a Instalação de infraestruturas básicas de Maneio no Parque Nacional das Quirimbas, é um processo que está em curso, mas os destaques vão para:

- Conclusão do posto de fiscalização com alojamento para 10 fiscais, no distrito de Quissanga e o portão de entrada para turistas na aldeia de Napuda;
- Início da reabilitação de 2 casas identificadas das comunidades locais, para alojamento dos turistas, no distrito do Ibo

- Conclusão da preparação dos documentos do concurso para a reabilitação do edifício onde funcionará o escritório marinho do parque, na ilha do Ibo, perspectivando-se para o II semestre o lançamento do concurso para a adjudicação das obras.

Procedeu-se ao levantamento das necessidades nos Parques e Reservas para a montagem do sistema de comunicação via rádio, intra e inter Parques e Reservas, para permitir o desenho do sistema.

Para garantir assistência na organização das comunidades residentes junto dos parques nacionais de Gorongosa, Bazaruto, Reserva de Maputo e da coutada nº 9 com vista ao acesso dos 20% das receitas estabelecidas em Diploma legal, foi feito o mapeamento das comunidades e criados 78 comités de gestão distribuídos da seguinte forma: PNQuirimbas (12), PNGorongosa (15), REMaputo(12), RNiassa (23), Complexo do Marromeu (9), Coutada 9 em Manica (7).

No que diz respeito ao processo de reassentamento das populações que vivem no interior do Parque Nacional do Limpopo, as realizações durante o I e II trimestre incidiram no seguinte:

- Programa de consulta e consciencialização, incluindo o levantamento sócio-económico, discussão de pacotes de compensação
- Plano de ordenamento territorial de Chinhangane e Banga

Foi elaborado o Plano de Desenvolvimento do Turismo da Reserva Especial de Maputo e do Corridor do Futi e lançado concurso para contratação de consultoria para a elaboração do plano de Desenvolvimento do Turismo de Cabo Delgado.

Em relação ao modelo da Partilha de Receitas entre Zimbabwe, Moçambique e África do Sul em cumprimento do Tratado assinado entre os três Estados sobre a criação do Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo (PTGL), foi produzido um Draft do modelo de Partilha de Receitas, cuja apreciação está agendada para a reunião trilateral.

No Domínio da Promoção do Turismo

No âmbito da divulgação do Plano Estratégico de Marketing a nível provincial e local com o envolvimento do sector privado e outros actores relevantes e mobilização de fundos para a sua operacionalização, foi produzida a versão final do documento sobre a estratégia de Marketing Turístico.

Para consolidar o funcionamento do Portal do Turismo, foi lançado o site Provisório <http://mitur.mzbusiness.com/>

Foram realizados os primeiros contactos com os interessados em investir nas áreas definidas como prioritárias para o investimento do turismo, nas Áreas Prioritárias para Investimentos do Turismo (APIT's), Áreas de Conservação Transfronteira (ACTF's) e Rotas Turísticas,

No que diz respeito ao Desenvolvimento de campanhas de marketing para estimular o turismo doméstico as acções incidiram no seguinte:

- Produzidos materiais promocionais com vista adivulgação da imagem de Moçambique internamente e internacionalmente,
- Produção de spot publicitário de 30 segundos a passar nas emissões da TVM,
- Realização da Bolsa de turismo de Maputo

No âmbito da Mobilização de parcerias estatégicas e alianças com países vizinhos e a nível da SADC, foi lançada a rota de turismo na Área de Conservação Transfronteira (ACTF) dos Libombos, durante a Feira do Indaba, onde foram identificadas 6 rotas turísticas.

No Domínio da Inspecção das Actividades Turísticas

- Foram Inspecionados em 8 províncias do país 182 estabelecimentos da indústria hoteleira e similar dos quais, 56 pelo órgão central e 126 pelos órgãos provinciais.
- Promovidas acções de capacitação e formação das inspecções das províncias de Gaza e Niassa, através da integração dos seus técnicos na equipa multisectorial que realizou o trabalho nestas províncias

No Domínio de Investimentos e Apoio ao Empresariado Nacional

Para a definição das linhas orientadoras para o acesso de empresários moçambicanos nas concessões de espaços para implantação de infraestruturas turísticas dentro do Parque Nacional do Limpopo, Reserva Especial de Maputo e nas Coutadas ainda não concessionadas, foram aprovados os Princípios para a Administração das Áreas Protegidas que contém comandos relativamente as parcerias a celebrar.

Desembolsados pelo FUTUR 1.450.000 Mtn para financiar 8 estabelecimentos hoteleiros sendo, Maputo (2), Sofala (1), Inhambane (1) e Niassa (3). Salientar ainda que este desembolso representa um aumento em cerca de 253% relativamente a igual período de 2005;

Relativamente a construção de infraestruturas de apoio ao turista, foi assinado o protocolo de Doação pelo FUTUR e o Município de Inhambane, para construção de 2 sanitários públicos, estando as obras de construção destes na sua fase final. Ainda neste âmbito fez-se a solicitação do orçamento para a instalação de mercados de fruta no Município de Manhica e Distrito de Bilene

No que concerne a construção de duas unidades de alojamento; um pequeno Acampamento fixo ou Lodge no Parque Nacional de Limpopo, em Gaza e um Motel no corredor de desenvolvimento de Nacala, na província de Nampula, o FUTUR lançou um concurso público para a elaboração do Projecto Executivo do Motel Caia e sua construção, na província de Sofala.

Para prosseguir com o Programa de descentralização dos Microcréditos e estendê-lo às Províncias de Cabo Delgado, Sofala e Gaza as acções centraram-se no seguinte:

- Desembolso de 250.000,00 Mtn para a província de Inhambane
- Aprovados projectos de Descentralização para as províncias de Gaza, Sofala, e Cabo Delgado no montante global de 750.000.00 Mtn

G. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

A política do Governo no sector dos Transportes e Comunicações para 2006, define como objectivos principais a continuação na melhoria gradual da fiabilidade, segurança, comodidade e expansão dos serviços de transporte prestados à população nas zonas urbanas e rurais; a participação mais eficiente do empresariado nacional no controlo, operação e investimento nos subsectores; e, o desenvolvimento rápido do sector, através da actualização da legislação, adaptando-a às mudanças e exigências que ocorrem a nível nacional e internacional. Assim sendo, durante o I Semestre foram desenvolvidas as seguintes acções:

No domínio dos Transportes Marítimo, Fluvial e Lacustre:

Quanto a reabilitação e reparação das infra-estruturas de acostagem nas travessias de Maputo/Catembe e Inhambane/Maxixe;

- Contratada uma empresa de consultoria para proceder ao levantamento do estado actual das infra-estruturas de acostagem em Maputo/Catembe, empresa que neste momento esta a trabalhar prevendo a entrega do caderno de encargos ainda este ano;
- Foram apresentados cadernos de encargos do levantamento feito do estado das infra-estruturas em Inhambane/Maxixe; e lançando um concurso internacional para dragagem no Porto da Beira;

No âmbito da Segurança Rodoviária, esta em processo a avaliação de propostas concorrentes para a informatização das cartas de condução e livrete.

No domínio dos Transportes Rodoviários

- Foram adquiridos 45 autocarros dos 70 previstos, e já se encontram a operar, esta em processo a aquisição de 20 autocarros, para Maputo, Beira e Nampula;
- Foi identificado o local para as futuras instalações do Terminal de transporte rodoviário de Maputo, e estão em processo as acções com vista a identificação de potenciais financiadores e do seu respectivo gestor;

- Foi identificado o espaço para a instalação da terminal da Beira e está em preparação o lançamento do concurso para a sua exploração;
- Está em curso a revisão do Regulamento do licenciamento do transporte de passageiros semi-colectivo, de modo a descentralizar o licenciamento de operadores de transporte rodoviário de passageiros e de mercadorias.

Na área da Aviação civil:

- Foi elaborado o Regulamento sobre licenciamento e certificação de aeroportos; e
- Concluídas as negociações do Acordo com a República da Tanzânia e estão em curso acções com vista a revisão dos Acordos com a República do Zimbabwe.

Na área das Comunicações:

- Esta em curso a implementação da segunda fase do sistema VSAT em Boane, com vista a estender a cobertura para os seguintes distritos: Massangena (Gaza); Mabote e Funhalouro (Inhambane); Guro, Sussundenga e Machaze (Manica); Zumbo, Tsangano, Marávia, Macanga e Chiuta (Tete); Maganja da Costa, Gilé, Chinde, Ile, Pebane e Mopeia (Zambézia); Chemba, Maringue, Chibabava e Machanga (Sofala); Namapa, Memba, Mecuburi e Moma (Nampula); Metuge, Nangade, Namuno, Muidumbe, Ibo, Balama e Ancuabe (Cabo Delgado); Metangula, Marrupa, Ngauma, Mecula, Maua, Metarica e Mecanhelas (Niassa);
- Iniciado o processo de instalação de equipamento para exploração do sistema de acesso telefónico sem fio nas zonas Centro e Norte;
- Está em processo a Instalação dos Sistemas de Telecomunicações Rurais na província de Gaza, nomeadamente nos distritos de Massangena, Mabalane, Guijá, Chigubo e Chicualacuala;
- Em curso a instalação da fibra óptica entre Beira e Quelimane e no percurso Quelimane, Nampula, Cuamba e Mocuba;
- Feita a expansão dos serviços de telefonia móvel para os distritos de Angoche (Nampula); Cuamba (Niassa); Goruè (Zambézia) e Malema (Nampula)

No domínio dos Portos e Caminhos de Ferro

- Decorrem trabalhos de desmatção da via da Linha de Sena e da preparação da plataforma e limpeza do balastro, em duas frente designadamente: Savane/Inhamitanga; e Inhamitanga/Marromeu;

- Decorrem as obras de reabilitação do Porto de Quelimane, e da Linha Férrea Ressano-Garcia.

No domínio da Meteorologia

- Adquirido um sistema automático de produção e disseminação de previsões meteorológicas aos utilizadores;
- Em processo de implementação no Govuro e Pebane do projecto “RANET”, projecto este que usa a Internet e tecnologia de satélite para a comunicação;
- Introduzidos novos gráficos e formatos das apresentações meteorológicas.

H. MEDIDAS DE APOIO AO EMPRESARIADO NACIONAL

Neste âmbito, durante o semestre foram desenvolvidas as seguintes acções:

Projecto para o Desenvolvimento Empresarial (PoDE).

Quanto a prossecução de acções com vista a apoio a melhoria da competitividade empresarial através da promoção de cursos de formação, pesquisa de mercado, promoção da qualidade e competitividade de produtos nacionais;

- Aprovado 224 projectos no valor de 841,7 mil USD, contribuição para a formação de 2.392 agentes económicos aos diferentes níveis;

No âmbito da CTA, o Projecto PoDE apoiou a Confederação das Associações Económicas nas seguintes acções:

- Apoio directo a associações empresariais na aquisição de equipamento e em acções de formação;
- Apoio à realização da IX Conferência Anual do Sector Privado;
- Apoio para que líderes associativos e empresariais filiados a várias associações da CTA participassem em missões empresariais internacionais, feiras e fora igualmente internacionais, tendo se destacado o Fórum Económico Mundial.

Referente à promoção de “linkage” entre as empresas nacionais e os grandes projectos na perspectiva de obter-se maiores vantagens e nas oportunidades de negócios gerados pelos mega-projectos,

- Foi assegurada a assinatura de contratos entre as empresas moçambicanas com os mega-projectos no valor de cerca de 6,0 milhões de USD.

No âmbito do financiamento para a reabilitação de cantinas rurais, o FARE financiou 3 cantinas rurais na província do Niassa.

No que diz respeito ao Programa de Facilitação do Crédito, foi feita a monitoria e acompanhamento do processo da sua implementação.

Relativamente à implementação do Programa *Italian Commodity Aid* cujo objectivo é apoiar o sector produtivo através da repassagem de equipamento via *leasing*, foi feita a monitoria da implementação do Programa cuja execução foi assegurada pelo BCI–Leasing, assim foram repassados equipamentos diversos no valor global de 22. 242,7 milhões de MTn tendo-se beneficiados 76 agentes económicos, sendo 15 em Maputo, 46 Gaza, 2 Manica, 3 Sofala, 7 Tete e Nampula 3.

No âmbito da implementação do Programa de Relançamento do Sector Privado afectado pelas cheias do ano 2000 e 2001, financiado pelo Governo da Itália foram realizadas desde o início da implementação do Programa (Outubro de 2004) até 30 de Junho de 2006, 97 operações de crédito, sendo 25 em Maputo, 38 em Gaza, 6 em Inhambane, 18 em Manica, 6 em Sofala, 2 em Tete e 2 na Zambézia desde Outubro de 2004, no valor global de 122.008.147,70 MTn.

No que diz respeito à valorização da Produção Agrícola Nacional

- Foi aprovado o regulamento para a contratação de empreitadas de Obras Públicas, fornecimento de bens e serviços ao Estado constituindo assim um incremento do sector empresarial nacional;
- Foi institucionalizada a campanha de promoção do consumo de produtos nacionais através da criação da Unidade Técnica de Promoção de Produtos Nacionais (UTPPRON). Neste contexto, foram promovidas acções com vista ao estabelecimento de parcerias e acordos para o fornecimento e consumo de produtos nacionais. Há ainda a destacar o lançamento do logotipo “Made in Mozambique”;
- Foi realizada a IX Conferência do Sector Privado, onde foram passadas em revista as grandes questões que devem merecer atenção do Governo no tocante ao desenvolvimento empresarial no país;
- Foi criado um “task force” com o objectivo de combater a pirataria e contrafacção de produtos. Como resultado do trabalho realizado foi possível neutralizar com sucesso redes de pirataria;
- Foram identificadas cerca de 100 actividades da área de comércio e serviços que passarão a ser sujeitas apenas a registo. As actividades de pequena e média dimensão da área da indústria passarão a estar isentas de aprovação de projectos, e
- Foi criado um Centro de Informações de Negócios onde são prestadas, via telefónica, informações diversas relativas a licenciamentos, constituição de empresas, DIRE etc, bem como a localização de instituições públicas.

Quanto a remoção de Barreiras Administrativas e criação de um ambiente favorável ao negócio, destaque vai para:

- Consolidado o funcionamento dos Balcões de Atendimento Único (BAÚ's) através da sua informatização e introdução do manual de procedimentos com vista a melhoria da qualidade dos serviços prestados.
- Consolidado o dialogo com o sector privado com vista a melhoria do ambiente de negócios.
- Criado o portal electrónico do BAU para poupar tempo e custos, e também contribuir para o aumento da eficiência, reduzindo procedimentos burocráticos nas instituições públicas de licenciamento de actividades económicas.

No âmbito do programa de normalização, está em curso o processo de elaboração de Normas Moçambicanas.

Está em curso o processo de divulgação do esquema de certificação de produtos e de identificação dos mesmos, através de seminários promovidos por este Instituto.

Foi finalizado o *draft* da legislação base sobre a Metrologia, estando em curso o processo de recolha das contribuições para se enriquecer o seu conteúdo.

Foi elaborada e aprovada a base normativa da concepção dos regulamentos metrológicos, estando em curso o processo de desenvolvimento dos respectivos regulamentos.

Foi realizada em parceria com a Associação Portuguesa de Certificação–APCER um curso a Linhas Áreas de Moçambique em Sistemas de Gestão de Qualidade com base na Norma ISO 9.901, e ainda efectuada a auditoria interna a mesma companhia aérea com base na norma ISO 19.011.

Foi realizado um curso na PETROMOC, para a implementação de sistema de qualidade em laboratórios baseado na Norma ISO 17.025.

V.3. BOA GOVERNAÇÃO, LEGALIDADE E JUSTIÇA, DESCENTRALIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO

REFORMA DO SECTOR PÚBLICO, DESCENTRALIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO

A reforma do Sector Público abrange as componentes da descentralização e racionalização de estruturas e processos de prestação de serviços, melhoria do processo de formulação e monitoria de políticas públicas, profissionalização dos funcionários do Sector Público, melhoria da Gestão Financeira e Prestação de Contas e o combate à Corrupção.

Neste período do ano, foram desenvolvidas actividades viradas para a continuação da revisão e adequação das disposições legais que regem o funcionamento do aparelho do Estado ao nível central e local e a formação e capacitação dos agentes da Função pública para a promoção da mudança de

comportamento e melhoria da forma de relacionamento dos funcionários com os cidadãos.

No âmbito da **descentralização e desconcentração**, o PARPA estabelece como objectivo principal a dotação dos Órgãos Locais do Estado ao nível Distrital e ao nível Provincial de maior dinamismo e capacidade. Assim dentre outras acções que foram desenvolvidas para o efeito, durante o 1º semestre de 2006 merecem destaque as seguintes:

- Submetida à Assembleia da República o Projecto da lei do Regime de Providência Social dos Titulares e membros dos Órgãos Autárquicos;
- Em curso o processo da implantação nos 128 distritos da estrutura dos Governos Distritais aprovado pelo Decreto 6/2006 de 12 de Abril, da Estrutura Orgânica tipo para os Governos Distritais, tendo sido nomeados Secretários Permanentes Distritais para todos os Distritos;
- Institucionalizadas e operacionalizadas as Instituições de Participação e Consulta Comunitárias (IPCCs), estando em funcionamento em todos os Distritos os Conselhos Consultivos Distritais;
- Elaborada a Proposta do quadro tipo de pessoal para os Governos Distritais e a metodologia para a elaboração dos quadros dos serviços distritais;
- Aprovado o Diploma Ministerial conjunto MAE/MF e iniciado o pagamento do subsídio às Autoridades Comunitárias (ACs) ao longo do primeiro trimestre, aprovação do modelo de fardamento para as ACs do 2º escalão;
- Concluída a elaboração do Projecto de Lei do Estatuto Geral dos Funcionários do Estado (EGFE);
- Concluída a elaboração da Estratégia da Política Nacional de Gestão de Documentação, Registo e Arquivo do Estado;
- Elaboradas e aprovadas pelo Conselho de Ministros as propostas de Lei base das Assembleias Provinciais e da Lei eleitoral das Assembleias Provinciais
- Está em curso a concepção do Programa Nacional de Planificação e Finanças Descentralizadas, e espera-se a sua divulgação no segundo Semestre;
- Produzidos os primeiros três manuais de Planificação e Finanças Descentralizadas (Área de Obras);
- No âmbito da implementação da LOLE foram integrados 96 distritos no processo de planificação distrital participativo;
- Está em curso a integração da componente do HIV/SIDA, no ciclo de planificação distrital ao nível das províncias de Nampula e Cabo Delgado;

- Elaborada e divulgada a estratégia para integração do género no ciclo de planificação distrital. Foi realizado um workshop para discutir o orçamento na óptica do género.
- Estão em processo os cursos regionais de capacitação em matéria de planificação distrital e participação comunitária;
- Elaborada a Estratégia Nacional do Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas (PPFD);
- Em curso a actualização de documentos das orientações dos Planos Distritais de (1998) e o Guião para Consulta Comunitária de (2003);
- Elaboradas propostas de manuais de orientações e modelos para a elaboração do Plano Económico e Social e Orçamento Provincial (PESOP) e Distrital (PESOD); e
- Elaborados os termos de referência para auditoria dos Órgãos Locais do Estado, e efectuada uma auditoria pedagógica em todos os distritos de Sofala em coordenação com o Tribunal Administrativo;

No âmbito da **Reforma Institucional e Modernização Administrativa** foram realizadas as seguintes actividades:

- Iniciada a ampliação da rede SIP do MAE de forma a permitir interligação com os Órgãos centrais;
- Na componente de aperfeiçoamento e capacitação profissional do ensino não formal foram formados 11 Secretários Permanentes Provinciais e 128 Secretários Permanentes Distritais e está em curso a preparação da formação para os chefes de secretarias provinciais e distritais, chefes de postos administrativos e futuros directores de serviços distritais a serem nomeados;
- Está a decorrer a formação de formadores nas diversas especialidades de ensino modular;
- Estão em fim de curso os 500 estudantes do nível médio em Administração Pública nos IFAPs;
- Está em curso o processo de capacitação nos cursos modulares no âmbito do SIFAP onde existem 25 turmas que beneficiam um total de 862 formandos em todo o País;
- Em curso o ensino a distância de nível básico onde se formaram 6 turmas envolvendo um total de 210 funcionários nos distritos de Mavago, Majune, Chibabava, Maringue, Matutuine e Magude;

No quadro do funcionamento do Instituto Superior de Administração Pública (ISAP) realizaram-se as seguintes acções:

- Arranque de 2 cursos de Certificado Profissional em Administração Pública no ISAP envolvendo 66 participantes, funcionários públicos de Direcção e Chefia;
- Realizados 3 cursos executivos para directores nacionais, Secretários Permanentes Provinciais, Administradores e Presidentes dos municípios da Província de Manica;

No âmbito da Justiça, no I semestre de 2006 foram realizadas as seguintes acções:

Acesso a Justiça

- Efectuados 223.105 assentos de nascimentos contra 144.144 de igual período em 2005. Foram lavrados 18.222 óbitos contra 10.402 lavrados no primeiro semestre de 2005. Foram efectuados 2.111 assentos de casamento contra 1.118 em 2005;
- Realizado o seminário sobre o Pluralismo em Moçambique;
- Em fase de conclusão o texto sobre direitos fundamentais do cidadão;
- Criado o mecanismo de articulação entre a justiça formal e informal. Este mecanismo é garantido através da Lei Orgânica dos Tribunais, já depositado na Assembleia da República;
- Em elaboração a Política Nacional sobre Direitos Humanos estando prevista a sua conclusão para Outubro;
- Elaborada a proposta de Lei sobre Comissão Nacional de Direitos Humanos;
- Foram estabelecidas parcerias com organizações da sociedade civil na assistência jurídica e patrocínio judiciário bem como assistência na área dos direitos humanos nos estabelecimentos prisionais;
- Elaborado o memorando para assinatura do acordo para assistência jurídica e judiciária aos reclusos nos estabelecimentos prisionais em Maputo e Quelimane e nas respectivas esquadras, bem como com a PIC;
- No que concerne ao grau de acesso dos cidadãos a justiça no primeiro semestre de 2006, os números indicam que foram julgados 34.161 processos contra 7.520 processos julgados no primeiro semestre de 2002. Reduzido para 37% a média de reclusos aguardando julgamento.

Formação

- Formados 43 oficiais de justiça e decorre o curso de formação inicial de 21 magistrados que termina no final do ano;
- Em curso a formação de 25 técnicos para a Direcção Nacional dos Registos e Notariado; Recrutados técnicos superiores para os centros prisionais, nomeadamente, 3 psicólogos, 3 engenheiros agrónomos, 3

juristas estando a decorrer o processo da nomeação de 17 juristas dentre os quais 7 para o sistema prisional.

- Realizados os cursos de capacitação em informática para 20 técnicos registo e notariado e 7 para as prisões;
- Em curso a transformação das escolas secundárias em centros de formação técnico profissional.

Reforma Legal

- Elaborada a proposta de lei sobre confissões religiosas;
- Em curso a elaboração do regulamento sobre a Lei do HIV/SIDA (Conselho Nacional do Combate ao Sida);
- Em curso a elaboração da Lei sobre Pessoas portadoras de Deficiência incluindo os deficientes de guerra;
- Em processo de harmonização o Ante-projecto de Lei sobre o Terrorismo;
- Elabora a Lei da Comissão sobre os Direitos Humanos;
- Em curso a elaboração da legislação sobre a Concorrência;
- Em curso a elaboração da Lei sobre a Aquisição, Perda e Reaquisição da Nacionalidade;
- Está em curso a reformulação dos diplomas reguladores das actividades do Tribunal Administrativo bem como a respectiva orgânica.

Infra-estruturas e Equipamentos

- Está na fase conclusiva a reconversão do Centro Prisional Aberto de Matutíne em Prisão-Escola, cuja obra será entregue em Setembro;
- Concluída a reabilitação das cadeias de Moeda e Moncímboa da Praia;
- Concluída a reabilitação da cadeia distrital de Macanja, estando em construção duas casas no mesmo local para os funcionários;
- Construídas as cadeias distritais de Inharrime (Província de Inhambane), Repale (Província de Nampula), três casas para funcionário (duas em Angonia e uma em Mague na Província de Tete);
- Reabilitadas cadeias distritais de Meconta, Monapo, Caía, bloco administrativo da cadeia Provincial de Gaza, cadeias distritais de Guija e Chicualacala;
- Reabilitado o Centro de Reclusão Feminino de Ndlavela (Maputo);
- Em curso a construção do muro de vedação da penitenciária Industrial de Nampula;
- Iniciadas obras para a construção da Procuradoria Provincial do Niassa; prevendo se a conclusão para o 1º semestre de 2007;

- Iniciadas obras para a construção da Procuradoria de Manica, prevendo se a conclusão em 2007;

Controlo da Legalidade

- Está em curso a emissão de relatório e parecer sobre a Conta Geral do Estado (CGE) de 2005;
- Em curso a realização de auditorias programadas;
- Nomeado um inspector Nacional para os Registos e Notariado; Em curso o processo de nomeação do corpo de inspectores para os serviços prisionais, no âmbito do reforço dos órgãos de inspecção e desenvolvimento sistemático da acção inspectiva sobre actividade dos organismos públicos;
- Em curso a implementação dos diplomas legais que compreendem medidas de prevenção e combate a corrupção;
- Realizadas missões da PGR as Províncias, no âmbito da elaboração de um plano concreto de prevenção e de combate a corrupção, em função da especificidade de cada província. Iniciadas actividades de expansão do Gabinete de Combate a Corrupção as Províncias de Inhambane e Sofala;
- Definidas matrizes internas das instituições da administração da Justiça contendem acções e indicadores específicos de combate a corrupção no quadro da Estratégia Nacional de Combate a Corrupção; Elaborado o Código de conduta dos funcionários do Ministério da Justiça.

Documentação Jurídica

- Em processo a aquisição do material bibliográfico para os tribunais e desenvolvimento da informatização do acervo de obras bibliográficas do Tribunal Supremo, visando o acesso electrónico pelos utilizadores; e
- Concluída a compilação em formato electrónico dos acórdãos do Tribunal Supremo respeitantes ao período de 1990-2002, prevendo se a conclusão ao longo do segundo semestre; Em curso actividade de publicação.

Modernização Informática

- Em curso a extensão da rede Gov-net para as direcções do Ministério da Justiça;
- Realizado e já experimentado o uso de aparelhos electrónicos para acolheita e tratamento de impressão digital para efeitos de registo criminal nas províncias de Quelimane, prevendo se a extensão para as demais Províncias;
- Em curso a criação de uma base de dados sobre as actividades das ONG`s que trabalhem nos Direitos Humanos.

Recursos Humanos

- Em curso o recrutamento de 13 administradores para os tribunais provinciais e 48 administradores dos Tribunais distritais. O início da formação esta prevista para Setembro;
- Em curso o recrutamento de contadores verificadores para as áreas da Conta Geral do Estado (CGE) e Conta e Auditoria Financeira (CAF) e Visto no quadro das acções de capacitação institucional do Tribunal Administrativo;
- Em processo o recrutamento de técnicos informáticos para área de informática no quadro das acções de capacitação institucional do Tribunal Administrativo.

Comunicação e Desenvolvimento Inter-institucional

- Projecto da Lei Orgânica dos Tribunais submetido a Assembleia da República. Criadas duas secções no Tribunal Judicial da Cidade de Maputo;
- Em processo a implementação do Sistema de gestão de documentos, registo e arquivo da PGR no âmbito do sistema de monitoria e integração do Sector da Justiça;
- Concluída e em fase de discussão a Visão Conjunta de Desenvolvimento do Sector da Justiça. Em preparação o lançamento da consulta pública da Visão;
- Elaborado o projecto de Regulamento da Inspeção do Ministério Público;
- Desenvolvido o subsistema do Registo Comercial, Civil e Criminal. Em processo de desenvolvimento as arquitecturas de subsistemas de gestão de processos, gestão prisional, no âmbito do estímulo do uso de tecnologias de informação e comunicação na implementação do Governo electrónico;
- Elaborado o projecto de Regulamento Interno e o Estatuto Orgânico do Conselho da Legalidade e Justiça (CCLJ);
- Participação nas reuniões da Revisão Conjunta entre o Governo e os Parceiros de Cooperação;
- Concebido o plano director do Sistema de Harmonização de Monitoria e Avaliação. Está em preparação a criação e instalação de subsistemas de Monitoria e Avaliação identificadas;
- Realizada a harmonização dos instrumentos de Planificação e Monitoria, Plano Estratégico e Integrado (PEI) Plano Operativo do PEI (POPEI), com o Plano Economico e Social e Orçamento do Estado;
- Iniciadas diligencias com vista a institucionalização dos mecanismos de articulação rotineira entre o Departamento de Promoção e

Desenvolvimento dos Direitos Humanos e as ONG`s que operam na área dos Direitos Humanos;

- Instalação do sub-sistema de informação de pessoal (SIP) em rede ao nível nacional, por realizar.

No domínio da **Ordem Pública, Identificação Cívil, Migração e Bombeiros** constitui um dos objectivos prioritários a elevação da capacidade da Polícia para prevenir e perseguir o crime. No I semestre foram realizadas as seguintes acções:

- Reforçada a protecção e segurança de pessoas e bens através do patrulhamento auto e a pé em vários pontos geográficos propensos a ocorrência de crimes, resultando no melhoramento da operatividade policial que foi de 71%, contra 60% programado no PES. Consequentemente, registou-se uma redução de 24% do índice de criminalidade comparativamente com os 20.478 casos registados em igual período de 2005;
- Criados 343 novos Conselhos de Policiamento Comunitário, o que supera a meta prevista de 196 Conselhos de Policiamento Comunitário. Assim, já estão em funcionamento 1656 Conselhos de Policiamento Comunitario contra 1313 existentes no final de 2005;
- Criadas 25 novas secções de atendimento à violência doméstica, passando de 106 para 131 as secções existentes ao nível do país;
- Elaborada a proposta do Decreto que aprova o regulamento da Lei nº. 5/93 de 28 de Dezembro que estabelece o regime jurídico do cidadão estrangeiro, no quadro da Reformulação da Lei de Migração;
- Efectuados 160.858 pedidos de Bilhetes de Identidade (B.I.'s), dos quais 99.354 foram produzidos e expedidos para os respectivos postos de requisição. Está em curso o projecto para a atribuição de (B.I.'s) às populações rurais dos distritos de Massinga e Vilanculos;
- Emitidos 67.770 documentos de migração entre Passaportes, Dires e outros documentos de viagem ultrapassando-se a meta em 492, justificados fundamentalmente, pela abolição dos vistos de entrada nos países vizinhos membros da SADC;
- Está em curso a preparação do caderno de encargos para o lançamento do concurso público atinente ao Passaporte Biométrico e B.I.'s; no quadro da modernização dos sistemas de emissão de documentos migratórios com destaque para o Passaporte Biométrico e o Dire;
- Elaborado o Ante-projecto da Lei de Identificação Civil;
- Potenciados em recursos humanos as unidades e sub-unidades policiais, incluindo os destacamentos das Forças especiais e de Reserva; e
- Está em curso a realização de 6 cursos de formação na Escola Prática da Polícia de Matalane envolvendo 1 530 instruendos.

Outras actividades realizadas

- Construído o edifício do Comando Distrital de Muembe-Niassa;
- Construído o edifício do comando Distrital Meluco-Cabo Delgado;
- Reabilitado o Centro de Formação de Matalane;
- Realizada a I Reunião Nacional dos Comandantes Distritais e de Esquadras da PRM;
- No âmbito dos serviços Nacionais dos Bombeiros, foram emitidos 243 pareceres técnicos em balconês únicos; realizadas 253 vistorias em casas de espectáculos e 128 inspecções. Neste contexto, foram realizados cursos de noções básicas para 165 trabalhadores de empresas;
- Foram repatriados para os países de origem, 607 estrangeiros contra 272 do igual período do ano anterior, e recebidos dos países vizinhos 8.422 cidadãos moçambicanos contra 16.044 do período anterior;
- Foram detectados 1.410 casos de infracções migratórias, contra 291 de igual período anterior.

Comunicação Social

A comunicação social joga um papel de relevo na dinamização do processo de desenvolvimento sócio-económico e cultural, na promoção e consolidação da unidade nacional e no aprofundamento e defesa da democracia e do Estado de direito.

Neste sentido, as acções em curso visam o reforço da capacidade dos órgãos do sector da imprensa e a regulamentação do sector, onde foram implementadas as seguintes acções:

- Foi elaborado o Ante-projecto do Regulamento das Rádios Comunitárias;
- Foi elaborado o Ante-projecto da Lei de imprensa, cujo debate público será realizado no próximo mês de Setembro;
- Reabilitados os emissores de Televisão de Moçambique nas províncias de Inhambane, Nampula, Tete e Quelimane;
- Foram montados novos emissores da Televisão de Moçambique em Xai-Xai (Gaza), Tete, e Maganja da Costa (Zambézia);
- Foram importados os emissores da Rádio Moçambique para as delegações de Quelimane, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia;
- Foram produzidos materiais educativos e de mobilização social contra o HIV/SIDA para os distritos de Vilanculos, Massinga e Maxixe na província de Inhambane, Xai-Xai em Gaza e Manhiça e Magude na província de Maputo.

V.4. RELAÇÕES EXTERNAS E DEFESA

O Governo dentro das suas funções tem como um dos objectivos prosseguir e incrementar um relacionamento privilegiado com todos os parceiros de desenvolvimento de Moçambique com vista à operacionalização dos seus planos e programas, para a erradicação da pobreza absoluta, reforçando o prestígio e reputação de Moçambique na arena internacional.

No âmbito da cooperação bilateral e multilateral destaca-se, entre outros, a participação de Sua Excelência o Presidente da República na:

- cerimónia de tomada de posse do Presidente Português;
- Fórum Económico Mundial, em Davos;
- Fórum Económico sobre África, na Cidade do Cabo;
- Cimeira da União Africana, na reunião do Comité de Implementação da NEPAD e no Fórum dos Chefes de Estado e de Governo do Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARF), em Cartum;
- Visitas oficiais ao país dos Presidentes da África do Sul, da Tanzânia, da Alemanha, Irlanda, e da Vice-Presidente da Espanha com vista a consolidação dos laços de amizade e o estreitamento das relações de cooperação;
- A participação no Fórum Económico Mundial, de 25 à 29 de Janeiro de 2006, em Davos, Suíça;
- A participação na XVI Reunião Anual do Fórum Económico Mundial sobre África, realizada na cidade do Cabo, de 31 de Maio a 02 de Junho;
- A participação de Moçambique na 83ª Sessão do Conselho de Ministros da ACP (África, Caraíbas e Pacífico), e na 31ª Sessão do Conselho de Ministros Conjunto ACP-EU, realizadas em Junho de 2006, na Papua Nova Guiné, que teve como principal objectivo traçar estratégias com vista à cooperação no quadro do relacionamento da ACP-EU à luz do Acordos de Cotonou.
- Participação de Moçambique nas Sessões de trabalho dos Conselhos Executivos do UNICEF, PNUD/FNUAP e PMA que procederam à aprovação dos novos Planos e Programas de Cooperação com a República de Moçambique para o período de 2007 – 2009;
- Participação na Conferência de Paris sobre Financiamento ao Desenvolvimento, com objectivo de analisar as fontes alternativas de financiamento ao desenvolvimento no contexto de implementação do Consenso de Monterrey;
- Visita à Moçambique do Conselheiro Especial do Secretário-Geral da ONU para as Questões dos “Objectivos de Desenvolvimento do Milénio” (ODMs). Na ocasião procedeu-se ao lançamento do Projecto “Vilas do

Milénio” e reiterada a disponibilidade das Nações Unidas na mobilização de apoios para a implementação dos ODMs em Moçambique;

No âmbito da aprovação para a Ratificação ou Adesão de Convenções ou Tratados Internacionais temos a destacar:

- Moçambique ractificou a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, bem como a Convenção Africana sobre a Prevenção e Combate a Corrupção;
- Ractificou igualmente o protocolo sobre as emendas ao Acto Constitutivo da União Africana;
- Adesão de Moçambique aos Estatutos da Agência Internacional da Energia Atômica (AIEA);
- Criação da Autoridade Central para a Assistência Jurídica e Judiciária Recíproca, no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre o Crime Organizado Transnacional;

No âmbito da Conclusão dos acordos de Supressão de Vistos:

- Foi dado seguimento à implementação dos acordos assinados em 2005, e realizados contactos diplomáticos com vista a supressão dos vistos com o Zimbabwe, a Namíbia e o Reino do Lesotho. De referir ainda que decorrem negociações diplomáticas entre a República de Moçambique e a Federação Russa para a supressão de vistos em Passaportes Diplomáticos.

No âmbito do apoio aos Refugiados

- Está em curso a preparação do projecto de Política sobre o Refugiado;
- Preparação para abertura de postos de recepção/triagem dos refugiados; e
- Continuação do processo de atribuição do documento de identificação à população refugiada no País.

Defesa

Para o I Semestre merece principal destaque a acção desenvolvida no âmbito da afirmação logística multilateral das tropas e a continuação de participação em missões de paz.

No âmbito da formação

- Recenseados 164.798 jovens sendo 107.962 do sexo masculino e 56.836 do sexo feminino;
- Realizada reciclagem de 58 oficiais estando em formação 143 sargentos na Escola Militar de Nampula.

- Concluído o projecto de conversão do Centro de Boane em Escola de Formação de Sargentos das FADM;
- Concluídos os Estudos Técnicos para a criação do Centro de Formação técnico-profissional em Chingosi, nas instalações da Base Aérea em Tete
- Formadas duas companhias de infantaria e um pelotão de sapadores. Actualmente decorre a formação da terceira companhia de infantaria a integrar no Batalhão;
- Encontram-se em formação 62 estudantes na Academia Militar Samora Machel, e foram admitidos, 91 cadetes para as especialidades de Infantaria, Fuzileiros e Administração;

No âmbito da assistência em situações de emergência

- Está em curso o Projecto de formação de uma Força de Defesa Civil, para o socorro e assistência às populações, em situações de emergência e de calamidades naturais bem como o levantamento das zonas propensas de ocorrência de situações de emergência e Calamidades Naturais;

No âmbito da cooperação militar

- Formado um pelotão para integrar a Força Africana em Alerta inserido no “Programa Força SADC-BRIG”;
- Preparada a participação das FADM nas manobras e exercícios militares no âmbito da SADC e da CPLP;
- Aberta a Chancelaria Militar na Etiópia sede da União Africana (UA) e está em curso a abertura da Chancelaria Militar nos EUA, de modo a assegurar e ampliar as bases de uma cooperação militar;
- Incorporados cerca de 2.077 Jovens nas fileiras das FADM,;

No âmbito da expansão da rede dos GATVs, foi concluída a reabilitação das instalações da Brigada de Tete, encontrando-se já em funcionamento;

- Está em curso, a reabilitação das futuras instalações do Hospital-Dia, do Hospital Militar de Nampula que em breve entrará em funcionamento.

VI. POLÍTICA ORÇAMENTAL

A política orçamental continuou a orientar-se para o alcance dos objectivos estabelecidos no Plano de Acção para a Redução da Pobreza, visando a manutenção de um desenvolvimento económico e social sustentável e para a prossecução da sustentabilidade orçamental a médio prazo, através do rigor e racionalidade cada vez maiores na utilização dos recursos públicos, priorizando, por um lado as áreas prioritárias, nomeadamente Educação, Saúde, Agricultura, Infra-estruturas e Governação e, por outro, as regiões com níveis de desenvolvimento relativamente baixos e a melhoria do ambiente económico e competitivo da nossa economia.

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL – I SEMESTRE 2006

Durante o primeiro semestre de 2006, as receitas do Estado fixaram-se em 11.955,0 milhões de MTn dos quais 10.987,0 milhões de MTn são referentes a receitas fiscais. Deste montante, a grande contribuição de recursos para os cofres do Estado continua a ser as receitas cobradas em impostos sobre bens e serviços que totalizam 6.754,0 milhões de MTn. Comparando o período homólogo, as receitas no I semestre de 2006 cresceram 14%.

Receitas do Estado - 10 ⁹ Mtn	LEI 2006	Exec. I Sem 05	Exec. I Sem 06	Tx cresc. real	Tx de realiz.
Total	27,017	9,114	11,955	14.0%	44.2%
Receitas Correntes	26,237	8,951	11,853	15.1%	45.2%
Receitas Fiscais	23,497	7,622	10,987	25.2%	46.8%
Imp. S/ o Rendimento	5,782	2,000	3,080	33.8%	53.3%
Imp. S/ Bens e Serviços	14,520	5,115	6,754	14.7%	46.5%
Outros Impostos	3,195	507	1,153	97.7%	36.1%
Receitas Não Fiscais	1,101	377	469	8.1%	42.6%
Receitas Consigandas	570	752	170	-80.4%	29.8%
Receitas Proprias	1,070	200	227	-1.2%	21.2%
Receitas de Capital	780	164	102	-46.1%	13.0%

Nos Impostos sobre o Rendimento atingiu-se uma realização de 53,3% do objectivo do ano, fixado em 5.782 milhões de MTn, tendo sido cobrados 3.078 milhões de MTn. O valor cobrado neste semestre corresponde a uma taxa de crescimento real de 33.8%, em comparação com igual período do ano passado.

Nos Impostos sobre Bens e Serviços atingiu-se uma realização de 46,5% do objectivo fixado em 14.520 milhões de MTn, no presente ano, tendo sido cobrados 6.754 milhões de MTn. O valor cobrado neste semestre corresponde a uma taxa de crescimento real de 14,7%, em comparação com igual período do ano passado.

Colocam-se, entre outras, as seguintes razões para esta baixa realização relacionados com a cobrança do IVA nas operações internas:

- A proliferação do mercado informal que em grande medida diminui as vendas do sector formal;
- A crescente manobra de vendas sem a respectiva emissão de facturas por uma grande parte dos contribuintes no Mercado; e
- Algumas das grandes empresas tem vindo, sistematicamente, a reportar crédito devido à investimentos e grandes aquisições realizados no exercício em análise, tendo o IVA suportado absorvido o liquidado.

Nos Outros Impostos atingiu-se uma realização de 36,1% do objectivo anual fixado em 3.1945 milhões de MTn, tendo sido cobrado 1.153 milhões de MTn. A baixa realização teve influência do Imposto de Reconstrução Nacional cuja cobrança foi de 2,4 milhões de MTn.

As Receitas não Fiscais atingiram 469 milhões de MTn de um objectivo fixado em 1.101,0 milhões de MTn, o que representa 42,6% de realização.

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL – I SEMESTRE 2006

Comparativamente a igual período do ano passado as Receitas não Fiscais aumentaram 8,1% em termos reais.

Nas Receitas Consignadas o valor cobrado representa 29,8% do objectivo anual fixado em 570 milhões de MTn . Esta receita, em relação a igual período do ano passado, teve um decréscimo de 80,4%.

Nas Receitas Próprias, no período em análise foram cobrados 227 milhões de MTn, de uma meta fixada em 1.070 milhões de MTn . Esta cobrança representa cerca de 21,2% do objectivo anual. Em comparação com igual período do ano passado o valor cobrado representa um decréscimo de 1,2%.

De um objectivo anual fixado em 780,0 milhões de MTn de Receitas de Capital, foram cobrados 101,5 milhões de MTn no primeiro semestre, representando um grau de realização de 13,%. A receita cobrada representa um decréscimo real de 46,1%.

As Despesas correntes excluindo os encargos da dívida atingiram 11.253,0 milhões de MTn , o que representa uma taxa de realização semestral de 44,7%. Comprando com o I semestre de 2005, esta rubrica cresceu em média 6.8%. Este crescimento deve-se essencialmente as transferências com o pagamento da compensação aos regressados da Ex. RDA.

Despesa Corrente - 10⁶ MTn	Lei 2006	Exec. I Sem 05	Exec. I sem 06	Tx cresc. real	Tx de realiz.
Despesas c/ o Pessoal	13,345	5,134	5,993	1.4%	44.9%
Bens e Serviços	5,587	1,966	2,601	14.9%	46.6%
Encargos da Dívida	1,568	656	778	3.0%	49.6%
Transferencias Correntes	4,726	1,796	2,310	11.8%	48.9%
Subsídios	325	99	137	20.4%	42.2%
Outras Despesas Correntes	1,061	121	172	23.2%	16.2%
Exercícios Findos	10	0	2		19.5%
Despesas de Capital	112	38	37	-16.0%	32.9%
Total	26,735	9,810	12,031	6.5%	45.0%
Total Excl. Enc. Dívida	25,167	9,154	11,253	6.8%	44.7%

As Despesas com o Pessoal, com uma dotação orçamental anual de 13.345,0 milhões de MTn, tiveram uma realização de 44,9%, ou seja 5.993,0 milhões de MTn, que em termos reais não difere muito da realização do ano anterior, tendo registado um crescimento de apenas 1,4%.

A realização das despesas com Bens e Serviços atingiu 2.601,0 milhões de MTn, correspondentes a uma taxa de realização de 46,6% e a um crescimento de 14,9%.

Os Encargos da Dívida tiveram a maior taxa de realização, 49,6%, correspondente a 778 milhões de MTn . Esta cifra representa um crescimento de 3,0% relativamente ao I semestre de 2005.

As Transferências Correntes tiveram uma realização de 2.310 milhões de MTn, correspondente a 48,9% da dotação orçamental e a um crescimento de 11,8%. Neste agregado de despesa destacaram-se as Transferências ao Exterior com uma realização de 54,8% e as Transferências a Famílias com 48,6%.

As despesas com Subsídios a Preços e a Empresas, com uma realização de 137 milhões de MTn, registaram a taxa de realização de 42,2%, que corresponde a um crescimento de 20,4%.

As Outras Despesas Correntes tiveram uma realização de 16,2% da dotação orçamental, ou seja 172 milhões de MTn, valor que, no entanto, representa um crescimento de 23,2% em relação a igual período do ano transacto.

O nível de realização de 19,5%, ou seja, 2 milhões de MTn nos Exercícios Findos, explica-se pela observância das normas de execução orçamental pelos órgãos e instituições do Estado, o que evitou a transferência para 2006 de encargos assumidos nos exercícios anteriores.

A redução das Despesas de Capital, cuja realização foi de 37 milhões de MTn, equivalente a 32,9% da dotação orçamental e a uma diminuição de 16,0% em relação a 2005, explica-se pela tendência actual de concentração deste tipo de encargos na Despesa de Investimento.

A Despesa de Investimento fixada no Orçamento do Estado para o ano 2006 foi de 21.788 milhões de MTn, sendo 6.566 milhões de MTn na componente interna e 15.221 milhões de MTn na componente externa, entre créditos e donativos. O nível de execução das despesas de investimento no primeiro semestre de 2006 foi de 30,7% em termos globais. De realçar que em termos de financiamento, executou-se 2.590 milhões de MTn da componente interna e 4.104 milhões de MTn da componente externa, o que corresponde a 39,4% e 27% da programação anual, respectivamente.

Despesa de Investimento - 10 ⁹ MTn	Lei 2006	Exec I Sem 05	Exec I Sem 06	Tx cresc. real	Tx de realiz.
Financiamento Interno	6,566	1,611	2,590	39.6%	39.4%
Financiamento Externo	15,221	3,485	4,104	2.3%	27.0%
Donativos	10,395	2,131	2,573	4.9%	24.8%
Creditos	4,826	1,354	1,532	-1.7%	31.7%
Total	21,788	5,096	6,694	14.1%	30.7%

As tabelas a seguir apresentam o resumo da actividade financeira do Estado no I semestre.

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL – I SEMESTRE 2006

Quadro Orçamental - 10 ⁹ MTn	LEI	Exec.	Exec.	Tx cresc.	Tx de
	2006	I Sem 05	I Sem 06	real	realiz.
Receita Total	27,017	9,114	11,955	14.0%	44.2%
Despesa Corrente	26,735	9,810	12,031	6.5%	45.0%
Despesa de Investimento	21,788	5,096	6,694	14.1%	30.7%
Empréstimos Líquidos	4,358	580	531	-20.5%	12.2%
Despesa Total	48,523	14,907	18,725	9.1%	38.6%
Despesa Total incluindo Empréstimo Líquidos	52,881	15,487	19,256	8.0%	36.4%
saldo Corrente	282	-696	-76	-90.5%	-27.0%
Defice antes de Donativos	-25,864	-6,373	-7,301	-0.5%	28.2%
Donativos	16,757	2,131	2,573	4.9%	15.4%
Défice Global após Donativos	-9,107	-4,242	-4,728	-3.2%	51.9%
Créditos	8,175	1,025	1,065	-9.7%	13.0%
Desembolsos	9,107	1,354	1,532	-1.7%	16.8%
Amortizações	-932	-329	-467	23.3%	50.1%

Despesa dos Sectores Prioritários do PARPA

As despesas dos sectores prioritários do PARPA atingiram de Janeiro a Junho de 2006, o montante provisório de 11.098 milhões de MTn, correspondente a 61,8% da despesa total, excluindo os encargos da dívida.

Os níveis de realização alcançados nestes sectores representam 32,9% em relação ao programado (33.723 milhões de MTn).

Os sectores da educação e da saúde absorveram em conjunto 6.397 milhões de MTn , equivalente a 57,6% da despesa total realizada pelos sectores prioritários.

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL – I SEMESTRE 2006

Despesa dos Sectores/Instituições Prioritários

(Em Mil Milhões de Metcais)

Sectores/Instituições Prioritários	Funcionamento		Investimento		Despesa Total				
	Dotação	Realiz.	Dotação	Realiz.	Dotação	P	Realiz.	P	Taxa
Educação	6,491	3,019	3,881	507	10,372	20.5	3,526	19.6	34.0
Ensino Geral	5,399	2,563	3,508	450	8,907	17.6	3,013	16.8	33.8
Ensino Superior	1,092	456	372	57	1,465	2.9	513	2.9	35.0
Saúde	2,912	1,151	5,284	1,721	8,196	16.2	2,871	16.0	35.0
Sistema de Saúde	2,912	1,151	4,596	1,558	7,508	14.8	2,708	15.1	36.1
HIV/SIDA	0	0	687	163	687	1.4	163	0.9	23.7
Infraestruturas	402	147	8,024	2,013	8,426	16.6	2,160	12.0	25.6
Energia e Recursos Minerais	118	56	54	72	172	0.3	128	0.7	74.2
Estradas	0	0	5,406	1,486	5,406	10.7	1,486	8.3	27.5
Águas	17	3	2,483	416	2,500	4.9	419	2.3	16.8
Obras Públicas	267	88	80	39	348	0.7	128	0.7	36.7
Agricultura e Desenv. Rural	450	139	1,365	696	1,815	3.6	835	4.7	46.0
Boa Governação	3,174	1,371	1,217	156	4,391	8.7	1,527	8.5	34.8
Segurança/Ordem Pública	1,941	886	58	11	1,999	3.9	897	5.0	44.9
Administração Pública	256	103	1,049	107	1,305	2.6	210	1.2	16.1
Sistema Judicial	977	382	110	38	1,087	2.1	421	2.3	38.7
Outros Sectores Prioritários	381	157	142	20	523	1.0	177	1.0	33.9
Acção Social	253	101	89	13	343	0.7	114	0.6	33.2
Trabalho e Emprego	128	56	53	7	181	0.4	64	0.4	35.2
Total Sectores/Inst. Prior.	13,810	5,984	19,913	5,113	33,723	66.6	11,098	61.8	32.9
Restantes Sectores	11,357	5,268	5,534	1,581	16,891	33.4	6,849	38.2	40.5
Despesa Total Sem Enc. Dívida	25,167	11,252	25,447	6,694	50,615	100.0	17,946	100.0	35.5
Encargos da Dívida	1,568	778		0	1,568		778		49.6
Despesa Total	26,735	12,030	25,447	6,694	52,183		18,724		35.9

P=Repartição percentual da Despesa Total excluindo Encargos da Dívida.

Com vista a alcançar-se os resultados obtidos anteriormente, foram realizadas as seguintes acções de maior impacto:

Das acções desenvolvidas no I Semestre de 2006, destacam-se as seguintes:

- Campanhas de licenciamento dos contribuintes informais que operam nos mercados formais e informais;
- Continuação da atribuição do Número Único de Identificação Tributária (NUIT) aos contribuintes.
- Em expansão o novo sistema informático de cobrança de receitas (SICR - Sistema Interino de Cobrança de Receitas) com vista a melhoria da gestão e simplificação de procedimentos na prestação de serviços pela Administração Tributária aos contribuintes, para as Direcções das Áreas Fiscais que ainda não estavam abrangidas;
- Foi elaborada e apresentada aos órgãos competentes, com base nos novos classificadores orçamentais do SISTAFE, a Conta Geral do Estado relativa ao exercício económico de 2005.

- Foi descentralizada para o âmbito distrital a execução orçamental da Despesa de Investimento, em complemento da descentralização da execução da Despesa de Funcionamento, ocorrida no ano transacto.
- Foram efectuadas várias reuniões com os órgãos e instituições do Estado, com vista a divulgar instruções sobre a execução do Orçamento do Estado de 2006 e sobre a introdução do Metical da nova família.
- Foram actualizados os sistemas informáticos de salários e pensões, de modo a permitir a dupla indicação dos valores líquidos, bem como permitir a conversão do Metical em circulação para o Metical da nova família.

VII. QUESTÕES TRANSVERSAIS

VI.1 GÉNERO

Sobre a questão do Género, o objectivo principal é a promoção da igualdade e equidade à todos níveis, em particular nos domínios da vida política, económica, social e cultural, recorrendo à discriminação positiva sempre que se afigure necessária.

Como principais objectivos contidos no PES realça-se:

- A integração e implementação das questões de género nas políticas, programas e estratégias dos sectores;
- O reforço da participação das mulheres nos órgãos de tomada de decisão, a todos níveis;
- A realização de campanhas de educação cívica a vários níveis sobre direitos humanos da mulher; e
- A promoção da alfabetização e educação da mulher;

Assim, no âmbito da implementação das políticas de género foi:

- Aprovada pelo Governo a Política de Género e a respectiva Estratégia de Implementação;
- Implantados os Conselhos Provinciais para o Avanço da Mulher (CPAM) nas províncias de Cabo Delgado, Sofala e Maputo;
- Estabelecida uma percentagem mínima de 25% de trabalhadores do sexo feminino a contratar nas obras de estradas.
- Promovido o envolvimento da mulher à postos de chefia e direcção. A maior representatividade regista-se ao nível dos Deputados da Assembleia da República, com um total de 90 mulheres (36%), contra 69 na Legislatura passada, representando um acréscimo de 30%. Ao nível

- dos Membros do Governo temos 6 mulheres Ministras, o que corresponde a 23% do total; e
- Criadas 25 novas secções de atendimento à violência doméstica, passando de 106 para 131 secções em funcionamento em todo o país, ou seja, um aumento de 23%, o que representa a realização em 47% da meta de 53 secções previstas.

No âmbito da capacitação humana foram:

- Capacitadas, em matérias de “Género e Liderança”, 50 mulheres na Província de Sofala e 4 associações femininas em Manica;
- Realizados três cursos sobre a “Planificação, Monitoria e Avaliação e Gestão de Projectos” para 4 associações beneficiando 80 mulheres na Província de Manica;
- Formadas 20 mulheres em gestão de pequenos negócios em Inhaca (Cidade de Maputo);
- Realizada em Maputo, a 1ª Reunião sobre a Mulher e Desenvolvimento na África Sub-sahariana;
- Realizadas acções de sensibilização às raparigas sobre a importância do ingresso no ensino com a idade oficial de 6 anos de idade;
- Beneficiadas 6.288 mulheres em todo o país, com a implementação de 697 projectos de geração de rendimentos.
- Capacitado o pessoal da saúde em matéria de “Género, HIV/SIDA e violência doméstica”;
- Iniciado o desenho do programa de inclusão do homem nos serviços de saúde reprodutiva e reiniciado o programa de inclusão da abordagem de género nos cuidados de saúde primários nos distritos de Mocuba e Morrumbala.

VI.2 HIV-SIDA

No âmbito da Resposta Nacional à emergência do HIV/SIDA, as acções realizadas concentraram-se nas 6 áreas fundamentais da implementação do PEN II, nomeadamente, Prevenção, Estigma e discriminação, Tratamento, Mitigação das Consequências e Investigação e Coodenação da Resposta Nacional.

Prevenção

A prevenção continua a constituir aposta do Governo na sua estratégia para conter o alastramento HIV/SIDA através de novas infecções, sobretudo nos jovens e nas mulheres tendo sido:

- Prosseguida a implementação de programas sobre saúde sexual e reprodutiva para adolescentes e jovens, efectuada pelo programa

Geração BIZ (MEC, MJD e MISAU) em todas províncias, com excepção de Nampula e Sofala;

- Produzidos com o suporte do CNCS, cerca de 41.597 materiais constituídos de cartazes, brochuras, folhetos e equipamento audiovisual para acções de Informação, Educação e Comunicação (IEC) sobre os perigos da multiplicidade de parceiros sexuais, adequadas aos diferentes grupos populacionais;
- Distribuídos sob responsabilidade do SE-CNCS cerca de 3 milhões de preservativos. De referir que estes dados não incluem os circuitos de comercialização social (PSI-Jeito) e o sector privado;
- Realizadas a nível central, campanhas de divulgação da utilização do preservativo feminino, coordenadas pelo CNCS, MISAU, USAID e PSI Jeito, nas quais participaram organizações e associações femininas, Ministério do Interior, Ministério da Defesa Nacional, Ministério da Mulher e Acção Social, e organizações da sociedade civil;
- Divulgada informação sobre a transmissão do HIV e suas consequências a cerca de 2,000 famílias. Mais de 1,000 mulheres estiveram envolvidas em projectos de geração de rendimento, com vista a redução da vulnerabilidade da mulher face à infecção pelo vírus do HIV;
- Acompanhado o movimento global de reflexão sobre o HIV/SIDA integrado na Iniciativa Presidencial de Combate ao HIV/SIDA envolvendo as lideranças nacionais, provinciais e locais;
- Promovida a criação de 17 novos gabinetes dos Serviços de Amigos de Adolescentes e Jovens (SAAJ) fora das unidades sanitárias, nas províncias de Maputo (3), Gaza (2), Inhambane (2) e Cidade de Maputo (10). No seu conjunto os SAAJ atenderam cerca de 110.000 adolescentes e jovens em todo o país; e
- Continuado, através dos acordos celebrados em 2005, o apoio aos órgãos de comunicação social (radiofónicos e televisivos) com o objectivo principal de assegurar a produção e divulgação em línguas nacionais de informação sobre as variadas facetas da epidemia nos diversos pontos do País.

Estigma e discriminação

Visando reduzir o estigma e discriminação da revelação pública de Pessoas Vivendo com o HIV/SIDA (PVHS), foi:

- Garantida a implantação e funcionamento dos GATVs em todas as províncias de Moçambique.
- Elaborada e submetida para análise e parecer técnico a proposta de regulamentação da Lei 5/2002 no âmbito da revisão da Lei 5/2002 sobre a protecção do Trabalhador seropositivo no local do trabalho

- em curso na Saúde a preparação de guiões e manuais para o arranque da implantação de ATS (Atendimento e Testagem em Saúde), uma nova abordagem dos actuais GATV's, que visa reduzir o problema de estigmatização ao oferecer um atendimento mais integral aos seus utentes.

Tratamento

O tratamento constitui uma componente importante para evitar a transmissão de novas ITS, por um lado e para a melhoria, por outro, da qualidade de vida dos doentes tendo sido:

- Diagnosticados 410.577 casos de ITS, cerca de 42,8% da meta de 958.410 prevista até ao final do ano, no âmbito diagnóstico e tratamento de infecções de transmissão sexual.
- Submetidas 27,099 pessoas, das quais 2.300 crianças, ao tratamento anti-retroviral (TARV), ou seja, 67,7% das 40.000 pessoas previstas para o ano em curso, estando em funcionamento em todo o país 49 locais de tratamento anti retroviral, graças a abertura e apetrechamento de mais 14 novos locais.

Mitigação de consequências

Com vista a mitigar as consequências do HIV/SIDA junto das comunidades, destaca-se foram realizadas as seguintes acções:

- Capacitação de cerca de 75% dos agentes implementadores (incluindo as organizações femininas, associações comunitárias e de PVHS) identificados como potenciais na elaboração de projectos de geração de rendimentos
- Realizado o mapeamento pelos Núcleos Provinciais de Combate ao HIV/SIDA e disponibilizada informação sobre a localização de projectos, as organizações, as áreas de intervenção e a população coberta ao nível da zona Centro, declarada prioritária nas acções de combate ao HIV/SIDA visto que as previsões mostram uma tendência crescente da mortalidade, orfandade, morbilidade e absentismo nos locais de produção de rendimentos

Investigação

Nesta área foi continuado o apoio técnico ao Instituto Nacional de Saúde na revisão dos questionários, definição da amostra e, no geral, em todas as acções relacionadas com a preparação do Inquérito Nacional para o estudo de "Prevalência, Riscos Comportamentais em relação ao HIV/SIDA" e cancelada a pesquisa de aderência a anti-retrovirais no país, realizada sob tutela da Faculdade de Medicina

Coordenação e gestão da resposta nacional

Com vista a garantir a integração dos programas de HIV/SIDA no ciclo de planificação distrital e gestão dos programas de desenvolvimento, foi feita, em todas as províncias, a mobilização distrital com vista ao estabelecimento das Comissões Distritais de Combate ao HIV/SIDA.

Foi ainda aprovado e disseminado para os diferentes sectores o Sistema Unificado de M&A, com a integração de todos os indicadores sectoriais, estando em curso a elaboração da estratégia de operacionalização da Estratégia de Comunicação aprovada em Março último.

Resposta sectorial ao HIV/SIDA

Como forma de dar resposta à Emergência Nacional do HIV/SIDA através da implementação do PEN II, decorrem várias acções de prevenção e combate ao HIV/SIDA no seio dos funcionários do sector público, suas famílias e comunidades beneficiárias dos seus serviços, sendo de destacar as seguintes:

- fortalecimento na área de Educação das acções de prevenção e combate ao HIV/SIDA dentro e fora do sector com destaque, para o teste ao nível das províncias do modelo para a recolha de dados, no âmbito da prevenção e combate ao HIV/SIDA no local do trabalho e para a elaboração do sistema de Monitoria e Avaliação dentro do sector;
- expandidos para novos distritos os programas da Geração BIZ nas 9 províncias do país, excepto Manica e Sofala e expandido o programa “Gerindo a Escola no Contexto do HIV/SIDA” para os distritos de Inhambane, Sofala e Nampula sobre educação sexual dos jovens e adolescentes;
- prosseguida a formação dos professores na Zambézia e formadores do IMAP em Montepuez sobre o “Pacote de Habilidades para a Vida” e expandido o programa Angónia o programa radiofónico “Mundos sem Segredos”, direccionados às crianças de 8 a 15 anos (Janela de Esperança);
- em curso na área de docência a contratação de uma consultoria para a adaptação do manual para a produção de módulos para formação de professores e está em curso a integração dos conteúdos de Saúde Sexual e Reprodutiva e HIV/SIDA no Curriculum do Ensino Secundário Geral.
- registadas 11.700 crianças em Sofala e Tete e iniciado o diálogo entre a Sociedade Civil na identificação de parcerias de modo a garantir o acesso das crianças órfãs e vulneráveis à educação.
- formados 2.589 Educadores de Pares nas províncias de Sofala e Manica pelo Programa “Meu Futuro é Minha Escolha” e expandido o Programa “GERAÇÃO BIZ” para as Províncias de Niassa e Inhambane, cobrindo

- actualmente 8 províncias, o que resultou na formação/capacitação de 2.660 activistas, criação de 74 Cantos de Aconselhamentos e sensibilização de 4.290 líderes juvenis e comunitários no âmbito do Programa de Saúde Sexual e Reprodutiva e HIV/SIDA para Adolescentes e Jovens.
- Realizada na área Acção Social a sensibilização sobre a prevenção e combate ao HIV/SIDA nas províncias envolvendo pessoas portadoras de deficiência, seus familiares e público em geral
 - Realizadas campanhas de sensibilização das comunidades junto das comunidades dos Antigos Combatentes nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala e Zambézia e está em curso a preparação do Plano Sectorial de Combate ao HIV/SIDA.
 - Elaborado o Plano Estratégico do HIV/SIDA do sector da Agricultura
 - Internalizados na área da Defesa os cuidados de saúde nomeadamente, testagem voluntária e tratamento antiretroviral no seio dos militares e das comunidades vizinhas, mediante expansão de GATV's e Hospitais Dia
 - Elaborado ao nível do MAE o Plano de Acção para a implementação do Plano Estratégico de Prevenção e Combate ao HIV/SIDA do sector, incluindo nos municípios
 - Assinado entre o Ministério dos Negócios e Cooperação e o CNCS o memorando de entendimento visando a disponibilização de fundos para a implementação do plano de actividades anuais de prevenção e combate ao HIV/SIDA no sector
 - Implementadas na área de estradas acções de prevenção e combate ao HIV/SIDA no seio dos trabalhadores, e está em curso a elaboração da estratégia de Comunicação em HIV/SIDA e da pesquisa sobre o estigma no local de trabalho.
 - Realizada na área das Pescas a sensibilização para a prevenção, mediante uso correcto do preservativo e contra a discriminação no seio das famílias das comunidades pesqueiras com recurso às associações e extensionistas.
 - Iniciada a divulgação no seio dos funcionários da área do Turismo o respectivo Plano Sectorial sobre HIV/SIDA, incluindo da Lei 5/2002 sobre a protecção dos trabalhadores infectados pelo HIV/SIDA; e
 - realizadas palestras para 70 funcionários da área do Ambiente sobre prevenção e mitigação do HIV/SIDA, tendo sido prestado apoio em cabaz básico de alimentação a 4 funcionários daquele sector.

VI.3 MEIO AMBIENTE

De modo a garantir a integração do ambiente nos diversos sectores e áreas de actividade foram realizadas as seguintes actividades:

- em curso o fortalecimento da coordenação ambiental através da criação de unidades ambientais nos sectores e reforço das unidades ambientais já estabelecidas nos sectores, e da melhoria da sua coordenação com o sector do Ambiente de modo a assegurar a implementação do PARPA II;
- realizada a III reunião de educadores ambientais e encontros do Grupo de Reflexão no âmbito de estabelecimento de fóruns de consulta com a Sociedade Civil, sector privado, outros parceiros do Governo e Parceiros de Cooperação, visando a melhoria da gestão ambiental;
- em curso na Maganja da Costa, Nicoadala, Gúruè, Madal e Marromeu projectos demonstrativos da ligação entre ambiente e pobreza; e
- realizadas 62 inspecções sendo 28 Maputo, 6 em Gaza, 7 em Manica, 8 em Tete 8, 1 na Zambesia, 4 em Cabo-Delgado e outros locais visando assegurar a observância dos planos de gestão ambiental e outras disposições pertinentes ao ambiente.

Resposta sectorial em acções do ambiente

A integração sectorial das questões ambientais tem vindo a registar progressos, tanto na gestão dos recursos naturais como na redução do impacto ambiental das diversas actividades sócio-económicas.

Na gestão dos recursos naturais

Nesta componente destacam-se as seguintes acções:

- realização pelo sector da Agricultura de sensibilização da população para o uso racional dos produtos florestais e faunísticos, incluindo a divulgação da Lei de Florestas e Fauna Bravia às comunidades, tendo para efeito concedido licenças de exploração de madeira, estacas, lenha e carvão, melhorada a fiscalização e aplicadas multas aos infractores. As Províncias de Maputo, Gaza e Inhambane (Região Sul) e no Sofala e Tete (Região Centro) apresentam maior número de licenças de exploração o que mostra uma maior demanda destes recursos tanto para a produção de combustível fóssil e para materiais de construção;
- prosseguimento na componente de gestão de terras a autorização de pedidos para a concessão dos Direitos de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT), na sua maioria na Região Sul (Maputo, Gaza e Inhambane), o que espelha a demanda pela terra, incluindo da segurança de posse para actividades económicas, com destaque para o turismo e agro-pecuária;
- apoiadas pelo sector do Turismo e Governos locais as comunidades residentes junto dos Parques e Reservas Nacionais (Gorongosa,

- Bazaruto, Reserva Especial de Maputo, Coutada Nº 9) na criação de comités de gestão dos 20% das receitas estabelecidas no Diploma Legal como forma de incentivar a participação das populações locais na conservação dos recursos florestais e faunísticos;
- em curso no MAE a revisão do Projecto de Lei sobre Ordenamento Territorial e gestão dos solos urbanos e autárquicos, acções integradas no reforço ao processo descentralização e desconcentração em curso no país;
 - identificado no sector das Pescas o consultor internacional para a elaboração do Plano Nacional de Acção (PNA) de combate a pesca ilegal (IUU); e

Redução do impacto ambiental das actividades sócio-económicas

As actividades de destaque nesta componente são:

- proseguido na Agricultura, componente de terras, a formação sobre maneiço de pesticidas, incluindo a eliminação dos pesticidas obsoletos;
- em curso na área da Defesa a identificação de novos espaços para a realocação dos paióis militares actualmente próximos das zonas residenciais e a sua reconversão em espaços públicos e de preservação das espécies florestais e faunísticas neles existentes;
- introduzida na área de estradas a componente ambiental como cláusula nos contratos para a construção de estradas e realizados os Estudos do Impacto Ambiental dos projectos de construção de estradas e pontes;
- prosseguida a expansão do abastecimento de água às zonas rurais, com a construção/reabilitação de furos e poços protegidos e pequenos sistemas de abastecimento de água para as vilas e sedes dos distritos e saneamento rural, incluindo nas escolas da Província da Zambézia com a construção de latrina melhoradas, visando reduzir a ocorrência de doenças causadas pelo deficiente saneamento e consumo de água não potável pelas populações;
- divulgados em 3 distritos da Província de Inhambane, os projectos “standard” de uso de petróleo no âmbito do Projecto de Expansão do uso do Petróleo de Iluminação para as zonas rurais;
- em curso na área das Pescas o projecto piloto de introdução da contabilidade ambiental e elaborado o relatório sobre os dados ambientais da Albufeira de Cahora Bassa e sua relação com as pescarias deste sistema, sobretudo no Banco de Sofala;
- iniciado na área dos Recursos Minerais o treinamento dos mineiros artesanais (garimpeiros), sobre o uso correcto do mercúrio na extracção de ouro e reforçada a capacidade de monitoria da actividade mineira e

gestão ambiental nos distritos das províncias de Manica, Tete, Zambézia e Nampula;

- em curso área de Hidrocarbonetos os Estudos de Impacto Ambiental das pesquisas de petróleo nas bacias do Zambeze e Rovuma;
- reforçadas na área do Turismo, as medidas de controlo das actividades turísticas, sobretudo na zona costeira, com destaque para as construções ilegais em áreas ecologicamente sensíveis e nas áreas de conservação, nomeadamente, Parques Nacionais e Reservas;
- elaborada no âmbito da Saúde ambiental a Estratégia sobre a Água e Saneamento; formados Líderes Comunitários em prevenção da cólera nas províncias de Sofala e Zambézia e produzida uma ficha/questionário sobre o saneamento do meio que servirá de base para a elaboração de normas/directrizes sobre o saneamento do meio;
- realizadas no âmbito da saúde pública inspecções a empresas do ramo alimentar incluindo as de engarrafamento de águas, tendo sido interrompidas as actividades de algumas empresas que não observam as condições higiénicas e sanitárias mínimas;
- realizado em conjunto com o sector do Ambiente o trabalho de remoção de insecticidas obsoletos que se encontravam armazenados no Centro de Abastecimento do Ministério da Saúde; e
- realizados na área dos Recursos Minerais os trabalhos para determinação da qualidade das águas subterrâneas em alguns bairros populosos da Cidade de Maputo.

VI.4 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Em termos gerais, durante o primeiro semestre do ano em curso, o estado nutricional da população continuou a merecer atenção especial pois, os dois indicadores de vigilância nutricional indicam um ligeiro crescimento, comparativamente ao igual período do ano transacto. Com efeito, a taxa de baixo peso à nascença cresceu de 10.5% para 11.8% enquanto a taxa de crescimento insuficiente passou de 5.7% para 6.2%.

Para inverster esta situação, está em implementação no sector da saúde, o pacote nutricional básico em todas as unidades sanitárias do país, com vista a promover o estado nutricional da população incluindo a prevenção e tratamento das carências e deficiências em micro nutrientes e de outras doenças nutricionais, em particular nas crianças e mulheres grávidas e iniciado o processo de aquisição de cápsulas de Iodo para a suplementação de crianças e das mulheres em idade fértil.

Em seguida analisa-se as 3 dimensões que garantem a Segurança Alimentar e Nutricional na população: produção, acesso e distribuição de alimentos.

Disponibilidade de alimentos

Na Agricultura, na produção de alimentos de base, salienta-se a disponibilidade de 2.1 milhões de toneladas de cereais, um aumento de 10% em relação a 1,9 milhões de toneladas produzidas na campanha passada. A produção de leguminosas atingiu 365.000 toneladas, o que representa um crescimento de 9,6% em comparação com a campanha passada enquanto a da mandioca é estimada em cerca de 7,6 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 14% em comparação com a campanha passada.

Ao nível dos produtos pecuários, foi atingida uma produção total de 5,377.7 toneladas de carnes de vaca, porco e frango representado um aumento de 13.2% face às 4,751.2 toneladas produzidas em igual período do ano passado. Foram ainda produzidos cerca de 723,735 litros de leite e 761,180 dúzias de ovos de consumo, contra 648,331 dúzias e 861,974 litros de leite produzidos o ano passado.

Na área das Pescas, foram produzidas 26. 184 toneladas das quais 15.063 do sector artesanal contra um total de 29.117 produzidas em igual período do ano passado, das quais 15.088 no sector artesanal. Neste último sector é predominante a produção de peixe e camarão, espécies importantes na dieta das populações.

Em termos sectoriais há destaque para:

- Produção de hortofrutícolas, caprinos, patos e suínos pelo Sector da Defesa em Chokwé, Angónia, Chitima, Montepuéz e Nampula;
- reactivação no sector da Educação da produção agro-pecuária nas escolas técnicas e internatos de Gaza, Inhambane e Manica, num programa apoiado pela FAO; e
- financiamento pelo sector do Antigos Combatentes de diversos projectos de apoio nutricional e de fomento pecuário no distrito de Chókwe.

Acesso a alimentos

O acesso aos alimentos é garantido pelo circuito de comercialização e abastecimento aliado aos preços praticados junto aos consumidores.

A comercialização atingiu cerca de 252.417 tons de produtos diversos, das quais 62.882 tons são de castanha de caju, o que representa um crescimento de 8,6% em relação a igual período do ano transacto. O milho, castanha de cajú, feijão e mandioca constituem os produtos mais comercializados. Apesar de a produção de cereais ter melhorado nesta campanha, as províncias da zona sul continuam com grande défice, sendo a disponibilidade de alimentos garantida pelos fluxos de produtos agrícolas dos mercados no sentido Norte/Centro e Sul que para além das empresas Export Marketing, V&M, DECA que operam sobretudo nas províncias excedentárias de Manica, Tete, Zambézia Niassa, Nampula e Cabo Delgado, desempenharam papel preponderante os comerciantes ambulantes na

compra e colocação de produtos agrícolas no mercado, com maior ênfase do centro para as províncias da zona sul do país.

Em termos de abastecimento mercado nacional registou disponibilidade de produtos do desempenho dos produtores e dos comerciantes na produção, importação e distribuição. As indústrias nacionais continuaram a abastecer normalmente o mercado interno de acordo com as necessidades de consumo das populações, em óleo alimentar, açúcar, sabão, farinha de milho e farinha de trigo. O país continuou ainda sob dependência externa em relação ao trigo e arroz, com particular destaque para o trigo, que é totalmente importado.

Embora tenha se observado estabilidade de oferta em todas as regiões do País, registou-se instabilidade dos preços de alguns produtos nomeadamente arroz, açúcar amarelo e farinha de trigo, facto que poderá ter afectado a capacidade de compra, sobretudo das populações pobres rurais.

A melhoria do circuito de comercialização e de abastecimento dos produtos sobretudo para as zonas rurais foi dinamizado pela relativa melhoria das condições de transitabilidade das estradas, em particular as terciárias e vicinais e da progressiva melhoria nas estradas regionais que fazem a ligação entre as três regiões Norte-Centro-Sul.

Distribuição de alimentos

Para colmatar as carências alimentares o sector da Mulher e Acção Social assistiu em todo o país 86.725 pessoas no âmbito do Programa de Subsídio de Alimentos. Do mesmo modo, o INGC e seus parceiros nacionais e internacionais, estiveram envolvidos na distribuição de alimentos para as pessoas vítimas da seca e fome, sobretudo das regiões Sul e Centro do país.

VI.5 CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O aspecto importante da Ciência e Tecnologia como transversal é a utilização dos seus resultados, por todos os sectores da sociedade como instrumento dinamizador do desenvolvimento sócio-económico e de combate à pobreza, sobretudo nas comunidades rurais.

Nestes termos, durante o período em análise, foram realizadas ao nível sectorial as seguintes actividades:

- introduzidas na Agricultura novas tecnologias de produção, designadamente, agricultura de conservação e pequenos sistemas de regadio;
- em curso a implementação do Projecto de construção a baixo custo em Boane para a produção de blocos e outros materiais;
- Construídos fornos melhorados em Sofala para a produção de fogões melhorados, actividade iniciada na Província de Maputo no âmbito da diversificação de fontes de energia com base na biomassa;

- em curso na área das Comunicações a implementação da segunda fase do sistema Via Satélite a partir de Boane, visando estender a cobertura da rede de comunicações para 39 distritos de todas as províncias, excepto Maputo, nas componentes de telefone sem fio (todas as capitais provinciais e alguns distritos), telecomunicações rurais (Gaza), fibra óptica (troços Dondo-Caia, Quelimane-Mocuba e Nampula-Cuamba), e concluída a expansão da telefonia móvel para os distritos de Angoche, Malema, Cuamba e Gúrué;
- Criado na área de Energia, um grupo de trabalho sobre bio-combustíveis; iniciadas as actividades do projecto de Introdução de Tecnologia de Biogás e lançado o concurso para a electrificação de 100 escolas e 100 centros de saúde através de painéis solares nas províncias da Zambézia e Nampula, no âmbito da utilização de Energias Renováveis;
- Adquirido, no domínio da Meteorologia, um sistema automático de produção e disseminação de previsões meteorológicas para os utilizadores, incluindo a utilização da Internet e Tecnologia via satélite em Govuro e Pebane no âmbito do projecto 'RANET'; e
- operacionalizada no domínio da investigação na área da Saúde a Política de Medicina Tradicional, incluindo intercâmbio com a China, com vista a valorização da medicina tradicional e sua utilização pelos cidadãos em condições de maior segurança e qualidade; e instalado o Laboratório de Microbiologia no âmbito do ensaio clínico do produto cubano candidato à vacina da cólera.

VI.6 DESENVOLVIMENTO RURAL

Do reconhecimento da transversalidade das acções para promoção do desenvolvimento rural, esforços foram envidados ao nível sectorial tendo culminado com a realização das seguintes acções:

Infraestruturas sociais e produtivas

- Construídas em todo o país diversas infraestruturas rurais no âmbito dos projectos comunitários beneficiando a cerca de 25 mil famílias;
- construídas pelo sector das Pescas diversas unidades sanitárias, escolas, mercados, fontes de água e reabilitação de estradas nas províncias das regiões Centro e Norte do país; e
- prosseguidas acções de construção e/ou reabilitação de sistemas de regadio nas Províncias de Maputo, Gaza, Sofala, Manica e Zambézia com vista a incrementar a produção agrícola nos perímetros irrigados.
- iniciado processo de implementação do Projecto de Electrificação Rural a Baixo Custo, a cargo da FUNAE e EDM-E.P.

Acumulação rural

- Continuada a aposta na diversificação e aumento da produção e venda de culturas de rendimento como castanha de caju, algodão, tabaco, girassol;
- melhorada substancialmente a comercialização agrícola interna nas províncias excedentárias do centro e norte do país, com a participação de novas empresas no circuito e incrementado o fluxo de produtos entre as 3 regiões do país;
- melhorados os preços de compra dos produtos agrícolas no produtor;
- elevada a produção de aquacultura e reforçada a capacidade de processamento de pescado na província de Nampula através do treinamento e aumento do número de extensionistas; e
- prosseguida a formação para emprego e auto-emprego, incluindo de pequenos e médios empresários, acções a serem fortalecidas com a reabilitação em curso dos Centros de Formação Profissional de Pemba, Quelimane, Vilankulos e Maputo. Contudo, nas acções de formação ainda há maior presença de homens que mulheres, o que mostra, em parte, menor aderência ou acesso das mulheres às actividades do INEPF.

Crédito e Finanças Rurais

Foram continuados os esforços visando garantir acesso ao crédito para as diversas actividades produtivas nas zonas rurais através de diversas instituições e fundos a operar no país, sendo de realçar:

- A concessão de fundos para apoio à comercialização agrícola através da AMODER e a GAPI e o Projecto Malonda, este último a operar em Niassa;
- O prosseguimento do financiamento ao comércio rural através dos fundos do FARE;
- em curso a implementação do sistema de crédito aos agricultores e desenvolvimento agrícola;
- o financiamento com os fundos do FUTUR dos projectos de micro-créditos a estabelecimentos hoteleiros das Províncias de Maputo, Sofala, Inhambane e Niassa; e
- a concessão de crédito formal para pequenas e médias empresas das províncias da Zambézia, Nampula e Sofala através do Fundo das Pescas.

VI.7 REDUÇÃO DO IMPACTO DAS CALAMIDADES

No âmbito da implementação do Plano Nacional de Contingência às Calamidades foram prosseguidas acções sectoriais que contribuem para a prevenção, resposta e mitigação das calamidades.

No âmbito de prevenção e aviso prévio

- em curso o melhoramento da Gestão dos Recursos Hídricos através da reabilitação das Estações Hidrométricas e Pluviométricas e a finalização do processo de instalação das ARA Centro-Norte e ARA Norte para prevenir ou garantir o aviso prévio sobre risco de inundações;
- em curso as obras de reabilitação das barragens de Massingir e Macarretane e projectos executivos para a construção de pequenas barragens e represas visando aumentar a disponibilidade de água, sobretudo para irrigação em áreas de regadio e minimizar a ocorrência da seca no país;
- em curso na área de Minas a melhoria da capacidade de previsão e monitoria dos sismos com a reabilitação das estações sismográficas em Maputo e Niassa e a distribuição em todas as províncias de uma brochura para educação cívica sobre sismos; e
- iniciado o reassentamento das populações residentes no interior do Parque Nacional do Limpopo com vista a mitigar os efeitos do conflito Homem-Animal;

Resposta e mitigação das calamidades

- Preparada e formada na área da Defesa uma Companhia Especial e em fase avançada a criação de uma Força de Defesa Civil visando o socorro e assistência às populações em situações de emergência e de calamidades naturais;
- prosseguida na área Acção Social a assistência às famílias vítimas de calamidades, incluindo populações (idosos, crianças e mulheres) mal nutridas.
- Proseguidas na Agricultura as acções de fomento, em todo o país, de culturas tolerantes a seca (batata doce, mandioca, ananás) e de distribuição de sementes de milho, arroz, amendoim, batata-reno e hortícolas.

VI.8 DESMINAGEM

No cumprimento dos objectivos contidos no PES 2006, foi prosseguida a implementação do Programa de Acção sobre Minas em Moçambique, o qual visa a redução do impacto da presença de minas anti-pessoal nas comunidades afectadas que tem vindo a provocar mutilações e perdas de vidas humanas.

As acções a realizar no contexto do PES circunscrevem-se em 3 domínios principais:

- Prossecução da meta preconizada na Convenção de Ottawa, no sentido de o país concluir até 2009 o processo de desminagem;
- Promoção da criação de capacidade nacional de desminagem; e
- Cooperação no âmbito dos esforços internacionais de universalização da Convenção.

No âmbito da desminagem de objectos económicos e sociais

- Em curso trabalhos de desminagem nas Províncias de Manica, Sofala (no troço da estrada Maringue-Gumbalatsai-Sena), Maputo (na zona de Tinonganine) e Gaza (Distrito de Chokwe), a cargo das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), e a finalização do plano para o desenvolvimento de actividades similares na Província de Tete;
- Concluídos os trabalhos de desminagem no âmbito do projecto de expansão da rede de energia eléctrica para os distritos de Morrumbene e Massinga em Inhambane

No âmbito da Educação cívica sobre o Perigo de minas

- Treinados 8 formadores em matéria de educação cívica sobre o perigo de minas, os quais irão formar agentes de educação cívica nas províncias de Inhambane, Sofala e Manica;
- Realizadas palestras de sensibilização em três distritos da província de Inhambane que abrangeram cerca de 2.300 pessoas, dois distritos da província de Sofala, beneficiando pouco mais de 12.800 pessoas, e em três distritos da província de Tete, para mais de 3.400 pessoas, entre professores, estudantes e comunidade em geral;
- Formados 2 Comités de Minas no distrito de Manica;
- Distribuído material de propaganda e de sensibilização sobre o perigo de minas em escolas de quatro distritos da província da Zambézia, cinco distritos de Nampula, um de Cabo Delgado, e a todas administrações distritais da província de Niassa.

No âmbito capacitação Nacional de desminagem e cooperação nos esforços internacionais para erradicação de minas anti-pessoal:

- Capacitados dez (10) técnicos do sector de operações no uso de detectores de metais;
- Participação de um (1) técnico no seminário sobre métodos e técnicas de desminagem, em Genebra;

- Formado um pelotão de desminagem para integrar a Força Africana em Alerta, como contributo de Moçambique ao Programa Força SADC-BRIG (Batalhão de Manutenção de Paz).

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL – I SEMESTRE 2006

ANEXO 1 – MATRIZ REDUZIDA DE INDICADORES PRINCIPAIS

Programa Governo – PARPA			Prioridades		Indicadores	No.	Metas alcançadas	Metas Anuais
Objectivos Estratégicos	Áreas	Sub-áreas	Objectivos	Ações realizadas			1 semestre	2006
Redução da pobreza através da orientação privilegiada dos serviços públicos para as populações mais carentes	Educação	Ensino Primário	Escolarização universal - Aumento do acesso e redução das desistências - Melhoria da qualidade - Redução das disparidades de género	Aprovar, implementar e avaliar o Plano Estratégico 2005-2009 - Implementar o programa de construção de escolas a baixo custo - Implementar a estratégia de formação de professores considerando o novo currículo - Aprovar e implementar a estratégia a género	Taxa líquida de escolarização EP (1+2) - Total	1a	87.2%	85%
					Taxa líquida de escolarização EP (1+2) - Meninas	1b	83.8%	82%
					Taxa de conclusão EP2 - Total	2a	33.7%	34% (2005)
					Taxa de conclusão EP2 - Meninas	2b	27.2%	28% (2005)
	Saúde	Materno-Infantil	Redução mortalidade materna	Aumentar a oferta de cuidados obstétricos	Taxa de cobertura de partos institucionais	3	21.40%	51%
					Redução mortalidade Infantil	Aumentar a cobertura do Programa Alargado de Vacinações	Taxa de cobertura <1 ano DPT3 e HB	4
			Aumentar o acesso aos serviços básicos de saúde	Expandir o acesso ao tratamento de qualidade para as doenças transmissíveis e não transmissíveis	Índice de utilização: consultas profissionais externas/habitante	5	0.6	0.94
	HIV-SIDA	Prevenção	Reduzir o número de novas infecções de HIV	Expandir o acesso à prevenção da transmissão vertical	Percentagem (e número) de mulheres grávidas HIV+ que recebem tratamento de profilaxia completa nos últimos 12 meses para reduzir o risco de transmissão vertical de mãe para a criança.	6	15.6% (25000)	10% (16,000)

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL – I SEMESTRE 2006

Programa Governo – PARPA			Prioridades		Indicadores	No.	Metas alcançadas	Metas Anuais
Objectivos Estratégicos	Áreas	Sub-áreas	Objectivos	Acções realizadas			1 semestre	2006
		Cuidados clínicos	Melhorar os cuidados clínicos para as pessoas vivendo com HIV	Expandir o acesso à terapia anti-retroviral	Percentagem (e número) de pessoas com infecção HIV avançada que recebem o TARV (terapia anti-retroviral) combinado segundo os protocolos nacionais (desagregados por sexo e por grupos etários (0-14, 15-24, 25 e + anos)).	7	10.1% (27,000)	15% (40,000)
		Mitigação do impacto	Melhorar a qualidade de vida das pessoas afectadas pelo HIV/SIDA	Reforçar os cuidados e apoios comunitários e domiciliários a crianças órfãs e vulneráveis	Percentagem de COV's abrangidos pelo <i>Plano Nacional de Acção para as COVs</i> , sem acesso a serviços básicos em 2005, com acesso a pelo menos três serviços básicos nos 12 meses anteriores (desagregados por sexo e por distrito).	8		5%
Redução da pobreza através da orientação privilegiada dos serviços públicos para as populações mais carentes	Infra-estruturas	Estradas	Melhorar a transitabilidade das estradas	Reabilitar e manter a rede de estradas	% da rede de estradas em boas e razoáveis condições	9		75%
		Água	Aumento do acesso	Abrir poços, estabelecer novas ligações	% População com acesso à água potável	10		42%
		Saneamento	Aumento do acesso	Latrinas melhoradas, fossas sépticas	% População com acesso a serviço de saneamento	11		37%
		Energia	Aumento do acesso à electricidade (todas as fontes de energia)	Novas ligações	Numero de novas ligações	12	20,287	30,000
	Género		Igualdade de Género	Promoção de direitos e oportunidades entre homens e mulheres e integração das questões de género nas políticas, planos e intervenções de combate a pobreza.	Aprovação e implementação da política do Género e a Estratégia de Implementação (PGEI)	13	Aprovada a PGEI	Aprovação e iniciação de implementação

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL – I SEMESTRE 2006

Programa Governo – PARPA			Prioridades		Indicadores	No.	Metas alcançadas	
Objectivos Estratégicos	Áreas	Sub-áreas	Objectivos	Acções realizadas			1 semestre	2006
Promoção do desenvolvimento económico, com prioridade para as zonas rurais e a redução dos desequilíbrios regionais	Agricultura e desenvolvimento rural	Serviços Agrários	Promoção da produção agrícola	Aumentar a abrangência dos serviços de Extensão Agrária	% explorações agrárias assistidas que adoptaram pelo menos uma nova tecnologia durante os 12 meses anteriores	14		30%
				Melhorar a cobertura dos serviços de sanidade animal	% de explorações Agropecuárias que vacinaram gado	15	116000 (Manica, Tete, Gaza e Maputo)	72%
				Promover o uso de técnicas de rega	Área (Ha) de esquemas de rega construídos e/ou reabilitados com recursos públicos	16	1180 ha reabilitadas (NPL, CD, Nia e Tete não incluídas)	3,200
		Gestão dos Recursos Naturais	Acesso a terra	Simplificar mecanismos de tramitação do direito de uso e aproveitamento terra	% de processos recebidos e tramitados no prazo de 90 dias	17	70%	95%
Criação de um ambiente favorável à acção do sector privado	Desenvolver o sector privado		Estimular a criação de emprego no sector formal, modernizar a pratica de comercio para melhorar as actividades económicas, simplificar o processo de registo de negocio e reduzir a corrupção.	Nova Lei de Trabalho e Regulamentos aprovados de acordo com a melhoria do ambiente de negócios para todos	Redução do custo de despedimento (a de base 2005)	18		A ser confirmado (no fim do 2005)
				Melhoria no sistema do registo e licenciamento de negócios	Numero de dias para se começar um negocio (registo e licenciamento). A ser medida através o relatório do Banco Mundial "Doing Business Annual report" (linha de base do 2005: 153 dias)	19		90 dias
	Políticas macro-económicas e financeiras	Sistema Financeiro	Melhorar a intermediação financeira incluindo aquela dirigida às micro, pequenas e medias empresas e agregados familiares sem acesso à banca	Fortalecer a capacidade de supervisão do BdM		20		Submissão da Legislação LFL à AR e promulgação de regulamentos
				Implementar IFRS no sector financeiro		21		Novo quadro de Contas e regulamento

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL – I SEMESTRE 2006

Programa Governo – PARPA			Prioridades		Indicadores	No.	Metas alcançadas	Metas Anuais
Objectivos Estratégicos	Áreas	Sub-áreas	Objectivos	Acções realizadas				
			comercial					tributário aprovados
				Fortalecer a capacidade das instituições micro-finanças		22		Regulamentos prudências aprovados
			Melhorar o sector seguros e protecção social	Reforma do sector de seguros		23		Conclusão do estudo 'actuarial' sobre sistema de segurança social
			Fortalecer responsabilidade no sector bancário	Efectuar uma auditoria forense ao BAu através da PGR		24		Foram tomadas acções de seguimento
Criação de um ambiente favorável à acção do sector privado	Políticas macro-económicas e financeiras	Reforma do Sistema de Administração financeira do Estado	Elevação da eficiência e eficácia da gestão das disponibilidades financeiras do Estado	Alocação e execução do orçamento	Alocação orçamental (no orçamento aprovado pela AR) e execução orçamental (como apresentado no REO) do PARPA II Áreas Prioritárias de acordo com as metas estabelecidas em PARPA II	25	61.8%	65% para as áreas prioritárias (de acordo com PARPA I)
					Taxas de execução orçamental para despesas correntes de bens e serviços nas áreas prioritárias, como apresentado no REO	26		Taxas de execução orçamental para despesas correntes de bens e serviços nas áreas prioritárias ≥ taxas nas áreas não prioritárias
					Taxas de execução orçamental para despesas correntes no nível provincial, como apresentado no REO (todas despesas correntes)	27	Foi descentralizada para o âmbito provincial a execução orçamental da despesa de investimento	Taxas de execução orçamental para despesas correntes no nível provincial no ano n > Taxas no ano n-

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL – I SEMESTRE 2006

Programa Governo – PARPA			Prioridades		Indicadores	No.	Metas alcançadas	Metas Anuais
Objectivos Estratégicos	Áreas	Sub-áreas	Objectivos	Acções realizadas			1 semestre	2006
								1
				Aumentar a abrangência do Orçamento do Estado	Aumentar receitas próprias incluídas no OE	28		Receitas próprias para os Ministérios de Educação e Cultura, Saúde, Agricultura, Obras Públicas e Habitação, Turismo, Recursos Minerais, Juventude e Desportos incluídas no OE 2007
					Aumentar o número de fundos externos na Conta Único do Tesouro (CUT)	29		Pelo menos um fundo comum maior no CUT
				e-SISTAFE	Expansão das funções básicas do e-SISTAFE (tesouro, execução Orçamental, Contabilidade)	30		Alcançar a meta para "roll-out" estabelecida no Plano de Acção 2006-08 (a ser aprovado por Nov 2005 e como anexo ao MdE assinado com os doadores)
		Reforma Tributária	Tributação mais simples e	Fortalecimento de administração tributária	A ser decidido antes da Revisão Conjunta 2006	31		

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL – I SEMESTRE 2006

Programa Governo – PARPA			Prioridades		Indicadores	No.	Metas alcançadas	Metas Anuais
Objectivos Estratégicos	Áreas	Sub-áreas	Objectivos	Acções realizadas			1 semestre	2006
			abrangente, justa e equilibrada	Aumento de receitas totais cobradas	Receita total em percentagem de PIB	32		14.60%
		Procurement	Adopção de um sistema transparente e eficiente	Implementar um sistema moderno do procurement de acordo com as melhores práticas internacionais baseado no novo regulamento do procurement e em ligação com o e-SISTAFE		33		Unidade de Supervisão de Aquisições Públicas (USAP) criado, orçamentado e em funcionamento
		Auditoria	Melhorar cobertura e função das auditorias internas e externas	% dos distritos e autarquias auditadas pelo IGF		34		20%
				Numero de relatórios de auditoria financeira realizados pelo Tribunal Administrativo		35		70
		Planeamento e Monitoria	Harmonização dos instrumentos de médio e curto prazo	Assegurar a consistência do PARPA, MTEF, PES e do orçamento		36	Em curso	Estrutura e qualidade melhorados do PES e do Balanço do PES
Criação de um ambiente favorável à acção do sector privado	Boa Governação, Legalidade e Justiça (Combate a corrupção)	Reforma Sector Público	Desconcentração e Descentralização	Mecanismos de transferências fiscais intergovernamentais definidos para os OLE e Municípios.		37	Em curso	Definido o critério de afectação do orçamento de investimento para os distritos a partir de 2007 bem como a proporção do orçamento executado pelos Governos distritais

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL – I SEMESTRE 2006

Programa Governo – PARPA			Prioridades		Indicadores	No.	Metas alcançadas	Metas Anuais
Objectivos Estratégicos	Áreas	Sub-áreas	Objectivos	Acções realizadas			1 semestre	2006
				Política de descentralização adoptado		38	Em curso, elaborado o primeiro draft que está neste momento a ser melhorado	Estratégia do PPFDF aprovado e em implementação (incluindo sistema comum de Monitoria e Avaliação). Esboço da Estratégia de Descentralizaçã o concluída.
			Racionalização de estruturas e processos	Aprovação pelo governação da política salarial de médio prazo (reforma salarial) e a implementação começou a harmonização das tres bases de dados (SIP, TA e payroll)		39	Em curso	Aprovação e implementação em curso
				Planos de reestruturação acordados dentro do CFMP e o inicio da implementação nas áreas da Saúde, Educação, Agricultura, MAE, MIC, MF e MPD		40	Em curso	Implementação em curso
				Aumento da proporção de novos funcionários no sector publico recrutado na base de concursos públicos transparentes		41		Melhorias realizadas
			Combate à corrupção	Aumento de proporção dos casos de denuncia de corrupção ao Gabinete Central de Anti-Corrupção que são concluídos		42		Melhorias realizadas
				Levantamento sobre a corrupção no sistema de justiça (propondo soluções para a simplificação processual e de outras causas da corrupção) e recomendações implementadas		43		Publicação do 2o estudo sobre o perfil dos Magistrados do Ministério Público e oficiais de justiça e recomendações definidas
			Sistema melhorado de inspecção e multas	Abolição da partilha de multas através da eliminação de todos os decretos especiais para uso directo de multas pelos recipientes (ministérios e inspectores)		44		Definir medidas para abolir a comparticipação nas multas e iniciar as suas implementação

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL – I SEMESTRE 2006

Programa Governo – PARPA			Prioridades		Indicadores	No.	Metas alcançadas	Metas Anuais
Objectivos Estratégicos	Áreas	Sub-áreas	Objectivos	Acções realizadas			1 semestre	2006
Consolidação da Paz, e Unidade Nacionais, da justiça e da democracia	Boa Governação, Legalidade e Justiça (Combate a corrupção)	Reforma da Justiça	Elevar a eficiência na provisão de serviços pelo sistema judicial	Aumentar o número de sentenças judiciais		45		50% (Ano base é 2002)
				Redução do número de prisioneiros que aguardam acusação e julgamento	% total de presos a espera de julgamento (MINJ e MINT)	46	37%	50%
			Simplificação e maior celeridade no processamento	Apresentação dum programa de reforma a longo prazo incluindo um sistema de planificação, orçamentação e monitoria que dê prioridade à prestação de serviços do sector.	Aprovação do documento da visão pelo CM e actualização do PEI e POPEI	47	Concluída e em fase de discussão. Em preparação o seminário de lançamento da consulta pública da Visão	Implementação
					Consolidar a partir do POPEI um sistema harmonizado de M&E.	48	Concebido o plano director do sistema, em preparação a criação e instalação de subsistemas de Monitoria e Avaliação identificados	Implementação do sistema harmonizado de M&E iniciada
				Reformas de leis	Reforma do Código de Processo Civil, do Código do Processo Penal, do código Penal	49 a)	Reforma do Código do Processo Civil concluída, reforma do Código do Processo Penal e do Código Penal em curso	Caso aprovado, iniciado a sua implementação
				Reforma a lei orgânica dos Tribunais Judiciais incluindo secções comerciais, lei orgânica dos Tribunais Communicatios, lei do IPAJ	49 b)	Lei orgânica dos tribunais judiciais deposita na AR; Secções Comerciais criadas, em curso a reforma da lei dos tribunais comunitários e em	Caso aprovado, iniciado a sua implementação	

BALANÇO DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL – I SEMESTRE 2006

Programa Governo – PARPA			Prioridades		Indicadores	No.	Metas alcançadas	Metas Anuais
Objectivos Estratégicos	Áreas	Sub-áreas	Objectivos	Acções realizadas			1 semestre	2006
							curso a reforma da lei do IPAJ.	
					Reforma do Código de Notariado	49 c)	Concluída e apreciada pela AR	Caso aprovado, iniciado a sua implementação
					Reforma a Legislação Prisional	49 d)	Em curso	Caso aprovado, iniciado a sua implementação